

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

WASHINGTON LUIZ DE CARVALHO

**O CORPO ADMINISTRADO:
Biopolítica e disciplinarização na Revista Brasileira de Educação
Física (1972-1980)**

(MESTRADO)

**Uberlândia - MG
2009**

WASHINGTON LUIZ DE CARVALHO

**O CORPO ADMINISTRADO:
Biopolítica e disciplinarização na Revista Brasileira de Educação
Física (1972-1980)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – Área de Concentração: História e Historiografia da Educação – da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

**Uberlândia - MG
2009**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C331c Carvalho, Washington Luiz de, 1961-
O corpo administrado: biopolítica e disciplinarização na Revista Brasileira de Educação Física (1972 - 1980) / Washington Luiz de Carvalho. - 2009.

169 f. : il.

Orientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação física - Aspectos políticos - Teses. 2. Educação física - Estudo e ensino - Teses. 3. Ideologia e educação - Teses. 4. Foucault, Michel, 1926-1984. I. Guido, Humberto, 1963- II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 796:32

WASHINGTON LUIZ DE CARVALHO

**O CORPO ADMINISTRADO:
Biopolítica e disciplinarização na Revista Brasileira de Educação
Física (1972-1980)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – Área de Concentração: História e Historiografia da Educação – da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

Banca Examinadora

Uberlândia, ____ de _____ de 2009

Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido

Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox

Prof. Dra. Gilma Maria Rios

Aos meus familiares, pelo estímulo,
carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Em nossas vidas, as coisas não acontecem por acaso, isto é evidente. Preparamo-nos lutamos e buscamos realizar nossos sonhos. E, nessas buscas deparamo-nos com várias dificuldades, sendo a maior delas a descrença e o pessimismo das pessoas, que sempre perguntam: para quê? Que lucro você terá? Isso vale a pena? Felizmente, nem todos pensam assim.

Quando encerramos um trabalho e refletimos sobre a trajetória percorrida, vemos o quanto de estímulo e apoio nos foi dado para a sua conclusão, desde os que partem do nosso círculo íntimo até aqueles que vêm de pessoas que conhecemos no caminho e compartilham sonhos e crenças semelhantes. Agradecer-lhes se torna difícil, uma vez que as palavras possam não expressar a nossa gratidão. Mas, mesmo sabendo do vazio que as palavras possam deixar entre o que pretendo exprimir e o que se encontra escrito, sou obrigado a renunciar ao medo da ingratidão e tentar agradecer:

- A minha família, pela confiança que depositou em mim, incentivando-me a prestar os exames para ingresso no curso. Aos meus pais, Astor e Helena, pelo carinho eterno. A Ilda, minha esposa, e filhas, Roberta e Vitória, pela compreensão do abandono a que foram submetidas durante estes dois anos e meio de pesquisa.

- A minha sogra, D. Tereza, que se disponibilizou a dividir as tarefas do lar, para que sobrasse mais tempo para a investigação.

- Aos meus irmãos, Ronan, Luce Meire e Luce Vane, obrigado pelo estímulo a enfrentar os desafios.

- Aos meus sobrinhos, Rafael e Vitor.

- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da U.F.U.. Agradeço pelo empenho em nos propiciar aulas de boa qualidade, em especial, ao professor Haroldo Resende, que conduziu muito bem os debates acalorados sobre o pensamento de Michel Foucault.

- Aos colegas da turma 2007-2009, pelo incentivo, companheirismo e pelos momentos descontraídos que passamos juntos.

- À secretaria do Programa de Pós Graduação em Educação – UFU – nas pessoas do James e da Gianni pela colaboração.

- Aos professores Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd e Gabriel Humberto Muñoz Palafox pelas sugestões na banca de qualificação, que foram determinantes na reorientação do trabalho.

- De forma especial, agradeço a duas pessoas, sem cujo apoio, estímulo, não teria conseguido realizar este trabalho, o Professor Humberto Guido, pela paciência, incentivo, orientações e compreensão com as minhas dificuldades. Ao companheiro de curso, Astrogildo Fernandes, cuja ajuda relutei em pedir e, quando lhe participei das minhas dificuldades, mostrou-se solícito e generoso em me socorrer. Algumas dívidas são impagáveis, a essas duas pessoas, a minha eterna gratidão.

*(...) Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória.
É importuno,
sabe-se importuno e insiste,
rancoroso, fiel.
Carlos Drummond de Andrade (O
Historiador).*

*Enfim, tudo é histórico, tudo depende de tudo
(e não unicamente das relações de produção),
nada existe transhistoricamente e explicar um
pretensso objeto consiste em mostrar de que
contexto histórico ele depende. (VEYNE)*

RESUMO

Nesta dissertação, é apresentado o resultado da pesquisa documental que teve, na *Revista Brasileira de Educação Física*, a fonte para o tratamento teórico dos discursos biopolíticos e dos processos de disciplinarização que permeiam a Educação Física e Esportiva. O trabalho está inserido na Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação (FACED/UFU). A análise do material serviu-se das obras de Michel Foucault, cujos estudos auxiliaram na elucidação dos diversos mecanismos de controle que são veiculados nos discursos sobre o corpo. De início, no primeiro capítulo, a dissertação trata de examinar o novo paradigma científico denominado de Teoria Geral dos Sistemas. Historicamente, os tecnocratas que representavam a Educação Física e Esportiva elegeram a Teoria Geral dos Sistemas por acreditarem ser esta a melhor técnica para gerenciamento das ações governamentais. Foi possível constatar, também, que houve o alinhamento entre a posição governamental e o saber produzido na área. A partir dos discursos veiculados pela *Revista Brasileira de Educação Física*, no segundo capítulo, a argumentação se detém nas categorias acima mencionadas, biopolítica e disciplinarização; a primeira categoria permitiu uma abordagem de natureza teórica, e a segunda pedagógica. Foi possível evidenciar, com base nos estudos de Foucault, que a rede construída pela moral vigente e a prática pedagógica da Educação Física exerce o controle social pelo “sequestro” do tempo livre das pessoas com atividades lícitas e saudáveis. Quanto à disciplinarização, faz-se uma leitura de artigos de cunho pedagógico que perpassam o periódico analisado, mostrando que técnicas de condução de alunos, tidas, supostamente, como inovadoras, nada mais são do que processos de dominação muito bem identificados nas obras de Foucault. Por fim, foi discutido o modelo neoliberal de ser e estar no mundo e as atividades físicas. Mais uma vez, os discursos que circulam nas instituições de formação superior deixam antever o alinhamento ideológico da Educação Física e Esportiva aos princípios do neoliberalismo, que objetivam subjetivar os indivíduos sob a égide dos valores que sustentam esse modelo de sociedade.

Palavras-chave: Educação Física e Esportiva – Biopolítica – Disciplinarização.

ABSTRACT

This dissertation presents results of a research that had as source the *Revista Brasileira de Educação Física* (Brazilian Magazine of Physical Education). The theme is related to bio-political discourses and the subjection processes that are inserted in Physical Education and Sports. The work is inserted in the Historical Research Line, and Education Historiography as well - (FACED/UFU). The analysis had Michel Foucault's works as theoretical foundation. His studies helped to elucidate the several controlling mechanisms that are transmitted by the discourses about humans' body. In the first chapter the dissertation examines the new scientific paradigm of Systems Theory. Historically technocrats that represented Physical Education and Sports have chosen Systems Theory for they believe this is the best technique for administration of the government's actions. It was possible to verify that there has been an alignment between the government position and the knowledge produced in the area. The periodical discourses have founded our discussion on bio-politics and subjection; the first and second categories allowed an approach of theoretical and pedagogical nature, respectively. Based on Foucault it was possible to bring to evidence, that the network built by the effective moral and the pedagogic practice of Physical Education both exert a social control by "kidnapping" people's free time, with good and healthy activities. Regarding subjection we have read articles about pedagogy that are contemporary of the magazine analyzed, showing that techniques used to guide students, that were initially believed as innovative, are truly dominance processes identified in the works of Foucault. We finally discuss the neoliberal model and physical activities as well. Once again, the discourses inserted in higher level institutions allow us to foresee the ideological alignment of Physical and Sports Education to neoliberalism principles that aim at subjecting individuals under the values that support this society model.

Keywords: Physical and Sports Education – Biopolitics – Disciplinarization.

LISTA DE SIGLAS

E.E.F – Educação Física e Esportiva

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

D.S.N. – Doutrina de Segurança Nacional

A.B.D.R. – Associação Brasileira de Recreação

E.P.T – Esporte Para Todos

P.N.E.D. – Plano Nacional de Educação Física e Desportos

D.C. – Desenvolvimento de Comunidade

ONU – Organização das Nações Unidas

L.B.A. – Legião Brasileira de Assistência

USAID – United States Agency for International Development

PRODAC – Programa Diversificado de Ação Comunitária

DED – Departamento de Educação Física e Desportos

DEF – Divisão de Educação Física

M.E.F. – Manual de Educação Física

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo de fluxograma para inserção dos dados do diagnóstico.....	42
Quadro 2 - A distinção entre eficiência e eficácia nas ações governamentais.	47
Quadro 3 - Modelo Cibernético orientador das ações governamentais para E.F.E.....	49
Quadro 4 - Modelos gerenciais para E.F.E nos vários países.....	50
Quadro 5 - Destaque de algumas revistas, artigos e autores.	59
Quadro 6 - Destaque de algumas revistas, artigos e autores	86
Quadro 7 - Características diferenciais: orientação pragmática e dogmática.....	105
Quadro 8 - Fluxograma ilustrando o funcionamento desejável das Escolas de Ed. Física. ...	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Manual de Educação Física – Curso por correspondência - 1967	159
Figura 2 - Última edição da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos- 1984	160
Figura 3 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos - 1982.....	161
Figura 4 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos - 1981.....	162
Figura 5 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos - 1981.....	163
Figura 6 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos – 1981	164
Figura 7 - Revista Educação e Esporte - 1971.....	165
Figura 8 - Revista Brasileira de Educação Física – 1972	166
Figura 9 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos- 1975.....	167
Figura 10 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos – 1977	168
Figura 11 - Revista Esporte e Educação - 1972.....	169

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
Do referencial teórico e metodológico	29
De como está organizada esta dissertação	36
 CAPÍTULO I	
DOS SABERES.....	39
1.1 O Diagnóstico.....	39
1.2 Pano de Fundo	52
1.3 A Revista	56
 CAPÍTULO II	
DUAS CATEGORIAS	61
2.1 Biopolítica	62
2.2 Disciplinarização	85
 CAPÍTULO III	
DUAS ORIENTAÇÕES.....	103
3.1 Diferentes Orientações	104
3.2 Pragmatismo	111
3.3 Dos professores e das escolas que os formarão.....	119
3.4 De sistemas e Métodos de Educação Física e Desportos	124
3.5 Um caso exemplar	132
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
 FONTES DOCUMENTAIS.....	155
 ANEXOS	
Anexo A – Modelo de aula de educação física desportiva generalizada.....	157
Anexo B - Conclusões do Diagnóstico de educação física e desportos do Brasil.....	158
Anexo C – Capas de documentos pesquisados.....	159

INTRODUÇÃO

É lugar comum conceber a Educação Física¹ diretamente ligada com a melhora da qualidade de vida, melhora da autoestima, meio de sociabilidade, fator de inclusão social etc. Realmente, a Educação Física Esportiva - E.F.E.- pode contribuir para tudo isso, mas o que causa um certo mal-estar é a forma milagrosa com que essa prática é apresentada à sociedade, sugerindo a ideia de que, se for praticada em massa, a ordem social melhorará, criando a sensação de que a E. F. E. tem poderes quase sobrenaturais de cura social. Parece que o simples fato de praticar alguma atividades física já torna a pessoa incólume às paixões, aos desejos pessoais, aos interesses escusos. Por sua vez, essas atividades também tornam o indivíduo um melhor cidadão, um melhor aluno, um bom pai de família etc. O coroamento de tudo isso é quando ouvimos a famosa expressão: “A E.F.E. é a mais poderosa arma de inclusão social”.

Quando essa expressão é usada em um meio de comunicação, geralmente, vem acompanhada de um exemplo: um menino – de preferência, oriundo das condições de vida as mais adversas – que se destaca e usa-se o seu exemplo para corroborar o famoso clichê. Se ele foi “descoberto” por um clube ou “escolinha de esportes”, melhor ainda. O diretor dessa organização terá ainda mais argumentos para assegurar que a E.F.E. inclui, que recupera pessoas, desperta talentos. O que não se fala e não se comenta são das milhares de expectativas frustradas que ficaram para trás. Isso porque, após um determinado tempo nas “escolinhas” de clubes esportivos ou dos períodos de participação em programas esportivos sociais, que, geralmente não oferecem formação alguma além da prática esportiva, o indivíduo retorna ao seu mundo, praticamente, nas mesmas condições, ou ainda piores, devido às frustrações das expectativas que lhe foram criadas.

Embora possa se argumentar que, antes disso do que nada, é impossível não tecer dois comentários. O primeiro remete ao que se pode entender por incluir, e o segundo, à ausência de senso crítico a respeito da E.F.E., como se tratasse de algo atemporal, capaz de reconstituir, também, um homem universal, a-histórico. Uma fonte da qual jorram todas as qualidades

¹ O termo Educação Física está diretamente associado à palavra esporte, o que acarretou a esportivização da Educação Física tanto na sociedade quanto nas escolas. Nas últimas décadas, a Educação Física passou a ser sinônimo de esporte, recreação, lazer. Portanto, nesta dissertação, comparecerá o binômio Educação Física Esportiva, para tanto, será utilizada a abreviação E.F.E. para designar a junção.

boas possíveis e que a coloca para além desse mundo e da história. Uma fonte isenta das influências de poder.

Primeiramente, as práticas inclusivas mediante a E.F.E. estão associadas à recuperação, à salvação ou de “cura” pelo esporte. Assim, é preciso refletir se tais situações não se configuram também como processos de assujeitamento, ou a inserção de indivíduos na ordem social vigente. Na verdade submeter-se a essas perspectivas implica “enquadrar” o indivíduo nos modelos da sociedade capitalista. O que ocorre nesses exemplos é a valorização do mérito, da disciplina pessoal na busca do sucesso, do recorde. A partir desse esforço, ele se inclui como consumidor e, se for o caso de um grande atleta, exemplo a ser “consumido” por todos. Assim, essa pessoa foi incluída, saindo de um meio social que não lhe assegurava nenhuma perspectiva de vida boa, ou, muito boa, para outra, na qual suas necessidades de reconhecimento pessoal e material são satisfeitas. Há algum mal nisso? Certamente que não. O que se quer questionar, nesses processos de inclusão, é a sua unilateralidade e o seu ajustamento à cultura neoliberal da competição² em detrimento de outras possibilidades de ser e estar no mundo. Então, sob essa perspectiva, pode-se assegurar que a E.F.E. inclui excluindo, pois, na quase totalidade dos programas ditos sociais, das ações desenvolvidas por clubes e também nas escolas, o que prevalece é a lógica da competição, e, conseqüentemente, da matriz neoliberal que a sustenta. Ela inclui excluindo também, porque não altera ou não resiste à ordem instituída.

A segunda questão decorre do discurso salvacionista da E.F.E. e se fundamenta numa perspectiva que a vê como uma fonte natural da qual emanam apenas coisas boas e puras. Muitos desses discursos desconsideram que todas as práticas sociais encontram-se imiscuídas numa rede de poderes e saberes que lhes sancionam regimes de verdade que são datados, portanto, históricos. Há como que uma quimera nesses discursos que colocam a E.F.E. numa aura de nobreza que só pode existir em sonhos. Sob esse ponto de vista, ela se apresenta como uma panaceia para todos os males. Ela é capaz de curar enfermidades físicas e psicológicas. É capaz de incluir, socializar, humanizar, higienizar, moralizar, disciplinar... Ela pode tudo, de tal forma que quase se depreende dos discursos que a enaltecem, que se todos praticarem atividades físicas, a sociedade será, necessariamente mais justa e melhor. Parece que emana daquela fonte pura um poder de encantamento que é suficiente para curar toda a sociedade.

² Não se quer afirmar que a competição seja o mal em si, o que é questionável é a internalização dessa conduta como a única e a melhor para a sociedade.

No entanto o que esses discursos não reconhecem – ou não querem reconhecer – é que toda prática social, todo saber não está imune à ideologia.³

Assim, valores culturais que impregnam a economia política neoliberal (mérito, concorrência, competição) moldam a sociedade mediante práticas discursivas e não-discursivas, que passam a legitimar o que está instituído. É sobre essas condições que a dissertação quis problematizar: como o saber-poder E.F.E. se insere dentro dos programas de controle (inclusão/exclusão) social e dos processos de disciplinarização das pessoas? Ou, dito de outra maneira: como a E.F.E. se inscreve como possibilidade prática de governo dos outros e também de si mesmo? Evidentemente, que essa pergunta perpassa por uma longa história, o que está muito além das perspectivas deste trabalho. Portanto, a discussão ficou restrita ao período correspondente à chama da Ditadura Militar de 1964-1980. Um período que tomou diversas medidas para facilitar o acesso da população às práticas esportivas. Na análise do problema, foram utilizadas duas categorias de análise: biopoder e disciplina; fundamentadas nos estudos de Michel Foucault.

³ É preciso dizer que não se trata, nesta dissertação, de refletir o problema pelo viés economicista. O que deve ser destacado são mecanismos de dominação que passam pela via simbólica e que são reproduzidos sem o recurso da força. O que implica tomar o termo ideologia numa perspectiva diferente, que pode ser elucidada por Sousa Filho: “Embora o fenômeno da ideologia tome essa forma específica [dissimulação da realidade de dominação que a classe dominante exerce sobre as outras classes], e não há que se esquecer isso, é importante assinalar que se torna necessário, hoje, acrescentar à elaboração pioneira de Marx novas considerações sobre o fenômeno ideologia. O que pode ser feito sem quedas nos economicismos criticados por Foucault. [...] Nesse sentido, deve-se admitir que a ideologia realiza, principalmente, a dominação dos indivíduos pela via simbólica. [...] A ideologia, assim, responde a uma exigência anterior às necessidades da reprodução das relações sociais de produção (capitalistas ou outras) e da dominação política de classe, como ainda entendem diversos autores (marxistas ou não). A ideologia corresponde ao dado antropológico da dominação que sempre já implica a sujeição do indivíduo à Cultura, por meio de sua sujeição a normas, costumes, padrões, crenças, mitos e instituições. Anterior a toda outra coisa, a ideologia assegura, em todo sistema de sociedade, mesmo naqueles nos quais não há classes, que a ordem social não desaba enquanto também uma Ordem Simbólica, ratificando-a, por meio de representações imaginárias, crenças coletivas e certas ideias sociais, como uma ordem natural, única, universal, imutável, divina. Resultado que a ideologia procura obter invertendo e ocultando o caráter de coisa construída, arbitrária e convencional de toda ordem social e suas instituições, e cujo efeito é a eficácia de sua dominação sobre os indivíduos, engendrada e reproduzida sem o recurso da força. A ideologia constitui o modo de operar de toda cultura (na modalidade de sistema de sociedade), ao procurar naturalizar-se e eternizar-se, e atua por meio dos discursos sociais (variando do mito à ciência moderna) que oferecem as significações legitimadoras do que em cada cultura está instituído. (SOUSA FILHO, 2008, pp. 19-200, grifos meus). Dificilmente, a ordem social seria mantida somente a partir da economia em sentido estrito. Para que alguém veja o disparate entre a riqueza de poucos e a miséria de muitos, há que se internalizar valores que não decorram apenas da infraestrutura econômica. Esses valores devem ser aceitos como naturais e imanescentes à sociedade. Assim, várias práticas discursivas e não-discursivas produzem verdades que sustentam ideologicamente o status quo, dentre esses saberes, encontra-se a E.F.E. Esses valores que a E.F.E. fazem circular, contribuem, e muito, para a manutenção da Ordem Simbólica. Ajudam a legitimar valores que mantêm a ordem social. A E.F.E. quando valoriza o mérito, o esforço pessoal, a performance, os campeões e, mais ainda, os bons perdedores. Quando se diz: “Tu perdeste. Conformas, o outro é realmente melhor.” De certa maneira estão se corroborando valores que estão muito além da E.F.E. estão se afirmando valores e maneiras de ser e estar que não decorrem apenas da esfera econômica. São valores que são fundados na cultura geral de uma sociedade.

Esta dissertação teve como objetivo geral discutir a E.F.E. como um saber-poder, que atua no controle da população e também como prática de assujeitamento das pessoas em nível individual. De forma específica, procurou-se: a) analisar a inserção desse saber-poder nas técnicas de governo baseadas nas análises sistêmicas; b) compreender o uso da E.F.E. como técnica de controle da população pelo sequestro do tempo-livre e de disciplinarização por meio de práticas pedagógicas; e c) refletir sobre a ruptura entre a perspectiva da E.F.E. dogmática, mais afinada aos princípios de uma economia liberal clássica, e a pragmática, alinhada aos fundamentos de uma sociedade de cunho neoliberal. Para o desdobramento das questões, foi feita uma pesquisa documental, apoiada em fontes primárias, como: Revista Brasileira de Educação Física⁴, Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil, Revista Esporte e Educação, Parecer 257/71, Decreto 69450/71, Manuais de Educação Física – Curso por correspondência da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura e o Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNED – Lei n. 6.251/75.

Em relação à Revista Brasileira de Educação Física, não houve uma distribuição equânime dos discursos que compunham o periódico, no entanto ele possibilitou a “palavra” às mais variadas pessoas, às instituições, aos órgãos governamentais e não governamentais. Por ele, passaram autores nacionais e internacionais, e os temas variaram também. Discutiram-se, na Revista temas como: treinamento esportivo, lazer, educação física escolar, esporte para todos, administração e ensino em escolas de educação física, manifestos, psicologia do esporte, sociologia do esporte etc.

Dada a grande diversidade de assuntos, foi difícil organizá-los em linhas precisas. Mas, tendo em vista que não se pretendeu discutir história das disciplinas, técnicas específicas de Educação Física, isso não se apresentou como uma verdadeira necessidade. O que se objetivou extrair dos artigos foram práticas discursivas e não-discursivas que ultrapassavam os limites próprios das técnicas que compunham a Educação Física e Esportiva. Os periódicos foram analisados seguindo os ensinamentos de Catani e Bastos, segundo os quais, eles devem ser utilizados “*como fontes ou núcleos informativos para a compreensão de discursos, relações e práticas que as ultrapassam e as modelam...*” (CATANI e BASTOS, apud, TABORDA DE OLIVEIRA, 2003, p. 79).

⁴ Para esta dissertação fez-se uso dos números compreendidos entre o intervalo 11 e 53, faltando nessa sequência os números 39 e 44. Não foi conseguido nenhum número da fase intitulada, *Boletim Técnico e Informativo de Educação Física*, bem como os números 9 e 10 da fase subsequente. De acordo com Taborda de Oliveira (2003), até o seu número 8, do ano de 1969, a Revista denominava-se *Boletim Técnico e Informativo de Educação Física*. Depois, seu nome foi alterado para *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* (1970), *Revista Brasileira de Educação Física* (1971) e, por último *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*.

Antes de prosseguir, ainda é oportuno elucidar outros aspectos teóricos e metodológicos que embasaram os trabalhos de investigação social do pensador francês.

Do referencial teórico e metodológico

O problema não é inventar. É ser inventado hora após hora e nunca ficar pronta nossa edição convincente.

Carlos Drummond de Andrade.

A metodologia foucaultiana chama a atenção pela maneira com que subverteu a historiografia contemporânea (VEYNE, 1982), pois toda a metodologia de Foucault tem como base uma concepção diferente de história. Um texto emblemático para se perceber a perspectiva de Foucault quanto à história é *“Nietzsche, a genealogia e a história.”* (FOUCAULT, 1996, pp. 15-37).

Nesse texto, o autor se opôs às concepções historiográficas ideais, que buscam uma origem (Ursprung) de todos os acontecimentos, e também as que supõem um telos ao “movimento” histórico bem como as que presumem um sujeito a-histórico. Refuta, desta forma, modelos causais, que se fundamentam em uma linearidade histórica. Para Foucault, o postulado da origem assenta-se, primeiramente, na busca da *“essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo”* (Ibid, p. 17). Segundo, o postulado da origem supõe *“que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ...”* (Ibid, p.18). Terceiro, e último postulado, a origem *“seria o lugar da verdade”* (Ibid). Ora, esses três postulados negam à história toda contingência, toda exterioridade, pois há como que uma coisa para além da história que a coloca em movimento. Essa coisa seria algo semelhante à Ideia hegeliana. Para Hegel, a Ideia (o nome ou conceito pelo qual designamos a natureza da vontade Deus) é como que um motor a impulsionar a história. No sistema dialético hegeliano, parte-se de uma fonte

(Ideia) essencial, da qual jorra um sopro constante a mover a história. Para Foucault, essas concepções são devaneios, pois “*o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem é a discórdia entre as coisas, é o disparate*”. Para ele, “*o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto ou discreto como o passo da pomba, mas derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as ênfatuações*” (Foucault, 1996, p. 18).

Nietzsche opõe duas outras palavras ao mito da origem, que também são traduzidas por origem (Herkunt e Entstehung), mas que denotam sentido diferente de Ursprung. Essas duas palavras significam, ou aproximam-se mais de proveniência e emergência, respectivamente. Proveniência implica ascendência, e ela não deve ser entendida como uma essência pura da qual emanam as coisas. Ela é de baixa extração, é um campo de lutas da qual emergirá um novo saber, uma nova prática, também, não se deve ter em conta que o que emergiu é o ponto final da agonística. A análise da proveniência (de baixa origem) deve mostrar o campo de forças que possibilitou a emergência de um acontecimento – um saber, uma prática.

Dessa tomada de posição, depreende-se que a história não pode ser pensada ou traçada de antemão, pois os acontecimentos não obedecem a leis, não seguem sistemas, enfim, eles são necessariamente contingentes. Ora, se a perspectiva de história tomada por Foucault se assenta nas concepções de Nietzsche, é óbvio supor que a sua metodologia não seja balizada nas concepções tradicionais, pois ela tem compromisso com o *a priori* histórico. Veiga-Neto esclarece que:

o maior compromisso da genealogia é com o *a priori* histórico nas palavras de Michel Mahon, um *a priori* cujas regras de formação discursiva são internas ao discurso, e que, em vez de se alojar em supostas estruturas transcendentais da mente, [...] se enraíza na história tumultuada das coisas que são ditas (VEIGA-NETO, 2004, p.67)

A citação acima introduz a palavra - usada primeiramente por Nietzsche - pela qual Foucault designara seu método: genealogia. Assim, “*o genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem*” e o método genealógico

não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando ainda em segredo,

depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. (FOUCAULT, 1996, p.21).

Essa postura metodológica implica uma concepção de história que não tem como objetivo nos consolar das mazelas que nos assolam no presente, prometendo um futuro melhor. Ela também não almeja fazer com que se acredite numa reconciliação com o passado. A genealogia não quer saber para ordenar ou arranjar as coisas no tempo para nos apaziguar. A perspectiva genealógica apoiada em uma história efetiva - uma história que não propõe um telos e nem um encadeamento linear dos acontecimentos - tem como fundamento a ideia de que *“as forças que se encontram em jogo na história não obedecem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta”* (FOUCAULT, 1996, p.28). O que essa história efetiva pode nos proporcionar é a certeza de que nada nos foi dado para ser reconstituído restaurado e também de que nada nos foi prometido. A história é um livro aberto cujas, páginas estavam – estão – abertas, nas quais os escritos – acontecimentos – passados e os que ainda estão para ser escritos- acontecer não foram pensados e nem irão acontecer pela força de uma entidade supra histórica ou pelos desejos deste ou daquele grande homem. Ela foi escrita, e será escrita por meio dos jogos de forças que se estabelecem entre nós. Uma perspectiva histórica como essa visa a um saber que *“não é feito para compreender,” mas “para cortar”*(FOUCAULT, 1996, p.28)⁵. E esse saber corta por quê? Porque, ao se indagar à história, sob a radicalidade do *a priori* histórico, “que somos nós?”, sentimo-nos sem apoio algum, pois percebemos que não somos “fruto” de uma essência pura, de uma verdade que estava lá e que devemos reencontrar para nos entendermos. Sem uma essência e uma verdade eterna com que nos identificarmos, cai as máscaras de um eu desde-sempre-aí, pois percebemo-nos fragmentados.

Da leitura de *“Nietzsche, a genealogia e a história”*, tomado, até agora, como base para discutir a metodologia foucaultiana, depreendemos claramente que o método genealógico refuta as perspectivas históricas tradicionais. Mas a genealogia se restringe apenas a isso? Não, evidentemente que não. Embora já se assinalem, no texto, questões relativas ao saber, ao poder e à subjetivação, também não podemos afirmar que esses temas sejam recortados e tratados de forma específica em uma ou em outra obra do filósofo. Também é difícil periodizar sua produção. Sobre isso, Veiga-Neto observa que uma

⁵ Talvez, seja a partir de uma percepção de história como esta, uma percepção de que nada pode ser dado definitivamente que os versos do poeta, apresentados na epígrafe, externem magistralmente a condição humana.

periodização leva a pensar que cada fase encerre uma teoria e um conjunto de técnicas suficientes e independentes uma da outra-do discurso, do poder e da subjetivação. Mas, ao invés de separação entre elas, o que se observa claramente é uma sucessiva incorporação de uma pela outra, num alargamento de problematizações e respectivas maneiras de trabalhá-las.” (VEIGA NETO, 2004, p.45).

É fundamentado nessas preocupações que Veiga-Neto opta pela ontologia do presente como critério para abordagem da obra de Foucault. Essa tomada de posição compreende o reconhecimento de nossa condição histórica, e, conseqüentemente, do conhecimento de que devemos partir daquilo que somos, para explicar os pontos de apoio que fazem de nós o que somos. Essa ontologia, “uma ontologia crítica de nós mesmos”, consiste no deslocamento

da questão kantiana [quem somos nós?] – que se pretendia transcendental para a questão nietzschiana [que se passa com nós mesmos?] que é contingente. Nesse novo registro, o que importa não é descobrir o que somos nós, sujeitos modernos, o que importa é perguntarmos como chegamos a ser o que somos, para, a partir daí, podermos contestar aquilo que somos. É de tal contestação que se pode abrir novos espaços de liberdade, para que possamos escapar da dupla coerção política que a modernidade inventou e que nos aprisiona: de um lado, a individualização crescente, de outro e simultaneamente, a totalização e a saturação das coerções impostas pelo poder. (VEIGA-NETO, 2004 p. 46-47).

O comentário do autor é elucidativo, pois a mudança da pergunta liberta-nos de um eu dado de antemão, para uma nova condição em que esse eu se faz e refaz na história. Saber-se livre de toda transcendência e reconhecer-se como sujeitos históricos implica nos assumirmos como “construtores” de nossa própria condição, o que, por conseqüência, nos liberta para “contestar aquilo que somos”. Aceitar ou assumir tal condição abarca liberdade e coragem para criticar e indagar ao presente o como de nossa condição.

Tal perspectiva, dada pela mudança de deslocamento da questão kantiana para a nietzschiana, faz-nos sujeitos de saber e poder. É a partir desse deslocamento que Foucault orienta seu método para três eixos – domínios para Veiga-Neto – de pesquisa, que são o saber, o poder e a ética.

Resumindo, os três eixos propostos por Marey têm em comum a nossa ontologia histórica; diferenciam-se um ao outro em função de como Foucault entende a constituição dessa ontologia: pelo *saber (ser saber)*, pela *ação de uns sobre os outros (ser poder)* e pela *ação de cada um consigo próprio (ser consigo)*. Ou, se quisermos, como nos constituímos como *sujeitos de*

conhecimento, como sujeitos de ação sobre os outros e como sujeitos de ação moral sobre nos mesmos (VEIGA-NETO, 2004, p.47).

Antes de avançarmos, faz-se pertinente uma discussão do que seja método por um prisma foucaultiano e também dos perigos que corremos ao dizer foucaultiano. Na aula de 7 de janeiro de 1976, Foucault, ao iniciá-la, esclarece ter nessas reuniões - no caso aulas - uma possibilidade de prestar contas públicas de seu trabalho; e, cita claramente o que deseja que se faça com suas pesquisas.

Nesta medida, considero-me absolutamente obrigado, de fato, a dizer-lhes aproximadamente o que estou fazendo, em que o ponto estou, em que direção [...] vai este trabalho; e, nessa medida igualmente *considero-os inteiramente livres para fazer com o que eu digo, o que quiserem. São pistas de pesquisas, idéias, esquemas, pontilhados, instrumentos; façam com isto que quiserem*. No limite, isso me interessa, e isso não me diz respeito. Isso não me diz respeito, na medida em que *não tenho de estabelecer leis para utilização que vocês lhe dão*. E isso me interessa na medida em que, de uma maneira ou de outra, isso se relaciona, isso está ligado ao que faço. (FOUCAULT, 2005, p.4, grifos meus).

Lendo essas palavras, um pesquisador tradicional argumentaria, no mínimo, que o autor: a) é inseguro quanto às suas pesquisas – “façam com que isso o que quiserem”; b) não possui um método de pesquisa “ não tenho de estabelecer leis...”; e c) esse autor é inconseqüente - “isso me interessa, e isso não me diz respeito”. Mas também se pode argumentar que Foucault não tem: a) vaidade de ser senhor da verdade; b) ele também não tem a pretensão de “criar” um sistema, um método que “engesse” o pesquisador, limitando sua capacidade criativa; e c) ele não deseja que outros pesquisadores reescrevam o que ele já escreveu.

Assim, Foucault não elabora um método no sentido tradicional, um caminho seguro para apreender as coisas. O seu método é travesso, astucioso, fronteiriço, pois sabe que “*trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos*” (FOUCAULT, 1996, p. 15). O seu método aponta “pistas de pesquisas, idéias, esquemas, pontilhados, instrumentos” que não interessam ao filósofo codificar em sistemas de leis, porque não há em Foucault uma teoria propriamente dita a sustentar sua metodologia. Veiga-Neto, em sua tese de doutorado, “A Ordem das Disciplinas” (1996), dedica algumas páginas à metodologia foucaultiana e nos esclarece que não há uma epistemologia a sustentar sua metodologia. Defende que as máximas foucaultianas não constituem uma teoria, mas apontam um método,

não nos moldes Iluministas. E conclui essas exposições citando Bourdieu: *“Nada é mais perigoso que reduzir uma filosofia, principalmente tão sutil, complexa, perversa, a uma fórmula de manual”* (BOURDIEU, apud VEIGA-NETO, 1996, p.123)

Essas palavras de Bourdieu demonstram o perigo de procurar e de querer ter em Foucault uma fórmula pronta a ser seguida e um “senhor” generoso a indicar caminhos prontos, seguros para se pesquisar. Foucault pode ser generoso, sim, mas não como mestre a ser venerado. Ele é generoso quando nos deixa livres para “consumi-lo” como quisermos, para o usarmos como bem entender e, depois, deixá-lo de lado para caminharmos sozinhos. Portanto, dizer-se foucaultiano não é nada confortável. Primeiro, porque o próprio autor não deseja isso, segundo, porque ele não delimita um método acabado para orientar o pesquisador. Por último, e o que talvez causasse maior constrangimento a todo aquele que se diz foucaultiano, seria o próprio desdém do mestre para com o “discípulo” que nada mais faça senão venerá-lo. Foucault não é da lavra dos que querem discípulos. As palavras introdutórias a sua aula do dia 7 de janeiro indicam isso. A partir dessas admoestações, podemos voltar aos três domínios foucaultianos.

Esses três domínios constituem o núcleo forte sobre o qual se articula o pensamento de Foucault, e Veiga-Neto, de maneira brilhante, cita que parece *“haver como que um gradiente, ainda que descontínuo, que vai de arqueologia á ética, passando pela genealogia”* (VEIGA-NETO, 1996, p. 118). Por essa perspectiva, podemos entender que saber, poder e ética estão imbricados nas pesquisas do filósofo e que é difícil, se não impossível, tratar de um sem considerar os outros. Mas por que é impossível tratar de um sem se referir aos outros? Porque o alvo prioritário de Foucault, em suas investigações, não é elaborar uma teoria do saber, do poder, e nem da composição de uma ética que esteja fundada num sujeito a-histórico. O seu objetivo maior é o estudo da subjetivação, o estudo das coisas que fizeram de nós o que somos:

Gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi à meta de meu trabalho durante os últimos vinte anos. Não consistem em analisar os fenômenos do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, pelo contrário, constitui em criar uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura. [...] Assim, o tema geral de minha investigação não é o poder, mas, sim, o sujeito. (FOUCAULT, apud, VEIGA-NETO, 1996, p. 98).

Ora, se o alvo prioritário de suas investigações é a maneira pela qual nós nos constituímos como “sujeitos de ação moral sobre nós mesmo,” e se esse sujeito é uma construção histórica, é lógico supor que ele se constitui como tal numa relação com o saber e o poder. Mas é necessário especificar o tipo de saber que Foucault prioriza em suas pesquisas e qual deve ser o alvo do poder nesse processo de dominação.

Primeiro, o saber que Foucault afirma ser relevante para o entendimento dos processos de assujeitamento das pessoas não são os dados por uma teoria geral do direito ou coisa semelhante. Os saberes que ele assegura serem importantes são saberes locais, pontuais. O que quer dizer isso? São saberes específicos, que vão se constituindo sem a pretensão de dominação geral. Eles podem estar presentes ou partirem do exército, do hospital, do manicômio, da fábrica. E por serem saberes pontuais, locais, modificam mais facilmente o indivíduo. Mediante os saberes pontuais, Foucault defende uma mudança de perspectiva na análise do poder. Não mais os grandes processos ou os grandes aparelhos, como o Estado e as ideologias de classe. Mas os pequenos saberes, os saberes locais. O que ele assinala é que

... em vez de orientar a pesquisa sobre o poder para o âmbito do edifício jurídico da soberania, para o âmbito dos aparelhos de Estado, para o âmbito das ideologias que o acompanham, creio que se deve orientar a análise do poder para o âmbito da dominação (e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição, para o âmbito das conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber. (FOUCAULT, 2005, p. 40).

Na analítica do poder, deve se ter como alvo esses saberes locais, menores. E qual a vantagem disso? É que esses saberes, por serem menores, cortam mais incisivamente aquele pelo qual as pessoas primeiro se reconhecem: o seu corpo. Dessa forma, *“pode haver um ‘saber’ do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las; esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo”* (FOUCAULT, 1999, p.26). Isto implica dizer que o corpo está mergulhado num campo político. Mas num campo político em que as análises do poder devem partir de baixo,

ou seja, partir dos mecanismos infinitesimais, os quais têm sua própria história, seja seu próprio trajeto, sua própria técnica e tática, e, depois ver como esses mecanismos de poder, que têm, pois, sua solidez e, de certo modo, sua tecnologia própria, foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, inflectidos, transformados, deslocados, estendidos, etc., por

mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global. Não é dominação global que se pluraliza e repercute até em baixo. Creio que é preciso examinar o modo como, nos níveis mais baixos, os fenômenos, as técnicas, os procedimentos de poder atuam; mostrar como esses procedimentos, é claro, se deslocam, se estendem, se modificam, mas, sobretudo, como eles são investidos, anexados por fenômenos globais, e como poderes mais gerais ou lucros de economia podem introduzir-se no jogo dessas tecnologias, ao mesmo tempo relativamente autônomas e infinitesimais, de poder. (FOUCAULT, 2005, p. 36)

Essa citação, apesar de longa, é fundamental para clarear a perspectiva em que foi desenvolvido este trabalho e que se problematizou nas páginas anteriores. Trata-se de deslindar, como a Educação Física / Esportes (E.F.E.) disciplinarizou e foi utilizada como objeto para controle da população.

De como está organizada esta dissertação

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, **“Dos Saberes”**, discute-se, no primeiro momento, o Diagnóstico, uma técnica embasada em saberes que, desde o século XVII, vinham se tornando prioritárias para as ações governamentais e que interessavam mais aos governantes que a “produção” e o conhecimento das leis. O objetivo era a construção de um aparelho administrativo baseado no saber da realidade do Estado, das suas forças e daquilo que era, virtualmente, possível conseguir. Por isso, de acordo com Foucault (2008a), pesquisas e relatórios contínuos possibilitam a constituição de um saber específico, que nasce, permanentemente, no próprio exercício do poder governamental, que lhe é coextensivo, que esclarece a cada passo e que indica não o que se deve fazer, mas o que existe e o que é possível. No segundo momento, segue-se a esse item um esboço histórico do *pano de fundo* que estimulou a acentuação dessas técnicas para conhecer e satisfazer a população em suas necessidades e desejos. O terceiro ponto deste capítulo discute o *como* e o *porquê* da Revista Brasileira de Educação Física e a sua utilização como um meio facilitador para a implementação dos objetivos governamentais quanto à Educação Física e Esportiva.

O segundo capítulo, **“Duas Categorias”**, é construído sob duas categorias de análise que perpassam pela Revista Brasileira de Educação Física e que Foucault denomina de biopolítica e disciplinarização. No que tange à primeira, recorreremos a artigos que discutem a

importância do lazer, da recreação e dos programas esportivos para a massa – Esporte Para Todos – que visavam à administração da população. Quanto à disciplinarização dos indivíduos remeter-nos-emos de forma mais específica, a alguns artigos pedagógicos sobre a Educação Física e Esportiva.

O terceiro capítulo, “**Duas Orientações**”, parte de um texto seminal do professor Manoel José Gomes Tubino, intitulado “*As tendências internacionais da educação física*”, e propõe analisar os processos de subjetivação que foram determinados a partir da Educação Física e Esportiva e que se articulavam sob duas denominações designadas por **dogmática** e **pragmática**. Procuramos mostrar que a primeira se coadunava mais à perspectiva liberal, e a segunda, aos princípios neoliberais. Para tanto, recorreremos à distinção que Foucault faz entre o liberalismo e o neoliberalismo e a artigos da Revista Brasileira de Educação Física, que denotavam uma mudança de perspectiva entre uma concepção e outra.

Nas “**Considerações Finais**”, retornamos aos eixos que articularam a pesquisa e às lutas que se fazem em torno da produção da verdade, cuidando para que não se procure estabelecer, a partir dessas lutas, o resgate de uma essência diluída no tempo e nem que se apresentem como definitivas as formas “vencedoras” do momento.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o questionamento de “verdades dadas” que sustentam a E.F.E. e que são tidas como “fundamentalmente boas”. Não almejamos, de outra parte, apresentar ou discutir possíveis soluções ao governo dos homens e de nos mesmos, o que se quer é mostrar a historicidade dessas construções. Portanto, se se pretende dar a esta dissertação algum objetivo quanto a soluções ou ao apontamento de alternativas às considerações feitas, estas devem estar limitadas à compreensão de que nada está dado para sempre. Isso remete a nos assumirmos como seres humanos livres para contestar ou negar o que está instituído

CAPÍTULO I

DOS SABERES

Levanta dados referentes a níveis e variáveis, definidos para a Educação Física/Desportos no Brasil. Parte de um modelo estabelecido por análises de sistemas, observando realidade multiplicinar. O grau de consistência desse tipo de apreciação permite alcançar um política para efeito de ação do Governo Federal quando da utilização dos recursos da Loteria Esportiva. Fornece relação de endereços das fontes de informação. (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971)

Neste capítulo, mostra-se, a partir de uma leitura do Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil, a inserção da E.F.E. nos ordenamentos governamentais por meio de práticas de governo assentadas em análises sistêmicas. Destaca-se que o enfoque priorizado por nossos tecnocratas é o cibernético: “uma teoria dos sistemas de controle baseada na comunicação (transferência de informação) entre o sistema e o meio e o dentro dos sistemas, e do controle (retroação) da função dos sistemas com respeito ao ambiente” (BERTALANFFY, 2008, p. 43).

Procura-se discutir o pano de fundo que incrementou os investimentos governamentais em comodidades sociais – inclusive a E.F.E. - que viabilizassem uma melhora na qualidade de vida da população e, também, a utilização da Revista Brasileira de Educação Física como uma ação efetiva para a “disponibilização” dessa benesse social com mais qualidade.

1.1 O Diagnóstico

Na história da Educação Física brasileira, autores clássicos como Rui Barbosa, José Veríssimo e Fernando de Azevedo⁶, eram enfáticos em relacioná-la ao desenvolvimento brasileiro. No entanto, ao discorrerem sobre sua importância, baseavam seus discursos nas ciências sociais de cunho positivista, nas ciências biológicas, e a ideia era corrigir a saúde

⁶ Há que se considerar que esses autores concebiam a Educação Física basicamente como ginástica.

física e moral da população pela prática dessa atividade. Dispunham, naquele tempo, de uma quantidade de dados sobre a educação, que, embora considerados deficitários, serviam para justificar, significativamente, suas ponderações sobre a realidade educacional no Brasil. Um exemplo pode ser dado nos Pareceres de Rui Barbosa, nos quais ele esmiúça dados do Brasil e os compara com os de outros países, mostrando as precárias condições em que nos encontrávamos em relação a eles. No entanto os autores acima citados, ao discorrerem sobre a Educação Física, tecem suas observações embasadas numa empiria rudimentar. A falta de dados que corroborem suas observações está explícita em seus textos. Detecta-se o problema: falta de instituições para a preparação dos professores de Educação Física; falta de espaços adequados para a população praticar as atividades; descaso das autoridades para com a formação dos professores; espaço físico inadequado na rede escolar; péssima saúde da população, etc.. Mas dados para se tratar do assunto à maneira que Rui Barbosa faz, no que tange à educação em geral, não existiam e não melhoraram até o início dos anos 70 no século passado.

A Educação Física e Desportiva pode ser tratada por dois enfoques: 1) um, no qual estariam incluídos os aspectos que envolvem ações públicas e iniciativas privadas para as demandas da população; e 2) outra, voltada para o aspecto escolar. Do primeiro enfoque, desde os tempos de Rui Barbosa e Veríssimo, os dados são inexistentes. Da Educação Física e Desportiva escolar, quando existiam, também eram muito precários. Somente com o Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil⁷, uma possibilidade concreta de governamentalidade dessas práticas se mostrou viável no país. Segundo o documento,

o propósito de um diagnóstico para fins de planejamento, segundo a orientação de Lozano e Ferrer Martin, é reunir elementos de avaliação em quantidade e qualidade suficientes que permitam, de modo objetivo e racional, definir as metas de um desenvolvimento desejado, viável de se obter em período de tempo determinado, assim como identificar os fatores sobre os quais é necessário atuar para alcançá-las. Isto implica, Lato Sensu, a realização de uma pesquisa, mas pesquisa instrumental, com fins operativos e concebida desde o início com sentido programático (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p. 09).

⁷ O Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil foi articulado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral por meio de um convênio entre CNRH-IPEA (Centro Nacional de Recursos Humanos – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura no dia 06 de maio de 1969. A partir deste ponto será designado por Diagnóstico.

O Diagnóstico era uma estratégia que visava agregar o maior número de dados possíveis para serem matematizados. Esses dados poderiam ser de ordem física – em nosso caso, espaços para se praticar ou se educar por meio de atividades do corpo, capacidade da indústria em suprir as demandas por esses espaços - e humana –, quantidade de pessoas preparadas para o ensino dessas atividades, grau de conhecimento dessas pessoas, interesse dos agrupamentos humanos em participar de programas de saúde etc.. A pesquisa feita deveria ser submetida a fórmulas que visassem atenuar todas as imprevisibilidades de um planejamento, ela – a pesquisa – deveria facilitar as ações de governo de um Estado que, desde o século XVIII, tendia “*a aumentar o seu poder cuidando de uma maneira minuciosa e metódica, da felicidade de seus súditos de onde o nome de estado de bem-estar, Wohlfahrtsstaat, pelo qual também é designado*” (SENELLART, 1995, p. 02)⁸. Sob esse aspecto, o Diagnóstico propunha a fundamentar ações do governo no planejamento de políticas públicas para a Educação Física e Esportiva. O conhecimento da realidade deveria facilitar as intenções do governo na administração das demandas da população. No caso, o Diagnóstico, viabilizaria uma ação eficaz por parte do governo na realidade esquadrihada, pois o governo não é uma “*simples instrumentalização da força de um Estado cada vez mais compacto, mas uma figura original do poder, articulando*⁹ *técnicas específicas de saber, de controle de coerção*” (*Ibid*). O Diagnóstico, sem dúvida, era uma “técnica de saber” que facilitaria a ação governamental.

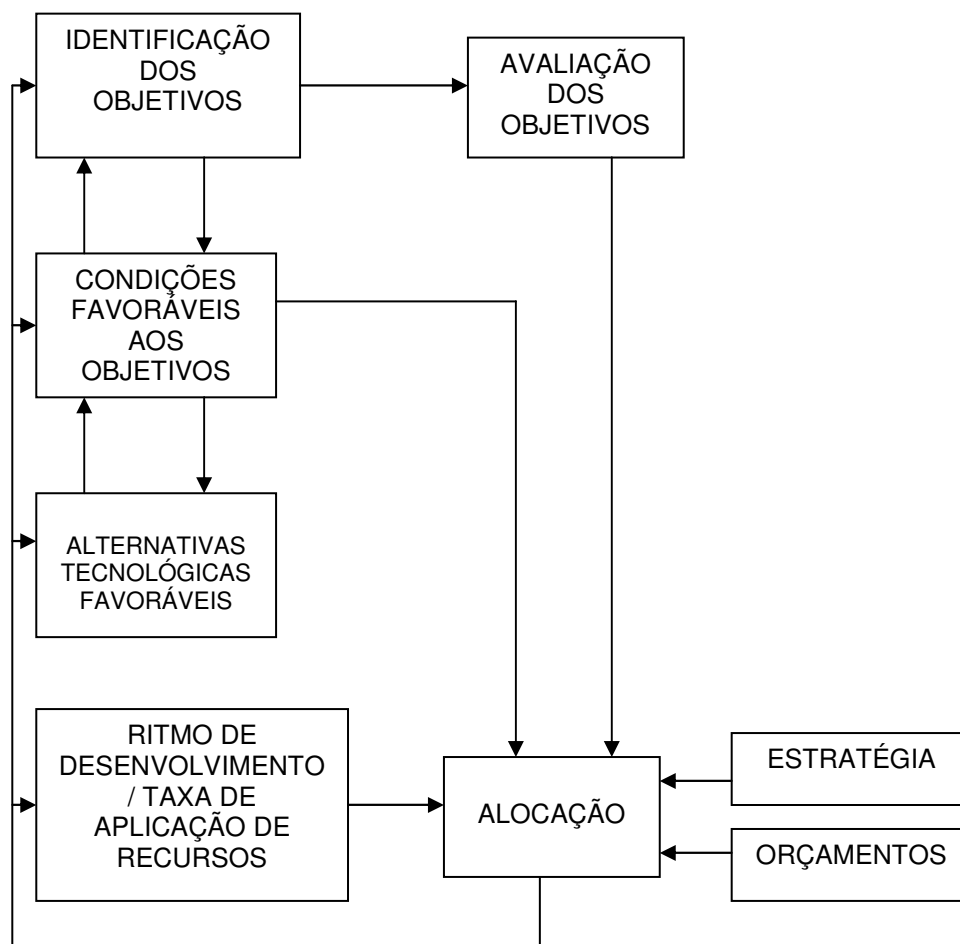
Em termos operacionais, estaríamos diante da necessidade de continuamente distinguir os aspectos técnicos, políticos e administrativos dos critérios que orientam os **approaches**, estabelecer correlação entre eles e dimensionar tentativamente as necessidades futuras. Neste sentido, o fluxograma proposto por REA, adaptável tanto à ação governamental como à iniciativa privada, oferecem-nos condições para discutirmos sobre um modelo de

⁸ Àqueles que poderiam objetar que o Estado brasileiro no período em questão era tudo menos um estado de bem-estar social, faz-se a seguinte ressalva: em que pese a crueldade da ditadura militar nesse momento, principalmente contra estudantes, não se pode deixar de fazer as devidas considerações quanto às medidas governamentais de cunho social. O governo brasileiro, nesse momento, não coagiu apenas, ele também atuou positivamente em vários setores como a saúde, habitação, cultura, projetos de infraestrutura, etc.. Que essas realizações tenham culminado em fracasso juntamente com aquilo que ficou conhecido como o “Milagre Brasileiro” é quase consenso. O que interessa de forma particular é o que aconteceu no âmbito da Educação Física, setor sobre o qual o governo militar agiu com determinação, e cuja base de ação foi o esboço da situação dada pelo Diagnóstico.

⁹ Destacamos essa palavra, pois não devemos entendê-la como a perspectiva em que o Estado estava agindo “conspirativamente”, ideologicamente com saberes que lhe são próprios para manipular a população. O que deve ser apreendido com a expressão, “articulando técnicas específicas de saber, de controle de coerção”, é o seguinte: essa articulação do Estado ocorreu em função da colonização, da utilização de saberes pontuais, específicos, que, segundo Foucault (2005), em dado momento, numa conjuntura precisa, e mediante certo número de transformações, começaram a tornar-se economicamente lucrativas e politicamente úteis para o governo da população. Na verdade, o Estado “apropria-se” de técnicas específicas e as utiliza para governar.

diagnóstico para o setor visado [educação física e desportos] pelo presente estudo (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p.10).

Segue abaixo modelo de fluxograma para o diagnóstico.



Quadro 1 - Modelo de fluxograma para inserção dos dados do diagnóstico.

Fonte: BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971.

O governo brasileiro, nos mesmos moldes que os de outros países, inclusive – e principalmente – os de origem socialistas, também estava preocupado em se munir de dados em todas as atividades da vida econômica e social para melhor administrá-la. Portanto, a recorrência a diagnósticos para planejamentos de todos os tipos não deve ser pensada como uma exclusividade do Regime Militar. Era, na verdade, uma característica de todos os governos, na qual o Brasil também se inseria e se pretendia ser o primeiro no que tange à educação física: “*O Brasil é, talvez, o único país do mundo que dispõe agora de um Diagnóstico de Educação Física e Desportos, elaborado com um approach de análises de*

*sistemas, última palavra na técnica das ciências sociais*¹⁰” (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p. 08).

Mas o que significa elaborar um diagnóstico sob a última palavra na técnica das ciências sociais? Acredita-se que a ambição dos idealizadores do Diagnóstico era elaborar o trabalho pautando-se em enfoques cuja raiz se originavam em um novo paradigma: a Teoria Geral dos Sistemas. Antes de tratarmos do enfoque adotado pelos técnicos para a Educação Física, faz-se pertinente traçar um perfil desse novo paradigma.

Os técnicos – burocratas, a serviço dos políticos e na procura da melhor maneira de atender às necessidades da população, percebiam o que o “principal idealizador” dessa teoria divulgava. De acordo com Bertalanffy,

os políticos, frequentemente, reclamam a aplicação do ‘enfoque sistêmico’ a problemas urgentes, tais como a poluição do ar e da água, o congestionamento do trânsito, a bruma urbana, a delinquência juvenil e o crime organizado, o planejamento das cidades, etc. designando isto um ‘novo conceito revolucionário’.

Um primeiro-ministro canadense inclui a abordagem por meio de sistemas em sua plataforma política, dizendo que: ‘existe uma relação entre todos os elementos e constituintes da sociedade. Os fatores essenciais dos problemas públicos, das questões e programas a adotar devem sempre ser considerados e avaliados como componentes interdependentes de um sistema total’. (BERTALANFFY, 2008, pp. 22-23).

Não se pode afirmar que os políticos-militares, quando pediram aos técnicos para fazerem um diagnóstico para a educação física e desportos no Brasil, tivessem em mira a concepção sistêmica, mas, quanto aos técnicos, isso é certo, pois eles entendem “*que os fenômenos sociais devem ser considerados como ‘sistemas’ por mais difíceis e mal estabelecidos que sejam atualmente as definições das entidades sócio-culturais*” (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p. 26). No entanto o que diferencia esse modelo dos modelos tradicionais?

¹⁰ O que os técnicos não reconheciam é que o enfoque por eles elegido não era uma unanimidade. O próprio Bertalanffy, citando Bronowski, diz: “A cibernética, por exemplo, causou impacto não somente na tecnologia, mas nas ciências fundamentais, produzindo modelos para fenômenos concretos e trazendo os fenômenos teleológicos – que anteriormente eram tabus – para o âmbito dos problemas cientificamente legítimos. Mas não produziu uma explicação que abranja a totalidade das coisas, ou uma grande ‘concepção de mundo’, sendo mais uma extensão do que a substituição da concepção mecanicista e da teoria das máquinas”. (BERTALANFFY, 2008, p. 45)

Os modelos tradicionais são analíticos, ou seja, acredita-se que, do conhecimento das partes, pode-se, por aditividade, conhecer o todo. Nessa concepção, uma coisa leva à outra numa sequência de causalidade linear. A abordagem sistêmica, ao contrário, “*consiste em preparar-se para resolver problemas que, comparados aos problemas analíticos e somatórios da ciência clássica, são de natureza mais gerais*” (BERTALANFFY, 2008, p. 40). Bertalanffy, biólogo de profissão, cunhou uma expressão para abordar análises globalizantes. Ele a chamou de organísmica. O que vem a ser isso?

Tratava-se de uma teoria que decorreu da biologia e que, depois, foi rearranjada às mais variadas ciências, não para que fosse usada por esta ou aquela ciência de forma particular, mas para que facilitasse a ação de todas na resolução de problemas. Essa teoria, segundo Bertalanffy (2008), levava em consideração o organismo como totalidade ou sistema, e disso decorreu que o principal objetivo das ciências biológicas – e de todas as outras - era descobrir os princípios de organização em seus vários níveis. Desta forma, para o autor, parece que uma teoria geral dos sistemas seria um instrumento útil capaz de fornecer modelos a serem usados em diferentes campos e transferidos de uns para outros. Em que se baseia essa teoria? Na teoria dos sistemas abertos.

Sistemas abertos são aqueles semelhantes a um organismo: “*o organismo não é um sistema fechado, mas aberto. Dizemos que um sistema é ‘fechado’ se nenhum material entra nele ou sai dele. É chamado ‘aberto’ se há importação e exportação de material*” (BERTALANFFY, 2008, p.62). É sob a perspectiva dos sistemas abertos que o Diagnóstico é montado. No entanto, é sob o prisma de um dos possíveis enfoques sistêmicos que ele é articulado.¹¹ O modelo apontado para o Diagnóstico da Educação Física e Desporto no Brasil é o cibernético.

A cibernética é uma teoria dos sistemas de controle baseada na comunicação (transferência de informação) entre o sistema e o meio e dentro dos sistemas, e do controle (retroação) da função dos sistemas com respeito ao ambiente. Como já foi mencionado e será discutido a seguir, o modelo é de ampla aplicação, mas não deveria ser identificado com a teoria dos sistemas em geral. Em biologia e em outras ciências fundamentais, o modelo cibernético serve para descrever a estrutura formal de mecanismos reguladores, por exemplo, por meio de diagramas de blocos e de fluxogramas. Assim, a estrutura reguladora pode ser reconhecida, mesmo quando os mecanismos

¹¹ Bertalanffy (2008) enumera vários, dentre os quais o cibernético. São eles: 1) Teoria clássica dos sistemas; 2) Computação e simulação; 3) Teoria dos compartimentos; 4) Teoria dos conjuntos; 5) Teoria dos gráficos; 6) Teoria das redes; 7) Cibernética; 8) Teoria da informação; 9) Teoria dos autômatos; 10) Teoria dos jogos; 11) Teoria da decisão; 12) Teoria da fila.

reais permanecem desconhecidos ou não são descritos, e o sistema é um ‘caixa preta’, definida somente pela entrada e pela saída. Por motivos semelhantes, o mesmo esquema cibernético pode aplicar-se a sistemas hidráulicos, elétricos, fisiológicos, etc. A teoria altamente complexa dos servomecanismos na tecnologia foi aplicada aos sistemas naturais somente em limitada extensão (BERTALANFFY, 2008, p.43).

A análise do item “Modelo do Diagnóstico” exposto no Diagnóstico evidencia isso. Mas, mais do que essa análise, a Revista Brasileira de Educação Física, número 26, trouxe um artigo do coordenador e editor do Diagnóstico e da Revista – Lamartine Pereira da Costa -, que corroborou, de forma definitiva, a adoção do enfoque cibernético. Esse artigo, intitulado “*Caracterizações para uma política desportiva nacional*”, compõe-se de 22 páginas repletas de fluxogramas, em que palavras como input, output, feedback, process, control, imperam do início ao fim. Lendo-se atentamente o Diagnóstico e a citação acima, pode-se entender o porquê da adoção desse enfoque. De acordo com a caracterização, o enfoque cibernético baseou-se numa estrutura reguladora formal, portanto, definida de antemão.

Dado que as informações reais da Educação Física e Desportos no Brasil não eram confiáveis, pode-se evidenciar o seguinte: os elaboradores do Diagnóstico sabiam que qualquer enfoque para se tentar administrar os problemas pertinentes à Educação Física e Desportos seria uma “caixa preta”, pois o grau de confiabilidade das informações seria mínimo. Logo, todas as medidas administrativas deveriam ser tomadas com bases nas entradas e saídas das diversas variáveis no sistema. Portanto, desde a coleta de dados, até a sua utilização para a obtenção dos objetivos, devia-se estar sempre atendo às possibilidades de inserção ou retirada de dados do sistema.¹² Esse enfoque, apoiado por nossos tecnocratas da Educação Física, que, de certa maneira, pretenderam abordar a realidade de forma global, ajustaram-se a uma nova arte de governar que vinha se afirmando desde o final do século XVIII e cujo objetivo era administrar a população. Assim, o enfoque cibernético, direcionado à sociedade, visava administrar fluxos da espécie humana.

Segundo Paul Veyne (1982), no texto “*Foucault Revolucionou a História*”, depois de discutir como se dava a “condução” da população no Império Romano e nas Monarquias, narra sobre a nova arte de governar da qual somos objetos:

¹² Se o leitor vir uma semelhança entre esses objetivos e os malabarismos técnicos dos atuais economistas neoliberais, não é mera coincidência. Os técnicos elaboradores do Diagnóstico estavam impregnado das modernas técnicas de administração de origem neoliberal.

De outras vezes, o objeto natural ‘governados’ não é uma fauna humana nem uma horda que, com maior ou menor boa vontade, se deixa conduzir em direção a uma terra prometida, mas uma ‘população’ que se tenta administrar, à maneira de um fiscal das Águas e Florestas, que regula e canaliza os fluxos naturais das águas e da flora de tal modo que tudo caminhe bem na natureza, que a flora não pereça. Ele não abandona a natureza à sua própria sorte; ocupa-se dela, mas sempre em proveito da própria natureza, ou, se preferirmos, se assemelha a um guarda de trânsito que ‘canaliza’ o tráfego espontâneo dos automóveis para que flua facilmente: é esse o trabalho que ele se atribui. Assim, os automóveis rodam em segurança; a isso se chama o *welfare state*, e nele vivemos” (VEYNE, 1982, p. 155).

Guardando as devidas proporções, o enfoque cibernético, aplicado à Educação Física Esportiva, visava administrar a energia física da população, orientando, canalizando essa energia, que não deveria mais ser deixada à própria sorte. Na nova arte de governar, os governantes precisavam agir sobre a natureza, no nosso caso, pretendia-se administrar o bem-estar físico da população pelo saber “Educação Física e Esportiva”.

De acordo com o modelo dado no quadro 1, pode-se inferir que o objetivo era racionalizar ao máximo o orçamento disponível para aperfeiçoar os recursos humanos e físicos, com vistas a atender de forma mais eficiente à população. A palavra aperfeiçoar aparece três vezes na apresentação do Diagnóstico, que é de pouco mais que uma página.

Primeiramente, ele visava listar dados para “*aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida*” (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p. 07). Depois, em um segundo momento, aponta-se que:

paralelamente ao Diagnóstico, a equipe encarregada de sua preparação tomou parte em uma série de trabalhos e medidas destinadas a aperfeiçoar o setor: a criação do atual departamento de Educação Física e Desportos; o disciplinamento dos investimentos federais nessa área; a obrigatoriedade da prática – em todos os níveis de ensino - da Educação Física e Desportiva e sua conseqüente regulamentação... (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p. 08)

Mais à frente, e por último,

o diagnóstico coloca o país na posição privilegiada de poder, imediatamente, determinar uma política nacional para o setor, fundada em bases científicas e racionais, que permitirá em prazo médio, desempenhar importante papel no aperfeiçoamento dos recursos humanos disponíveis no Brasil. (Ibid, p. 08)

Temos, então, a seguinte situação: foi feito, por meio do Diagnóstico, um esquadramento dos recursos físicos e humanos no que tange à Educação Física e Esportiva, cujo fim era atuar aperfeiçoando o homem brasileiro; os setores físicos, legislativos e operacionais relacionados às atividades e, finalmente, visava-se “aperfeiçoar” as pessoas que militavam na área no Brasil. Ora, a palavra aperfeiçoar remete a duas outras, que, em termos práticos, e nos moldes das ações tecnocráticas do período, levavam os governos a agir em função da eficiência e eficácia.

O conceito dessas duas palavras foi discutido por Manoel José Gomes Tubino e Luiz Guilherme Abtibol na Revista Brasileira de Educação Física nº17 (1973)¹³. Ao termo eficiência os autores vinculavam critérios voltados para o desempenho interno e a execução, explicando que a palavra deveria ser concebida como um sistema fechado, sem relação com o meio ambiente. O termo eficácia era relacionado a critérios de desempenho externo das organizações, portanto, ele precisaria ser entendido como um *“sistema aberto, com permanente e considerável envolvimento com ambiente físico e cultural”* (TUBINO; ABTIBOL, 1973, p. 66). Vemos, aqui, a conexão entre os princípios que norteavam nossos técnicos e as análises sistêmicas. As expressões sistemas abertos e fechados comprovam isso. As palavras foram usadas no âmbito da eficiência e da eficácia em escolas de Educação Física, mas entende-se que os termos decorriam de um padrão de ação dado pelos objetivos governamentais, tendo em vista que, segundo os autores, governar era levar uma empresa até seu objetivo (eficácia), tratando de fazer o melhor uso possível de todos os recursos que estavam a sua disposição (eficiência).

O Diagnóstico visava possibilitar, por meio da elaboração de dados estatísticos, a maior eficiência na administração dos recursos disponíveis para a maior eficácia no atendimento das necessidades detectadas pelos relatórios, como se vê no quadro 02.

Eficiência	Eficácia
➤ Desempenho Interno	➤ Desempenho Externo
➤ Execução Racional	➤ Decisão Racional
➤ Sistema Fechado	➤ Sistema Aberto

Quadro 2 - A distinção entre eficiência e eficácia nas ações governamentais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

¹³ A partir de agora designada por REVISTA.

Dessa forma, podem-se fazer duas perguntas: 1) sob que perspectiva os dados do Diagnóstico deveriam ser arrançados para que atendessem às necessidades governamentais de eficiência e eficácia?; e 2) elaborado o Diagnóstico e os objetivos a serem alcançados, qual o melhor sistema para inseri-lo?

Quanto à primeira questão, o Diagnóstico não se limitava apenas a detectar os problemas pertinentes à realidade estudada, ele deveria também:

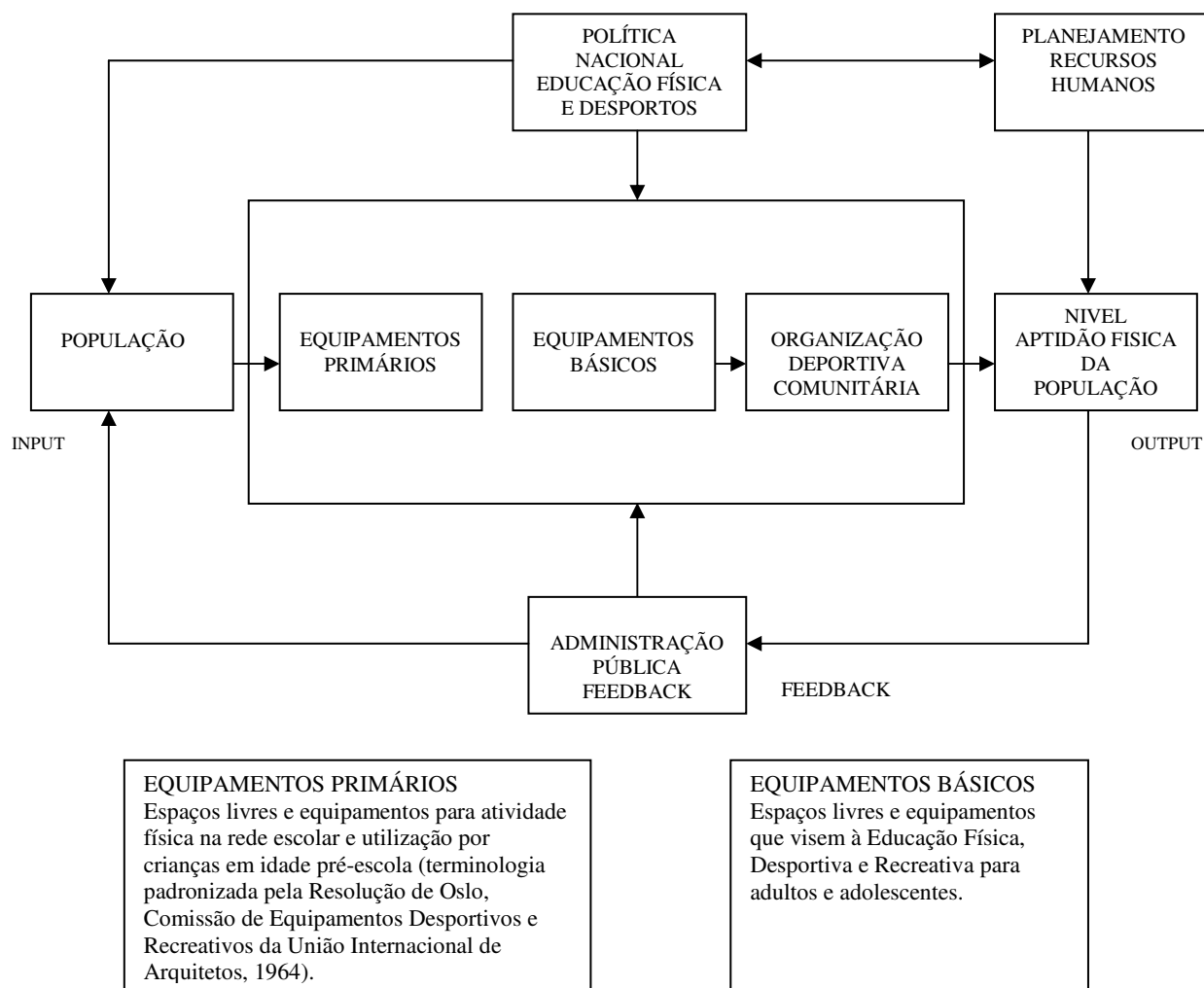
Conjugar-se com a identificação dos objetivos desde o início da ação governamental dentro do modelo acima examinado [quadro 01] prevendo as melhores condições possíveis para a efetividade da atuação administrativa. Em termos práticos, esse enfoque pode ser delineado partindo-se da análise comparada conjuntural da Educação Física/Desportos em outros países, procurando-se determinar tendências globais (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p. 18).

As bases comparativas, sobre as quais os planejamentos governamentais assentavam os seus objetivos - determinados de acordo com padrões internacionais – eram advindas dos órgãos oficiais da UNESCO, que advogavam, como primeiro ponto, ser a Educação Física/Desportos educacionais o fundamento de todo projeto na área. Segundo, essas atividades visavam à melhoria da saúde da população; e terceiro, cabia às organizações comunitárias - de todo tipo - a efetividade das ações do governo.

À segunda questão, os organizadores do Diagnóstico apresentavam como solução a inserção dos dados da realidade estudada e os objetivos a serem alcançados em um sistema no qual possíveis causas de desvios nas metas traçadas fossem detectadas com antecedência e realinhados os fatores determinantes desses desvios:

Essa configuração representa, de forma genérica, a problemática de qualquer empreendimento moderno e mostra, sobretudo, a interdependência do planejamento com a antecipação do futuro, característica que é interpretada por uma das definições correntes: *'planejamento é a construção de modelos de antecipação causativas'*. (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p. 18)

Um modelo desse tipo de sistema é apresentado no Diagnóstico (1971) e está reproduzido no quadro 03.



Quadro 3 - Modelo Cibernético orientador das ações governamentais para E.F.E.

Fonte: BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p.26.

A que se queria chegar com esses modelos de antecipação causativas? O objetivo era, por meio do enfoque cibernético, atuar equacionando os resultados pouco produtivos dos investimentos e das ações efetuadas pelo governo na administração da comodidade Educação Física e Esportiva à população. Mas, para a adoção desse enfoque, fazia-se necessário, antes de tudo, uma opção de modelo estrutural a ser seguido pelo governo, e este é dado na REVISTA.

Em matéria intitulada “*Educação Física no Brasil de 1970 para 1980*”, nº 12, ano 4, os autores, depois de compararem três modelos/sistemas administrativos para o setor, asseguravam ser ideal, para o Brasil, o chamado sistema misto. Todos os três sistemas se apresentavam em um esquema piramidal cuja base é escolar, o meio da pirâmide é caracterizado como social e o ápice é composto pela elite. O primeiro foi designado de

“Dirigismo Absoluto” (gráfico I), e as três fases da pirâmide não se comunicavam. Segundo os articuladores, esse sistema foi característico dos regimes totalitários. O segundo, designado de “Liberalismo Absoluto” (gráfico II) foi comum nos países já desenvolvidos, como os Estados Unidos, e a base e o meio da pirâmide se comunicavam. No terceiro, segundo os autores, o melhor para o Brasil, chamado de “Sistema Misto”¹⁴ (gráfico III), as três fases se comunicavam, e caberia ao governo orientar as atividades da base escolar com a participação dos setores privados e da comunidade, desde que submetidos à ordenação governamental. Veja quadro 04.

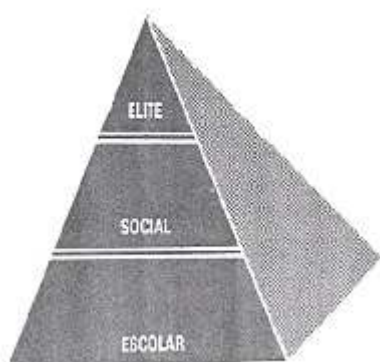


Gráfico I

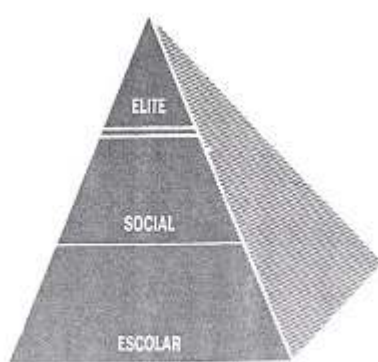


Gráfico II

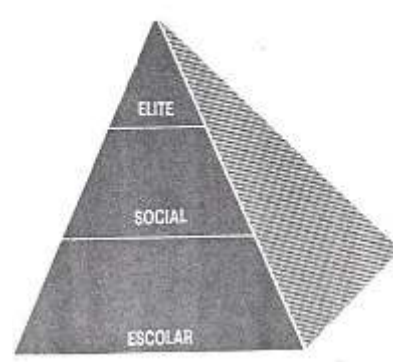


Gráfico III

Quadro 4 - Modelos gerenciais para E.F.E nos vários países.
Fonte: MOLLET, 1972.

Justificavam a opção, tendo como base o Diagnóstico, para o planejamento das ações governamentais, nos seguintes termos:

Opção Brasileira

No ordenamento das prioridades de ação, o Governo brasileiro, após 1694, fez do homem a sua meta prioritária. Partindo deste enfoque, foi elaborado em 1968/69 o “Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil”. Conhecida a situação real, e as possibilidades de ação oferecidas pela tecnologia, qual a opção?

¹⁴ Entende-se que a opção pelo sistema misto pode ser explicitada pela própria postura governamental brasileira a partir da Proclamação da República. Embora o País tenha optado pelo liberalismo, nunca deixou de agir por meio do Estado nos mais variados setores. Desta forma, a estrutura governamental foi sempre, no limite, semelhante ao “monstro” do Doutor Frankenstein. Isso porque, adotando as idéias liberais, nunca deixou de agir arbitrariamente por meio do Estado, fosse impondo políticas públicas ou solapando princípios democráticos.

As próprias determinantes de cada uma das correntes existentes levaram à conclusão de que, por sua formação étnica, status econômico e orientação político-social, a melhor opção para o Brasil era a da “Orientação Mista”.

Planejamento Geral

Estabelecida a linha geral de conduta, foi estruturado o sistema político administrativo, a ser instalado por etapas, observando-se os feedbacks que agiriam sobre as variáveis dos sistema.

Esta forma de ação elimina qualquer ingerência estranha ao setor na distribuição orçamentária e assegura o controle efetivo da execução dos projetos: ao Estado, e somente a este, cabe programar o seu desenvolvimento.

Excepcionalmente, age ainda o DED através de grupos de trabalho especiais, de duração limitada e com atribuições específicas. (REVISTA, 1972, n° 12, p. 85)

A análise do fluxograma exposto no quadro 03, em que abundam termos técnicos, aliada às citações acima, permite visualizar que o governo, por meio de uma política nacional de Educação Física e Desportos, tinha como objetivos atuar diretamente sobre a população e também o domínio sobre a estrutura de transformação, composta pelos equipamentos primários, equipamentos básicos e organização desportiva comunitária, e, sob esse último, recaía a ideia de que o desenvolvimento seria mais viável com a participação da comunidade. Todo processo subsequente deveria estar realimentando o setor de planejamento recursos humanos com dados para nova ação governamental.

Observa-se, nessa colagem do Diagnóstico aos pressupostos da UNESCO e da opção pelo sistema misto, o direcionamento dos programas de governo para o controle da população. Tendo a Educação Física e Esportiva como uma comodidade social que poderia gerar lucros ao governo, tanto no que se relacionasse aos aspectos da população em sua totalidade, bem como nos aspectos individuais, o governo passaria a investir nessa prática. De forma específica, no direcionamento da ação governamental à população, Foucault a denominou de biopolítica. Uma tecnologia

que se instala, se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem a corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da

vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.. (FOUCAULT, 2005, p. 289)

Mas por que tanto zelo com a população? Por que tanta preocupação em conhecer suas necessidades e seus desejos? Haveria algum “fantasma” que atemorizava o governo para que criasse políticas para administração dessa população? A resposta é positiva, havia sim. Tratava-se do medo do comunismo.

1.2 Pano de Fundo

Estamos vivendo um processo de guerra permanente, que nos é movido pelo mundo comunista, que tem como meta o seu expansionismo, impondo sua ideologia aos países democráticos. É imperativo, portanto, que nos preparemos para enfrentá-los em todas as áreas e, em particular, na expressão psicossocial do Poder Nacional, a mais sensível e vulnerável às investidas da subversão dentro do processo guerra revolucionária, que procura a conquista dos indivíduos e, por via de consequência, a do Estado visado.

Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. TG4-76. 4º Trabalho de Grupo. Análise da conjuntura/interna. (Campo Psicossocial).

Depois da 2ª Grande Guerra Mundial, o mundo esteve em tensão permanente devido à iminência de um conflito mundial entre as duas maiores potências do mundo. No lado ocidental, os Estados Unidos da América lideravam um bloco de países que defendiam ideias liberais e, pelo lado oriental, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas encabeçava um grupo de países que se pautavam pelos ideais comunistas. A busca por estender sua influência ao maior número de países do planeta predispunha-os a um jogo de ameaças constantes, em que a população se via assombrada sob a possibilidade da deflagração de uma guerra de consequências inenarráveis. Em decorrência dessa situação, todos os países ligados, direta ou indiretamente, às duas potências hegemônicas do período passaram a desenvolver estratégias que os mantivessem incólumes às ideias e ao desenvolvimento de ações práticas em seu

território que não se coadunassem às suas opções ideológicas. O Brasil não estava fora desse contexto e, desde 1949, desenvolvia ações calcadas na chamada Doutrina de Segurança Nacional (D.S.N.). Segundo Silva (1967), A D.S.N. tinha como diretrizes governamentais quatro estratégias: política econômica, psicossocial e militar. E para que uma tivesse o melhor êxito possível, era necessário que a Estratégia Geral (D.S.N.) as concebesse como interdependentes:

a essa estratégia se subordinam, pois, tanto a Estratégia Militar como a Estratégia Econômica, a Estratégia Política e uma Estratégia Psicossocial, as quais se diferenciam uma das outras pelos campos particulares de aplicação e pelos instrumentos de ação que lhes são próprios, embora nunca deixem de atuar solidariamente, seja no tempo, seja no espaço. (SILVA, 1967, p. 25)

Silva (1967), como principal articulador da DSN, sabia perfeitamente que, num mundo em guerra total e permanente, não bastava o investimento em armas e coisas afins. Era forçoso que, juntamente com essas medidas, fossem tomadas outras cujo fim fosse assegurar o bem estar da população. Para se conseguir o mínimo de segurança era imperioso um mínimo de bem-estar da população, pois o completo descuido desse item por parte do governo poderia levá-lo ao insucesso. Portanto, segurança e bem-estar da população se relacionavam numa equação na qual, a partir de determinado ponto, o excessivo investimento em uma implicaria o decréscimo da outra. Mas Silva ainda alertou para o perigo de não se cuidar da população em uma situação de guerra total:

A segurança estrutura-se, pois não pode deixar de estruturar-se, sobre uma base irreduzível de bem estar econômico e social, nível abaixo do qual se ofenderá a própria capacidade de luta e de resistência da nação, incapacitando-a, afinal, para um esforço continuado e violento que dela a guerra exigirá. Esta é bem um domínio em que as forças morais cabe papel saliente, e não há moral de um povo que se possa manter indene além de certos limites de exaustão e de desânimo. (SILVA, 1967, p. 14)

Ora, o que a D.S.N. vislumbrava como problema de governo era a população. Esse acontecimento não era nenhuma novidade, e Michel Foucault o contextualizava a partir de fins do século XVIII e início do século XIX. Em relação à população, o autor afirmava, “*É um novo corpo: um corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável*” (FOUCAULT, 2005, p. 292). Os nossos ideólogos sabiam que a

população era problema do governo, e, como mostrou a citação de Silva, a segurança do Estado decorreria do bom ânimo do povo de uma nação, e este só poderia ser consequência de estratégias políticas que cuidassem de todos. Em termos foucaultinos, a D.S.N. era uma ação biopolítica, pois lidava “*com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder*” (Ibid, pp. 292/293).

Tendo em vista o contexto histórico decorrente da Segunda Grande Guerra, pode-se compreender a preocupação dos governos ocidentais em conhecer e agir preventivamente em áreas de risco mais vulneráveis à disseminação de ideias comunistas para melhor administrá-las, por meio das chamadas comodidades sociais (habitação, saúde, educação, etc.). A Educação Física/Desportiva estava no planejamento desses órgãos, pois foi detectado em pesquisas internacionais que:

- 1) A recreação passiva e ativa – incluindo a Educação Física/Desportiva – é classificada juntamente com a escolarização, habitação, atendimento médico e facilidade de abastecimento na categoria de comodidades sociais para efeito de planejamento de recursos humanos.
- 2) [...] Entretanto, são indubitáveis as verificações de benefícios advindos do investimento em comodidades para o desenvolvimento de um país ou região.
- 3) O inter-relacionamento das comodidades sociais tem sido comprovada por meio do fato de que os programas coordenados e integrados de educação, saúde, habitação e recreação apresentam efetividade sobre maneira relevante em relação a um desses fatores abordado isoladamente. (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p. 25)

Logo, a Educação Física, como estratégia psicossocial, não poderia estar fora das ações biopolíticas do governo. O Regime Militar, implantado a partir de 1964, visando à governabilidade do país, agia sob três pontos básicos: 1) tentava possibilitar o acesso da população às comodidades sociais; 2) agia com repressão física e luta armada contra dissidentes, principalmente, estudantes, professores e alguns setores como sindicatos e jornalistas; 3) também agia com propaganda de cunho nacionalista e de depreciação dos comunistas. O ataque a estes últimos podia ser sutil como o de um artigo na Revista Brasileira de Educação Física de número 17.

Em um texto, aparentemente despretensioso, com o título “Observações sobre detalhes técnicos e problemas do voleibol e dos demais desportos coletivos”, o autor, Adolfo

Guilherme, deixou explícito o pano de fundo que determinava as ações e os planejamentos dos órgãos oficiais ou privados no mundo ocidental. À primeira vista, ninguém poderia supor que, em um texto cujo título fala em “detalhes técnicos”, “problemas do voleibol”, houvesse insinuações sobre comunismo. Somente tendo em vista o fundo histórico sobre o qual a história era construída, pode-se chegar a essa conclusão.

O autor, ao falar dos problemas técnicos, não se reportou a problemas específicos das técnicas instrumentais do jogo em si, ele fez alusão aos problemas dos técnicos com os jogadores e dos jogadores com os seus colegas. Ao falar dos líderes e de suas ações na equipe, não perdeu tempo com as qualidades negativas e enumerou 21 destas dentre as quais: conspirar contra a direção técnica; estar solidário com o companheiro faltoso; estimular a indisciplina e a desordem; procurar dividir a turma em “grupinhos”, a fim de desfazer a unidade da equipe. No que tange às qualidades positivas, listou apenas quatro, das quais se destacavam: cooperar com a direção técnica; ter capacidade de orientar a turma para o bom caminho¹⁵. Mas, nas notas, percebe-se o fundo histórico sob o qual escrevia suas “observações”:

A ação do falso líder dentro de uma equipe é tão prejudicial e perigosa quanto a do subversivo dentro de uma Nação. Esta comparação se justifica porque enquanto o subversivo repudia sua pátria, perde o amor à sua família e à sua própria vida, o falso líder conspira contra o êxito de sua Agremiação ou Entidade Esportiva [...] sendo os meios esportivos próprios para aglutinar pessoas de ambos os sexos e de todas as idades em uma atividade sadia, pura, saudável, alertamos aos treinadores e aos dirigentes esportivos para ficarem permanentemente atentos, a fim de coibir e interceptar a ação negativa e prejudicial destes elementos, entre pessoas inocentes e desprevenidas. Enfim, tanto o subversivo como o falso líder são enfermos - maníacos perniciosos e nocivos às instituições e à sociedade. (GUILHERME, 1973, p. 61)

Assim, numa revista que tinha divulgação nacional e que possuía “autoridade” frente aos seus leitores, isso não representava pouca coisa. Pode-se considerar estarecedora a comparação que o autor fez: maníacos perniciosos e nocivos. A raiva com que Guilherme se referia aos falsos líderes não seria compreensível sem esse fundo histórico enredado na chamada Guerra Fria. Palavras como Pátria, família, vida, reforçavam as dimensões sobre o

¹⁵ Frente a uma discrepância tão grande entre qualidades negativas e positivas na Educação Física e Esportiva, pode-se indagar se essas práticas seriam realmente um bom instrumento para a educação.

fundo em que a história era escrita - a manutenção dos valores ocidentais de cunho cristão e liberal em oposição aos comunistas de origem socialista.

Esse artigo foi citado, não para mencionar que houvesse uma mentalidade conspirativa por parte dos articuladores da Revista e do autor do texto. Pretendeu-se apenas contextualizar o fundo sob qual se desenrolava a história e que obrigava os governos a agir preventivamente no atendimento dos desejos da população, disponibilizando comodidades sociais que mitigassem suas necessidades básicas. A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, como um veículo divulgador de saberes técnicos e pedagógicos, foi ao encontro das necessidades destacadas para um melhor atendimento dessa benesse social à população. *Por quê e como?*

1.3 A Revista

A Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo pretende ir ao encontro das melhores aspirações do Professor de Educação Física, mas também deseja receber a sua colaboração. Entre as suas peças encontra-se essa Revista, reformulada agora para desempenhar um efetivo papel nesta fase. (A.E.J., 1972, p. 05)

O capítulo número 13 do Diagnóstico, intitulado “Unidade Funcional do Sistema”, detectou que, no Brasil, o tema Educação Física/Desportos foi um dos mais veiculados na imprensa, mas, em contrapartida, foi um dos que mais careceu de uma abordagem técnica. Na página 332, lê-se o seguinte:

Pode-se, portanto, concluir que a Educação Física/Desportos representa no País um dos mais importantes fluxos de informação quanto a intensidade, como também deve ser essencialmente de caráter noticioso dado aos tipos de veículos mais utilizados (jornais, rádio, e televisão). A tiragem insignificante dos livros e folhetos, em termos relativos, e a existência de apenas uma revista técnica efetivamente periódica (“Boletim Informativo”, tiragem de 5.000 exemplares editado pela Divisão de Educação Física do MEC e recentemente transformada em “Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva”) confirmam essa interpretação. (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p.332)

Da citação acima, pode-se compreender o *porquê* da REVISTA nas estratégias do governo. Ela se apresentava como um veículo de divulgação técnica dos conhecimentos da área e era concebida como um instrumento de saber que facilitaria as pretensões do governo em atender à população na comodidade Educação Física e Desportos. Tendo em vista que o Diagnóstico detectou uma carência muito grande de informações técnicas, a REVISTA e outros meios poderiam solucionar o problema. A esse respeito, valem as seguintes palavras:

Os impedimentos para a aceleração do processo situam-se, na atualidade, no referente à participação deficiente das informações de natureza técnica e administrativa. Em termos de política nacional, essas carências são traduzidas, respectivamente, em programação visando a qualidade – em lugar da normalmente preconizada objetivando quantidade - e a reforma concomitante da estrutura e funções da intervenção governamental. (BRASIL, DIAGNÓSTICO, 1971, p. 333)

A REVISTA estava dentro dos objetivos governamentais que deveriam contemplar em primeiro lugar a qualidade das informações transmitidas. Sobre as novas pretensões do governo para a divulgação da REVISTA foram decisivas as palavras do Coronel Eric Tinoco Marques no editorial da REVISTA nº13, cujo título foi: “Faça sua revista circular”. Explicava ele:

Você deve estar sentindo a modificação gradual da sua Revista. Pelo menos, assim esperamos que aconteça e, neste sentido temos envidado o melhor de nossos esforços. Meridiano se torna que a implantação de uma publicação periódica seja tão atualizada quanto possível, cobrindo a maior área de assuntos que o seu espaço possibilite; destarte, a elevação do seu padrão técnico deve ser acompanhada de perto pela diversificação do conteúdo, sem esquecer a apresentação (MARQUES, 1973, p. 04).

Assim, tem-se que a REVISTA era “tão atualizada quanto possível”, de alto “padrão técnico”, diversificada em seu conteúdo e de boa apresentação. Todos esses pontos tinham como objetivo seduzir os profissionais da área para atuarem juntos e com qualidade na expansão da comodidade social Educação Física e Esportiva para a população brasileira. No editorial de número 11, intitulado “É tempo de somar”, observa-se o *como* da REVISTA. Nele, um autor desconhecido deixou claro como a Revista poderia contribuir para uma ação massiva na população.

Hoje, quando a Educação Física ocupa posição de destaque na programação de todos os Governos, ao Professor de Educação Física está reservado um papel especial no engajamento nacional, com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico do contexto. Cada vez mais, a sociedade vai tomando conhecimento de que o Professor não é tão somente “aquele que faz a garotada chegar a casa mais corada”, mas, sim, e principalmente, um formador de homens, um plasmador de caracteres. [...] O objetivo não é fazer campeões, nem vitórias de laboratório; o importante é que cada um compreenda a Educação Física [...] O MEC, acompanhando todo esse trabalho, tem sua programação voltada para uma nova estrutura desportiva. Instruindo e ensinando a criança desde os seus primeiros anos, através de modernas técnicas de comunicação, e atuando com uma Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, na sua fase experimental. Em muito dependerá do concurso dos professores de Educação Física, para que produza os efeitos para os quais está voltada: despertar uma consciência desportiva, divulgando conhecimentos básicos em âmbito nacional. A Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo pretende ir ao encontro das melhores aspirações do Professor de Educação Física, mas também deseja receber a sua colaboração. Entre as suas peças encontra-se essa Revista, reformulada agora para desempenhar um efetivo papel nesta fase. (A.E.J., 1972, p. 05)

O Coronel Eric Tinoco Marques, no editorial da REVISTA 14, intitulado “Um novo mercado de trabalho”, corrobora de forma definitiva as palavras acima e, justifica, apontando que

um dos pontos mais delicados do sistema Educação Física/Desportos, segundo a constatação do Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil, dizia respeito à falta de “circulação e transmissão de conhecimentos técnicos”. Dependíamos, neste setor, de centros estrangeiros, e a bibliografia para consulta era composta quase que exclusivamente de autores de outros países. Evidentemente isso prejudicava de modo sensível a formação de nossos técnicos e especialistas. Tínhamos bons valores militando entre nós, e estes, por certo, teriam condições de produzir o material tão reclamado; faltavam-lhes, porém, o estímulo, o tempo e a oportunidade de terem seus trabalhos publicados. Mister se fazia agir de imediato para possibilitar o encontro de uma solução. E assim partimos para o tratamento do setor, dando início a uma programação editorial maciça e bastante diversificada, no corpo da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo – e aqui o ponto central -, indo mais além do que os objetivos inerentes à Campanha. Através desta, tivemos a oportunidade de poder começar um trabalho de estímulo ao escritor desportivo. Ora, se a falha central residia na falta de oportunidade, nas dificuldades de editoração, nada mais fácil do que, resolvendo tais problemas, chegar à tão desejada produção; [...] O fato é que em 1972 logramos colocar em circulação a primeira série de nossas publicações, e inauguramos 1973 com a nova Revista, já dentro de um esquema totalmente reformulado. Agora transferimos o problema para você, caro leitor: esta Revista é sua, até porque, se não fosse você, não teria razão a sua existência,

e muito menos o nosso trabalho. Participe, usando-a para veicular a sua opinião, para difundir seu conhecimento, para permitir que outros se valham de sua experiência. Este é um novo mercado de trabalho à disposição do professor de Educação Física. Não fique por fora (MARQUES, 1973, pp.3-4)

Dos editoriais percebe-se o *como* da REVISTA. Ela estava inserida numa Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo, que visava atender com mais qualidade à população, e, de forma especial, aos jovens e às crianças. Assim, ela deveria facilitar a atuação dos professores de Educação Física na formação do caráter dos homens do país, e também despertar uma consciência desportiva nacional. Concluindo, o *porquê* da REVISTA deve-se a deficiências técnicas em informativos para a área de Educação Física e Esportiva, e o *como* do periódico tinha em vista facilitar a produção de uma consciência esportiva nacional, principalmente por meio da atuação dos professores de educação física.

Isto posto, uma análise da REVISTA possibilita perceber que nela se encontravam artigos direcionados de forma específica às práticas pedagógicas, mas também artigos que tratavam dessa comodidade em aspectos públicos. Eram vários os artigos que tratavam de políticas públicas que visavam atender à população por meio dessa comodidade. Esses artigos iam desde a melhor maneira de se organizar uma escola de Educação Física até programas de Esporte Para Todos. Para citar alguns, enumeram-se os seguintes:

Revista nº	Artigo	Autor (es)
11	Recreação	Associação Brasileira de Recreação.
12	Educação Física e Desportos no Brasil de 1970 para 1980	Raoul Mollet.
15	Desporto estudantil	Eric Tinoco Marques.
17	Os conceitos de eficiência e eficácia e uma abordagem preliminar analítica em uma escola de educação física	Manoel José Gomes Tubino e Luiz Guilherme Abtíbol.
35	Revista especial. Tema: esporte para todos	Vários.
38	As atividades do esporte para todos	Lamartine Pereira da Costa.
42	Conceito de lazer	Renato Requixa.
42	Parques “esportes para todos”	Projeto MEC/USP/SEED-FUNDUSP.
45	As dimensões do lazer.	Renato Requixa.
52	Instalações desportivas e áreas de lazer: uma nova orientação	Jürgen Koch.

Quadro 5 - Destaque de algumas revistas, artigos e autores.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esses artigos que discutiam assuntos como: sociologia do esporte, organização e administração esportiva, arquitetura esportiva, desporto estudantil, recreação, lazer; somados a outros que tratavam de legislação e educação física escolar, constituíam discursos que objetivavam a população como espécie, ou seja, como um dado natural que precisava ser administrado à maneira como se administravam os recursos naturais, que não deveriam ser deixados à própria sorte. A tais práticas, que objetivavam a população como espécie, Foucault denominou de ações biopolíticas. E é aos discursos que sustentam algumas delas, expressos na REVISTA, que nos remeteremos para discutir biopolítica, assunto destacado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

DUAS CATEGORIAS

[...] é a população, portanto, muito mais que o poder soberano, que aparece como fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. (Foucault).

A grande importância estratégica que as relações de poder disciplinares desempenham nas sociedades modernas depois do século XIX vem justamente do fato de elas não serem negativas, mas positivas, quando tiramos desses termos qualquer juízo de valor moral ou político e pensamos unicamente na tecnologia empregada. É então que surge uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do saber e do poder. (Roberto Machado)

Neste capítulo, faz-se uma análise de mecanismos de controle que se dão em nível coletivo e individual. O primeiro, alicerçado na ideia de biopolítica, e o segundo na de disciplina.

Os mecanismos de controle que visam à população serão discutidos sob aspecto teórico baseado em textos que remontam à recreação e ao lazer. Destaca-se a ênfase com que estes saberes - recreação e lazer –, de forma especial relacionados a E.F.E., são orientados para a ocupação do tempo livre das pessoas, inserindo-as no sistema geral, que é de plena ocupação. A disciplinarização será abordada mediante de práticas pedagógicas que fundam a Educação Física e Desportiva Generalizada, que tiveram muita influência no Brasil a partir dos anos 50 do século passado, e cujo principal idealizador, o francês Auguste Listello, foi figura frequente em nosso país. Mostra-se que as técnicas pedagógicas que ele declara serem inovadoras nada mais são do que processos de disciplina que remontam ao século XVIII. Inicia-se, assim, a discussão sobre a biopolítica.

2.1 Biopolítica

O lazer, com o profundo sentido humanístico que o envolve, em contrapartida à implacável materialização do mundo contemporâneo, só pode ser fundamentalmente bom. (Renato Requixa.)

As questões referentes à biopolítica serão abordadas por meio de artigos que remetem à recreação, ao lazer e ao programa Esporte Para Todos. O artigo “Recreação”¹⁶ está na REVISTA nº 11 e foi redigido sob a tutela da Associação Brasileira de Recreação (ABDR). Resultou das discussões que ocorreram no II Seminário de Recreação, realizado no Rio de Janeiro, que tinha como “finalidade debater os problemas da recreação e a vida moderna”(ABDR, 1972, p. 88). Esse artigo também foi composto por dois relatos: o primeiro, de Ethel Bauzer Medeiros¹⁷, e o segundo, de Alfredo Colombo. Pode-se afirmar que foram fundamentos para a formulação das prioridades elencadas pela A.B.D.R.

Os dois autores¹⁸ discorreram sobre a sociedade atual e os grandes problemas que a urbanização trouxe ao homem contemporâneo. No que tange à urbanização ponderavam sobre os prejuízos que a falta de planejamento dos espaços urbanos poderiam trazer à população. Reforçavam a necessidade de reservar áreas de lazer para as atividades recreativas das pessoas, deixando bem assinalado que estas não deviam se limitar apenas ao esporte. Sobre esse aspecto, destaca-se uma das conclusões do Seminário:

b) criação e desenvolvimento da infra-estrutura material necessária à prática satisfatória de vários tipos de atividade recreativa (*e não só jogos e esportes*) – como jardins, balneários, teatros, concha acústica, bibliotecas, casa de cultura da comunidade etc. (ABDR, 1972, p. 9).

Ao tratarem dos malefícios que a vida urbana trazia às pessoas os autores reportaram-se aos males do trânsito, da poluição, das moradias inadequadas. Destacavam as

¹⁶ Embora o artigo trate da recreação, entende-se, que dada a abrangência com que o termo é usado poderia ser utilizada a expressão lazer, tendo em vista que a recreação pode ser uma das atividades do lazer.

¹⁷ Medeiros se apresenta como pesquisadora: “Se em 1959 já publicamos uma obra com mais de 700 páginas sobre recreação na escola primária, logo seguida por outras, desta vez é um livro intitulado “O Lazer no Planejamento Urbano”. Lançado pela Fundação Getúlio Vargas o livro se dirige “a todos os que têm alguma parcela de responsabilidade pelo bem-estar social, mas se preocupa, em especial, com o administrador público ou de empresa particular”. (MEDEIROS, 1972, p. 16)

¹⁸ A partir de agora, serão citados os dois autores quando for deles a palavra.

consequências psicológicas que o mundo moderno deixou nas pessoas. Desta forma, “é a agitação da vida que o obriga a tomar calmantes, é o bombardeio da propaganda que lhe tira a paz, é o volume imenso de notícias... que lhe tiram a paz” (MEDEIROS, 1972, p. 14).

Os argumentos dos autores foram claros, paralelamente à industrialização, ocorreu uma urbanização crescente e a imposição de “um novo estilo de vida. Segundo Medeiros (1972), a higiene e a medicina prolongaram a vida do homem, que passou a viver mais, com melhor qualidade de vida e mais disposição. Quanto à questão do tempo livre, Medeiros (1972) não diferencia o que é tempo livre de lazer. De acordo com a autora, o homem contemporâneo, com maior tempo livre, passou, conseqüentemente, a ter mais lazer. É possível entender o coroamento das argumentações de Medeiros em defesa da recreação, que foram expressas com as seguintes palavras: “o homem não sabe o que fazer do lazer que conseguiu – nele se embesbada, procura sonhos artificiais, estimulantes perigosos ou, até, paradoxalmente, matar o tempo” (Ibid).

Colombo (1972) na mesma linha assinalou:

A nossa preocupação com as horas de lazer aumenta quando constatamos que grande parte da nossa juventude preenche essas horas freqüentando os cinemas com programas inadequados, os dancings, os bares, as bocas de fumo. A falta de facilidades para a recreação fez com que o botequim se transformasse no centro da comunidade juvenil. (COLOMBO, 1972, p. 17)

À medida que se lê o texto, observa-se o quão recorrente é a palavra população. Ela aparece diversas vezes como o alvo prioritário das atividades recreativas, que não deveriam se limitar apenas às atividades esportivas. E os autores concordavam que essa deveria ser uma prioridade das ações governamentais no atendimento à população. Colombo (1972) assim se expressou quanto a essa comodidade social: “*deveremos convencer os dirigentes governamentais de que áreas e facilidades para a recreação são tão necessárias quanto as escolas, as redes de água e esgoto, o calçamento das ruas, a contenção das encostas, o transporte público, os hospitais etc.*” (COLOMBO, 1972, p. 17).

Para esses autores, o governo ainda não cuidou dessa prioridade que o Diagnóstico já havia sinalizado e advertiam da necessidade de convencer os governantes para facilitar o acesso à recreação. Portanto, os discursos deles convergiam no que concernia às suas preocupações em: a) as pessoas não sabem o que fazer com o tempo livre; b) parece que eles supõem que a simples disponibilização de espaços públicos e privados pode garantir o envolvimento das pessoas com a recreação; e c) ambos confundem tempo livre e lazer.

Renato Requixa também abordou o tema do aumento do tempo livre na REVISTA, não com a denominação de recreação, mas sob a designação de lazer, e esclareceu o tema mais que Medeiros (1972) e Colombo (1972). No entanto havia uma concordância fundamental entre eles: ambos concebiam o ócio como uma coisa perniciosa à pessoa e à sociedade. Para Medeiros ele implicava “matar o tempo”. Requixa (1979) o entendia como sendo “*um não-ser, um não-fazer, um vazio*” (p. 13). Mas as convergências acabavam.

Requixa, apoiando suas argumentações em Joffre Dumazedier, em Norman P. Miller e Duene M. Robison, concordou com a distinção que os dois últimos fizeram “*entre tempo livre e tempo de lazer, entendendo o tempo de lazer como uma parte do tempo livre ‘consagrada à procura dos valores do lazer’*” (REQUIXA, 1979, p. 12). Clara distinção entre o que concebia Medeiros, para quem lazer e tempo livre eram a mesma coisa. Sob certos aspectos, pode-se entender que a autora colocou todo o tempo fora das fábricas, do comércio, como tempo de lazer. Requixa (1979) não abordou o tema sob esse ângulo e diferenciou tempo livre de tempo de lazer. Sendo o tempo de lazer uma parte do tempo livre, ele define o lazer como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha, carregado de valores que podiam ser vivenciados em nível pessoal e social. No texto o “Conceito de Lazer”, o autor abordou o seu conceito separadamente. Primeiro, como ocupação, e esta definia-se em função da distinção entre o lazer e o ócio: “*na verdade, porém, o ócio possui um significado diferente do lazer. Primeiramente, o ócio deve ser entendido como um não-fazer, ao passo que o lazer, antes de tudo, é reconhecido como uma ocupação, um fazer*” (REQUIXA, 1979, p. 14).

Quando se destaca a palavra ocupação na definição, observa-se que o lazer deveria ser concebido como uma coisa ativa, que transformava, que moldava, em suma, o lazer seria uma ocupação ativa. O lazer, sob esse aspecto, ajustava-se bem ao mundo das indústrias, do capital. Um mundo agitado, frenético, que não queria ninguém parado, *desocupado*.

Requixa (1979) citou o autor Paul Sivadon, presidente da Liga Européia de Higiene Mental, que Foucault, certamente, tomaria como um caso exemplar para discutir questões relativas à prisão, à psiquiatria, e, conseqüentemente, à disciplinarização. Esse autor é citado por Requixa (1979) como referência para se perceber o lazer como ocupação. De acordo com Requixa (1979), Sivadon calcou suas argumentações na ideia de que, nas sociedades modernas, havia um aumento do tempo livre, e o trabalho não oferecia mais satisfação biológica e social. Era um trabalho no qual o indivíduo não se movimentava, ou o fazia muito pouco, e, também, ele não se reconhecia naquilo que fazia. Desta forma, complementava explicando que, se o homem moderno não era capaz de sentir satisfação pelo trabalho, ele

deveria procurá-la no lazer, tendo em vista uma maior disponibilidade de tempo livre. Mas a característica de ocupação do lazer foi coroada, quando Requixa (1979) o citou para justificar a sua premissa de que o lazer era uma ocupação.

A ociosidade, como o cativo e o isolamento afetivo, é a principal causa das preocupações descritas nas creches, nas prisões e nos hospitais, sob o nome de neuroses institucionais, de hospitalismo, de psicoses carcerárias, de demências asilares. *E devemos esforçar em corrigir essas perturbações por artifícios que não são outros senão os lazers dirigidos* (SIVADON, apud REQUIXA, 1979, p. 14, grifos meus).

O lazer, portanto, era uma ocupação programada, que deveria corrigir perturbações e as virtualmente possíveis de acontecer. Era uma ocupação que não poderia deixar de ter um fim, uma meta a ser conseguida, fosse a correção, a disciplinarização ou o controle da coletividade por meio do controle do indivíduo.

A outra parte da definição preceituava ser o lazer uma coisa não obrigatória, e isso “*qualifica o primeiro, na medida que restringe a caracterização do lazer como uma ocupação não obrigatória*” (REQUIXA, 1979, p. 15). Ele entendia que o lazer era uma atividade à qual a pessoa se dedicava sem constrangimento algum. Para ele, não havia nenhuma “força” externa atuando, incitando o indivíduo a praticar uma atividade. Segundo o autor, na tomada de decisão do indivíduo, na sua escolha, não poderia haver nenhuma coercividade, pois, no lazer, o tempo era um tempo natural, subjetivo. No entanto, o que garantiria a não obrigatoriedade do lazer era a premissa de que o indivíduo o adotasse por livre escolha. Para Requixa (1979), entre as diversas atividades possíveis, ele escolheria uma. Era uma opção livre, ditada simplesmente pelo seu desejo e interesse e em função dos recursos disponíveis. Novamente, parece que a pessoa, ao escolher uma atividade, estava fora de toda relação de poder, de força.

Completando a sua definição, o lazer era uma ocupação carregada de valores, que poderia ser vivenciadas em nível pessoal ou social. Por isso, Requixa (1979) defendia a educação para o lazer e também educar por meio do lazer: “*aprender a usar o tempo livre significa, em última análise, educar-se para o lazer. É o duplo aspecto educacional do lazer: educar através do lazer e educar para o lazer*” (REQUIXA, 1980, p. 58).

Ao ler os textos, sem maiores preocupações, é possível ser levado, pela leveza e otimismo dos autores, a concordar com os poderes salvadores da recreação e do lazer ante um

mundo cada vez mais automatizado e com uma maior disponibilidade de tempo livre. Embora se possa argumentar algum deslize para a exaltação de um “Brasil Grande”, como no caso de Medeiros (1972), *“parte do potencial afetivo do prazer da atividade livre seria utilizada, como se viu na conquista da Taça Jules Rimet, nesse sentimento de filiação do homem à sua família maior”* (MEDEIROS, 1972, p. 16). No entanto, uma coisa deve ser notada, trata-se do que não aparece de forma explícita nos textos, mas que uma leitura um pouco mais atenta pode apontar, nesse sentido, é possível perceber a utilização dessas atividades para o controle e para o ajustamento da população ao sistema. Requixa (1979) assim aponta esse objetivo:

Todavia, é comum o entendimento do lazer como um valor ou o entendimento do lazer correspondendo a um conjunto de valores. No contexto que analisamos, o valor é entendido como algo que os homens consideram desejável. Tanto podem ser idéias, como objetos materiais ou instituições. Dessa forma, o valor surge como valor a partir do momento em que o grau de estima ou desejo com relação a alguma coisa, a alguma idéia ou a algum modo de vida, que lhe é inerente, ganha tal intensidade que passa a ser entendido como algo importante e desejável, admitindo e justificando um determinado esforço para ser alcançado. Sente-se que, conforme os valores do lazer vão emergindo, vão sendo descobertos e obviamente aceitos com rapidez, passam também a ser ardorosamente defendidos e, *muitas vezes, chegam a governar a conduta dos homens, oferecendo-lhes novos padrões e novos ideais de vida* (REQUIXA, 1979, p. 18 grifos meus).

A parte em destaque da citação acima confirma a ideia de que o lazer não era uma atividade destituída de interesses, pois ela estava carregada de valores que objetivavam o governo dos homens, propiciando condições de recuperação psicossomática, de desenvolvimento pessoal e social, ou seja, o lazer era uma atividade da qual não se poderia fruir, desfrutar, gratuitamente. Dessa forma, coloca-se em suspeição todos os pretensos valores libertários que sustentavam os discursos de Requixa (1979), Medeiros (1972) e Colombo (1972). Esses autores, partindo da constatação de que o mundo, mesmo com os grandes avanços tecnológicos – coisa que propiciou a possibilidade de mais tempo livre aos trabalhadores –, não ia tão bem assim, percebiam a recreação e o lazer como saber-poder capazes de melhorar a vida das pessoas. A seguir, registram-se alguns discursos dos autores:

Sofre com isto o seu sistema nervoso, vendo-se seriamente abalado o seu equilíbrio emocional. *A recreação é o último terreno que lhe resta, porque nele é livre para o restaurar* (MEDEIROS, 1972, p. 17, grifos meus).

O lazer deve ser aproveitado em atividades recreativas que não só melhorem e aumentem a resistência física, como também as relações e condições da vida social, *resultando na defesa do capital humano* (COLOMBO, 1972, p. 17, grifos meus).

O lazer, com o profundo sentido humanístico que o envolve, em contrapartida à implacável materialização do mundo contemporâneo, *só pode ser fundamentalmente bom* (REQUIXA, 1980, p. 60, grifos meus).

A citação de Medeiros (1972) remete aos primórdios da biopolítica quando as atividades físicas eram utilizadas com fins higienistas. Nesse caso, não se tratava de uma medida higiênica com fins ortopédicos, como foi durante muito tempo a ginástica, mas de uma ação, também higiênica, com a finalidade de reabilitação emocional. Há até uma conotação fatalista no argumento da autora: “... é o último terreno que lhe resta ...”.

Colombo (1972), na mesma linha que Medeiros (1972), sinalizou os benefícios que a recreação poderia trazer tanto no aspecto físico quanto social. Mas ele ofereceu um dado novo. Segundo o autor, as práticas recreativas poderiam ajudar na defesa do capital humano¹⁹. Esse é um novo capital, um capital próprio, que o indivíduo deveria gerir e fazer multiplicar pelas suas próprias forças. Decorreria da gestão que o indivíduo faz de si mesmo.

Requixa (1979) concebia o lazer como uma coisa fundamentalmente boa. Uma coisa que, pelas características que lhe são próprias, poderia restaurar o que há de mais puro no homem. O autor supunha que haveria um homem ideal e que esse homem poderia ser reconstituído pelo lazer.

Resumindo, a base dos argumentos dos autores são convergentes – embora Requixa (1979) articulasse melhor suas considerações – todos eles fazem o diagnóstico de que, com o avanço da indústria e da automação, o trabalhador teria mais tempo livre, e esse tempo livre implicaria, potencialmente, o ócio, isso, no entendimento dos autores, era uma coisa desviante na sociedade. Sendo esse fenômeno agudizado na contemporaneidade, ele se tornou um problema geral, que deveria ser cuidado com atenção pelos poderes públicos e também pelas instituições particulares. O lazer – incluído aí a recreação – foi apresentado por eles como um saber-poder capaz de melhorar a vida das pessoas, tanto no aspecto individual como social, principalmente por não deixar a pessoa ociosa. Atividades físicas, jogos, teatro, música, programas culturais e esportivos, em geral, deveriam ser priorizados para o bem-estar desse homem numa nova situação.

¹⁹ Sobre o capital, será discorrido mais à frente.

Desta forma, pode-se fazer a seguinte pergunta: há algum mal nisso? Querer preservar, ou, melhorar a saúde física e mental da população por meio de uma facilitação do acesso a essa comodidade é ruim? Acredita-se que não. Então, o que não aparece nesses textos?

Foi ressaltado, anteriormente, que o que se almejava com o pleno acesso da população a essa comodidade era o controle das pessoas, o seu ajustamento ao sistema. Caberia, agora, justificar. Foucault na quinta conferência de suas palestras no Rio de Janeiro²⁰, faz uma pergunta, na verdade ele propôs uma adivinhação.

Para destacar a emergência do panoptismo, ele remeteu o público a um desafio: descobrir ao final do seu relato, que tipo de instituição ele descrevia. Assim, ele apresentou o regulamento de uma instituição composta por internos, que tinham de levantar às cinco horas da manhã, estar trabalhando a partir das seis horas e só parando às oito e quinze da noite com uma hora de intervalo. Às oito e quinze se jantava, orava e às nove horas em ponto, todos deveriam recolher-se aos dormitórios. Entretanto,

o domingo era um dia especial; o artigo cinco do regulamento desta instituição dizia: ‘Queremos guardar o espírito que o domingo deve ter, isto é, dedicá-lo ao cumprimento do dever religioso e ao repouso. *Entretanto como o tédio não demorava a tornar o domingo mais cansativo* do que os outros dias da semana, deverão ser feitos exercícios diferentes, de modo a passar este dia cristã e alegremente’; de manhã, exercícios religiosos, em seguida exercícios de leitura e de escrita *e finalmente recreação às últimas horas da manhã*; à tarde, catecismo, as vésperas, e passeio depois das quatro horas, se não fizesse frio. Caso fizesse frio, leitura em comum... (FOUCAULT, 2005b, p. 108, grifos meus).

Com o andamento do relato, é possível pensar numa instituição religiosa ou qualquer outra neste sentido. Mas se tratava de uma fábrica, que comportava quatrocentas mulheres, em meados do século XIX.

Por esse relato de Foucault (2005), observa-se que uma das maiores preocupações dos donos da fábrica era manter os empregados ocupados o tempo todo, inclusive, nos domingos. Os patrões tinham a preocupação de que o repouso desencadeasse o tédio. Mas o que tem a ver uma instituição do século XIX com a contemporaneidade, um momento no qual “diminuíram as horas de trabalho e, concomitantemente, aumentou o poder aquisitivo das

²⁰ Estas conferências estão publicadas no livro “A verdade e as formas jurídicas”, pp. 103-106

massas assalariadas” (REQUIXA, 1980, p. 57)²¹ O que se pode depreender da análise de uma instituição como essa é que uma nova forma de controle estava sendo gestada. Evidentemente, não se tratava do modelo de reclusão em que a fábrica se estruturava. Essa forma de controle se demonstrou inviável em todos os aspectos, inclusive, o econômico: “*a carga econômica destas instituições revelou-se imediatamente muito pesada e a estrutura rígida dessas fábricas – prisões levou, muito depressa, muitas delas à ruína*” (FOUCAULT, 2005b, p. 111). Ora, se essas fábricas foram à ruína, o que se preservou dessas instituições? A extração do tempo das pessoas, e não apenas em situações específicas, como nas fábricas, mas numa ordem que se estende à toda dimensão da vida, tanto social quanto privada.

O que se pode depreender desse relato de Foucault foi uma mudança gradativa de um processo de dominação baseado na reclusão para outro baseado no sequestro, que tinha por primeira função “*extrair o tempo, fazendo com que o tempo dos homens, o tempo de sua vida, se transformasse em tempo de trabalho. Sua segunda função consiste em fazer com que o corpo dos homens se torne força de trabalho. A função de transformação do corpo em força de trabalho responde à função de transformação do tempo em tempo de trabalho*” (FOUCAULT, 2005b, p. 119).

Feitas essas considerações, volta-se à Requixa (1979) e à sua definição de lazer, que, segundo o autor, era uma ocupação não obrigatória, de livre escolha e carregada de valores e sua concepção de ócio, como um não-ser, um não-fazer, um vazio. Ao remeter essas definições ao contexto investigado, em que havia um número enorme de desempregados, portanto, com todas as horas livre e também de empregados, com bastantes horas livres, é possível concluir que se havia muitos desocupados – os desempregados – e outros, potencialmente, desocupados – os empregados - com muitas horas livres. Então, tendo em vista um sistema que almejava o controle de todos e que não poderia contar com mecanismos de reclusão que eram dispendiosos economicamente e inviáveis administrativamente, a melhor opção foi fazer o sequestro de tempo das pessoas²². Como? Com ocupações “lícitas”, referendadas pelo sistema, e que se apresentassem como prazerosas ao indivíduo. O lazer,

²¹ Não se pretende discutir aqui a afirmação de que houve ou não um aumento do poder aquisitivo das pessoas. Isso foge às propostas.

²² Sobre o sequestro do tempo como coisa fundamental ao entendimento das sociedades modernas, Foucault se expressa: “a sociedade moderna que se forma no começo do século XIX é, no fundo, indiferente à pertinência espacial dos indivíduos; ela não se interessa pelo controle espacial dos indivíduos na forma de sua pertinência a uma terra, a um lugar, mas simplesmente na medida em que tem necessidade de que os homens coloquem à sua disposição seu tempo. É preciso que o tempo dos homens seja oferecido ao aparelho de produção; que o aparelho de produção possa utilizar o tempo de vida, o tempo de existência dos homens. É para isso e desta forma que o controle se exerce”. (FOUCAULT, 2005b, p. 116)

como um saber-poder emergido dessa nova ordem social, em que havia um grande tempo livre, se apresentava como um ótimo instrumento para o controle do tempo das pessoas. Por quê? Ele era útil ao controle tanto dos que estavam inseridos no sistema – os empregados – quanto dos excluídos – os desempregados. Na verdade, os programas de recreação, lazer, E.F.E., eram excelente forma de controle da população, principalmente dos marginalizados²³, dos excluídos do sistema de produção. A partir dessas considerações, justificou-se compreender o lazer como uma prática, um saber-poder que tinha por finalidade tomar, inserir todo o tempo das pessoas na ordem do sistema. Trabalhadores, desempregados, jovens, velhos, crianças, mulheres, todos; indistintamente, deveriam estar ocupados. O ócio era uma coisa desviante, como bem observou Foucault: “... *na nossa sociedade onde o lazer é a regra, o ócio torna-se uma espécie de desvio*” (FOUCAULT, apud, SANT’ANNA, 1994, p. 7).

Essas ocupações que, na verdade, sequestram o tempo das pessoas, incluíam o indivíduo ao sistema excluindo. Como? À medida que o lazer, a recreação e os programas de E.F.E. ocupavam as pessoas, principalmente as que estavam à margem do sistema, controlando-as, mantendo-as ativas, ocupadas. Assim, elas não negavam a ordem que era de plena atividade, de plena ocupação. Essas atividades não incluíam o indivíduo no sistema de produção propriamente dito, mas incluíam o indivíduo na ordem geral, que se baseava no sequestro do tempo das pessoas. Desta forma, o indivíduo que estava excluído do sistema de produção se sentia pertencente da ordem social geral. Esse diferencial de dominação, que se apoiava na plena ocupação das pessoas, segundo Foucault (2005), tinha por finalidade não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos. O autor prossegue:

Trata-se, portanto, de uma inclusão por exclusão. Eis porque oporei a reclusão ao seqüestro. A reclusão do século XVIII, que tem por função essencial a exclusão dos marginais ou o reforço da marginalidade, e o seqüestro do século XIX que tem por finalidade a inclusão e a normalização (FOUCAULT, 2005b, p. 114).

Feitas essas considerações, pode-se perguntar: em termos práticos, foram tomadas medidas concretas para se tentar manter as pessoas plenamente ocupadas? A resposta é positiva, e a própria REVISTA abordou programas que tinham por finalidade disponibilizar essas comodidades sociais à população. Uma delas foi o programa chamado Esporte Para

²³ Não devemos entender por marginalizados assassinos, ladrões ou outros tipos de criminosos.

Todos (E.P.T.). A relevância desse tema foi tão grande que o número 35 da Revista foi inteiramente dedicado a ele.

Esse número da REVISTA foi constituído por um artigo de Lamartine Pereira da Costa, seguido pelo documento básico da campanha Esporte Para Todos no Brasil, elaborado por ele. Os demais artigos discutiam, ou expunham o desenvolvimento das campanhas para o esporte de massa em vários países, como a Bélgica, o Canadá, a Suécia, a Finlândia e a Noruega. Destacou, também, um artigo de Jurgen Palm, que tratava do tema em aspectos gerais e de forma específica na Alemanha. Nesta dissertação, foram priorizadas as análises em Pereira da Costa, um nome, sem dúvida, importante para entender os processos que definiram a Educação Física e Esportiva no período da Ditadura Militar.

Pela análise do Diagnóstico feita nas páginas anteriores, é possível traçar o perfil de Pereira da Costa: extremamente técnico. Tanto que, ao narrar a sua aproximação com as discussões sobre o Esporte Para Todos²⁴, assumiu que, em 1973, na Argentina, ele e seu colega Otávio Teixeira foram *convencidos* da validade do projeto, portanto, entende-se que, até aquele momento, eles não consideraram essa hipótese como relevante. Sobre isso, Pereira da Costa (1977) afirmou que

o professor Palm²⁵, realmente, colocou-se no extremo oposto aos demais conferencistas, oferecendo uma nova visão da educação física com base na hipótese de que as atividades físicas e recreativas tornavam-se cada vez mais elitistas, afastando-se das possibilidades reais e dos anseios das pessoas comuns. Embora conhecedores há algum tempo do movimento Esporte Para Todos, o contato ao nível de discussão com as idéias preconizadas por Palm convenceram-nos da validade da hipótese (PEREIRA DA COSTA, 1977, p. 6).

A partir desse congresso, eles passaram a considerar a viabilidade de uma terceira via, um terceiro caminho, para a Educação Física e Esportiva no Brasil: o “*esporte de massa*”. Esse “caminho”, somado aos outros dois – a educação física estudantil (1º caminho) e o desporto formal (2º caminho) –, constituiu o eixo sobre o qual foi montado o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED) de 1975. Nesse plano, a nomenclatura adotada para o terceiro caminho foi a de “Esporte de Massa”. Pereira da Costa (1977) também ligou a sua

²⁴ Daqui em diante E.P.T.

²⁵ Jurgen Palm, dirigente da campanha Trimmy, vinculada ao movimento Esporte Para Todos da Alemanha Ocidental. Segundo Palm, a campanha na Alemanha tinha como *slogan*: “Ponha-se em Forma com Esporte”, e Trimmy era o personagem de *cartoon* que simbolizava nossa campanha. (PALM, 1977, p. 32)

priorização aos fenômenos do mundo moderno e apontou que este caminho deveria ser direcionado para o lazer:

1º) as atividades de lazer já estão em posição de prioridade nos grupos sociais desenvolvidos, e de alternativa para o tempo livre nos sub-desenvolvidos.

2º) a prática desportiva, pela simplicidade e pelas tendências naturais dos agrupamentos comunitários, está se tornando um dos principais meios de lazer (PEREIRA DA COSTA, 1977, p. 6).

Assim, a partir dessas considerações as atividades esportivas voltadas para a população entraram nos ordenamentos estatais sob a designação de “esporte de massa”, uma área “não menos importante e que deveria dar sustentação às outras duas” (Ibid, p. 14). Constatada a importância dessa área e tendo-a como o elemento central para o desenvolvimento das outras duas, os técnicos, à maneira daqueles de tantos outros países, criaram programas para incentivar a participação massiva da população em atividades físicas e recreativas. É sob essa perspectiva que se articulou o programa E.P.T..

Pereira da Costa (1977a), sabendo das dificuldades de conscientizar o povo brasileiro quanto à utilidade do lazer esportivo propôs um “*Decálogo, o conjunto de idéias-força que orientará a campanha*” (Ibid). A seguir as expressões-chave que nortearam o programa:

1) LAZER

Orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria, de modo voluntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais.

2) SAÚDE

Criar oportunidades de melhoria de saúde do povo, no que se refere à prática de atividades físicas e recreativas, nas medidas possíveis e adequadas às condições locais das diferentes comunidades.

3) DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Aperfeiçoar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, de bairro, de região e município.

4) INTEGRAÇÃO SOCIAL

Estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso.

5) CIVISMO

Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade e integração nacional.

6) HUMANIZAÇÃO DAS CIDADES

Criar meios de práticas de esportes recreativos com participação de grande número de pessoas, para conscientização geral quanto aos benefícios de áreas livres nos grandes centros urbanos.

7) VALORIZAÇÃO DA NATUREZA

Orientar a prática esportiva ao ar livre, principalmente das crianças, de maneira a dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques, florestas, praias, rios, lagos, etc.

8) ADESÃO À PRÁTICA ESPORTIVA

Criar oportunidades e atividades simples e improvisadas, de modo a ampliar o número de praticantes, diversificar esportes a serem praticados e aumentar o uso das instalações e áreas já existentes.

9) ADESÃO AO ESPORTE ORGANIZADO

Motivar, através do contágio de emoções da prática com grande número de pessoas, o apoio e a participação nas atividades da Educação Física estudantil e do esporte em clubes e outras entidades.

10) VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO À COMUNIDADE

Congregar o apoio popular às entidades públicas e privadas que participam dos mutirões esportivos.

(PEREIRA da COSTA, 1977a, pp. 14-15)

Lendo, atenciosamente, as ideias-força que orientaram o programa, pode-se observar que houve uma acentuação expressiva no enfoque comunitário da campanha. Com exceção do item 5, que remeteu à “comunidade” em âmbito nacional, todos os demais pontos visavam à participação da comunidade local. O próprio autor asseverou que “*os aspectos mais dignos de atenção sobre a campanha são a espontaneidade, o espírito de improvisação e o sentido popular e comunitário*” (Ibid).

Essa chamada ao espírito comunitário, à união, à participação livre e desinteressada não tinha um fim gratuito. Sob certos aspectos e no caso do Brasil, um país em desenvolvimento e cheio de problemas nas áreas sócias, não se pode deixar de supor que o E.P.T. estivesse coadunado às propostas do Programa Desenvolvimento de Comunidade (D.C.). Esse programa era definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o

processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, *integrar* estas comunidades na vida nacional e *capacitá-las* a contribuir plenamente para o progresso do país (ONU, 1956, apud ROSEMBERG, 1997, p. 146).

Esses programas se apoiavam em dois pontos fundamentais: 1) a “*visão bipolarizada do mundo (combate entre comunismo e ‘democracia’)*”; e 2) numa “*concepção de sociedade que se rege pelos supostos do equilíbrio e da harmonia*” (Ibid).

A professora Fúlvia Rosenberg (1997), no texto “A.L.B.A. o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional”²⁶, ao discorrer sobre as políticas implementadas por organismos internacionais para assistir massas desvalidas, reportou-se ao programa (D.C.) e afirmou essa concepção de populações pobres tem sido apontada, no Brasil, como aquela que também orientou, desde o término da II Guerra Mundial, a teoria e a prática que informavam a estratégia de participação da comunidade na implantação de políticas sociais.

Dessa forma, o Projeto tinha como propósito menos educar para a cidadania do que administrar a população. De acordo com Rosenberg (1997), a partir desse objetivo, é possível perceber o caráter preventivo que orientou tais programas em detrimento de uma concepção de política social que respondesse a direitos de cidadania. Por esse enfoque as políticas do D.C. voltadas, exclusivamente, para as áreas de extrema carência tinham como intuito prevenir possíveis focos de disseminação de ideias comunistas na população. Isso pode ser confirmado em publicações de manuais da USAID no Brasil, nos quais pode ser lido:

(...) na atual luta ideológica, os povos famintos tem mais receptividade para a propaganda comunista internacional do que as nações prósperas”; “o esforço de ajudar os povos a alcançarem um nível de vida mais sadio e mais economicamente produtivo eliminaria os focos de comunismo em potência (ROSENBERG, 1997, p. 147).

Se essa análise pode ser percebida com certa facilidade devido ao momento histórico, apreender que esses programas colados à D.C. – dentre os quais inclui-se o E.P.T. – estavam assentados numa ideologia cuja concepção de sociedade era regida pelos supostos do equilíbrio e da harmonia, não é tão simples assim. Para se perceber isso, é necessário despir-se das concepções que supõem ser a sociedade uma coisa natural. Somente com o descarte dessa concepção de sociedade é possível entender um programa como o E.P.T., elaborado sob a égide da D.S.N. e colado ao D.C.. Esse programa visava ao controle social por meio do trabalho voluntário e comunitário. Como? Pereira da Costa (1977), ao traçar o Documento Básico da Campanha E.P.T., declarou ser fundamental ao sucesso do projeto o uso de promoções. O que foi isso? Foi o desenvolvimento de uma atividade específica em um determinado dia, visando à participação de toda a comunidade. O ideal seria que fossem atividades que tivessem ampla aceitação na comunidade e poderiam ser realizadas por todos.

²⁶ Acreditamos não ser um acaso a coincidência temporal entre a implantação do Projeto Casulo e o programa Esporte Para Todos (E.P.T.). Ambos têm como base a participação voluntária nas comunidades.

Mas isso não implicou que as comunidades fizessem as atividades que melhor lhes aprouvessem. De acordo com Pereira da Costa (1977), a coerência – a corrente para frente e de todos – seria obtida, se os objetivos fossem perseguidos, seguindo-se um mínimo, mas essencial, de orientações gerais. Portanto, ele relacionou três orientações gerais que deveriam ser seguidas. A primeira determinou que todas as comunidades não desconhecêssem as promoções de âmbito nacional, que poderiam ocorrer em feriados cívicos nacionais, férias ou finais de semana. A segunda orientou que as promoções não deveriam ser realizadas com muita frequência. Estas deveriam ser bem marcantes, espaçadas durante o ano, voltadas para uma atividade bem definida, de curta duração e orientadas para grande participação a fim de produzir repercussões junto à população. A terceira orientação foi que todas as promoções, em todo o país, obedecessem ao padrão geral, fazendo uso dos mesmos *slogans* e símbolos visuais.

Observa-se que essas promoções, apesar de serem fomentadas por entidades locais, não podiam perder de vista o ideal maior de comunidade, que era a Nação. Para Pereira da Costa (1977a), era necessário destacar que, nesse programa nacional, residia a *força da campanha, o sentido cívico das promoções e o sentimento de integração do povo brasileiro*. Então, as comunidades não estavam tão livres assim para agir e elaborar suas atividades. Embora se afirmasse que a campanha era aberta e liderada pelo município em suas promoções, havia necessidade do estabelecimento de algumas direções a serem seguidas por todos e em proveito de todos. A quem recorrer nas comunidades? À entidade – líder –, preferencialmente, a Prefeitura deveria assumir esse posto²⁷ – ao voluntário esportivo²⁸ e ao Mobral: - “a entidade delegada pelo D.E.D. para dar coerência às promoções partindo de uma visão nacional”(Ibid, p. 19).

Resumidamente, o eixo do Programa Brasileiro se apresentou com a seguinte estrutura: DED=> MOBREAL=> PREFEITURA=> VOLUNTÁRIO=> PROMOÇÕES. Tudo isso ocorrendo para a integração do povo brasileiro.

A partir desse ponto, faz-se pertinente uma observação quanto às orientações dadas às campanhas em diferentes países. Ambas com finalidades de controle da população. Ao ler os textos dos outros Programas de Esporte para Todos que a REVISTA apresentou, pode-se

²⁷ Caso a Prefeitura não assumisse essa posição, uma outra entidade, devidamente capacitada poderia exercer a função. Pode ser um clube esportivo, uma entidade de classe do tipo sindical, militar, empresarial, etc.

²⁸ Este é o cerne, o eixo do programa, pois *ele* “através das diferentes entidades envolvidas, é a campanha. [...] são sempre patriotas e bastante ligados à comunidade onde vivem e aos costumes da cidade”. (PEREIRA DA COSTA, 1977a, p. 18)

observar uma mudança de foco no objetivo dos programas. O ponto de apoio, os discursos eram praticamente os mesmos, as campanhas eram apresentadas como “*uma cruzada, uma missão para a mudança de hábitos da população visando saúde, lazer equilibrado, alegria popular, oportunidade de contato social, educação do jovem, valorização do idoso, etc.*” (PEREIRA DA COSTA, 1977a, p. 18).

No entanto, nos textos que tratavam do assunto para a Alemanha, Suécia, Canadá, Finlândia, Noruega observa-se o seguinte: todos partiam da premissa de que investir em programas esportivos de massa era rentável para a nação, pois ficaria mais barato prevenir doenças por meio dessas atividades do que tratá-las. O professor Palm (1977) foi claro a esse respeito:

É isto, na verdade, uma meta desejável para nossa sociedade? [A meta é que em cada duas pessoas uma pratique esporte]. Não será a agricultura, as estradas, os hospitais e as escolas mais prioritários, não deixando nada para programas nacionais de esporte? Pode você, na verdade, em sã consciência pedir ao mundo que dê ao esporte a mesma posição na cultura que é dada, por exemplo, à informação e à diversão através da TV? Sim. Você pode e deve. Porque esporte não é somente assegurar a alegria de vida do indivíduo, mas também é uma arma de defesa contra a atrofia biológica do homem nesta civilização tecnológica. E as conseqüências desta atrofia custam muito mais dinheiro do que a promoção do Esporte Para Todos (PALM, 1977, p. 31).

Essa perspectiva de Palm também foi o suporte para a argumentação dos demais textos que a REVISTA apresentou. Como eram países de alto desenvolvimento tecnológico e com uma população que possuía condições de vida e de trabalho boas, ou muito boas, as pessoas tinham mais tempo livre à sua disposição. Portanto, o foco dos programas, nesses países, seria menos centrado no patriotismo e mais na saúde. No caso brasileiro, embora o programa não deixasse de valorizar a saúde mental e física, o que se almejou, sobretudo, foi a consolidação de um sentimento de pátria, de grupo, algo pouco consolidado entre nós, devido à miséria social enraizada em nossa história.

Os maiores problemas não eram as doenças cardio-vasculares decorrentes de uma vida sedentária como nos países desenvolvidos. No caso brasileiro, eram as endemias, a fome, a mortalidade infantil, a exploração no trabalho, os baixos salários, a falta de assistência social, de educação. Enfim, o foco do programa não poderia ser como o dos países industrializados.

Dessas considerações, pode-se observar que uma tecnologia, um saber-poder, decorrente das atividades físicas, poderia ser colonizado em termos políticos para o controle da população com diferentes finalidades: mais voltado à ocupação do tempo livre para se cuidar da saúde, como nos países desenvolvidos, ou para o controle por meio do sentimento de pertinência ao grupo, prioritariamente, de Nação.

Mas, para conseguir esses objetivos de controle governamental, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos o elemento chave foi a propaganda, que se tornou fundamental à implantação do programa e deveria ocorrer em âmbito nacional e local, mas ambas coadunadas. Em aspecto abrangente, utilizaram-se os grandes meios de comunicação como TV, rádios, revistas de circulação nacional, como foi o caso da Revista Brasileira de Educação Física. Em nível de municípios, usaram-se os mesmos meios citados anteriormente, se a cidade os possuísse, mas acrescidos de portas e vitrines de loja; traseiras de ônibus, caminhões, automóveis, portas de cinema etc. Sendo a propaganda o elemento decisivo nas campanhas vinculadas ao movimento E.P.T., e tendo esses movimentos um caráter de controle sobre vida da população – fosse simplesmente para ocupar o tempo livre das pessoas, ou para fazer com que elas cuidassem da saúde, ou mesmo para despertar um sentimento de solidariedade social -, é razoável supor que eles mentem um pouco, ou bastante como comenta Keith Mckerracher (1977), mentora do programa no Canadá. A autora expôs de maneira muito objetiva os fins da propaganda.

O Particip-action-Canadá foi criado como uma organização não lucrativa, independente do governo e também sem vínculo algum com entidades esportivas. Sobre a vantagem de disponibilizar verbas à organização para a divulgação de programas de atividade física, Mckerracher (1977) afirmou:

Em toda parte do país, há interesse em atividade física como um meio de prevenção contra doenças, disponível a todos a um custo muito reduzido. *O governo está muito interessado neste movimento, que é encarado como meio de economizar dinheiro no futuro. [...] portanto o governo reconhece o fato de que dar dinheiro a nossa organização é um bom investimento.* Como já disse, fomos criados fora do âmbito do governo e fora das organizações esportivas. Acredito, também, que somos diferentes da maioria das organizações desta espécie existentes no mundo, pois os membros da Participação Esportiva – Canadá são oriundos de publicidade e *marketing*, e não do mundo de esporte e educação física. Em vista de nossa experiência em *marketing*, *confiávamos em que poderíamos vender a idéia de aprimoramento físico como um produto de consumo; como se fosse um tipo de sopa ou uma marca de refrigerante.* (Mc KERRACHER, 1977, p. 46 grifos meus).

Feitas essas considerações, a autora do texto destacou qual o primeiro passo a ser dado pela sua organização na elaboração dos seus trabalhos, e acredita-se que foi comum a todos os programas que se articulavam nessa área em todo o mundo.

A primeira medida que tomamos antes de iniciarmos o trabalho foi promover *uma pesquisa de mercado e das atividades do povo*, a fim de descobrirmos o que os canadenses sabiam e pensavam com relação ao aprimoramento físico, e aprendemos muita coisa (Ibid, grifos meus).

Sem dúvida, essa postura remete ao século XVII e ao início de uma nova arte de governar, que, segundo Foucault (2008a, pp. 364-368), se assentava em três pontos: a estatística, o segredo e o público. O primeiro ponto constituía um saber das coisas do Estado – dados sobre a população, das riquezas naturais e do potencial comercial –, e que realmente deveriam interessar àqueles que governavam. Por isso, o filósofo afirma que a prioridade, na nova arte de governar que se instituiu, não era um “*corpus de leis ou habilidade em aplicá-las quando necessário, mas conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado*” (ibid, p. 365). Guardar segredo das potencialidades do Estado e também de suas fraquezas era outra prerrogativa dos governantes, pois a publicidade dessas virtualidades facilitaria a dominação por outro Estado. O terceiro ponto se constitui num conhecimento que visa modificar a opinião e a maneira das pessoas agirem tanto econômica quanto politicamente. Desta forma, o público aparece

como sujeito-objeto de um saber: sujeito de um saber que é ‘opinião’ e objeto de um saber que é de tipo totalmente diferente, porque tem a opinião como objeto e porque esse saber de Estado se propõe modificar a opinião ou utilizá-la, instrumentalizá-la. Estamos longe da idéia ‘virtuosa’ de uma comunicação do monarca com os seus súditos no conhecimento comum das leis humanas, naturais e divinas. Longe também da idéia ‘cínica’ de um príncipe que mente aos seus súditos para melhor assentar e conservar seu poder. (FOUCAULT, 2008a, pp. 367-368)

Se podemos dizer que esses pontos fundamentaram a nova arte de governar no século XVII, hoje, eles são ainda mais importantes. Comparando as análises de Foucault e as ações empreendidas por McKerracher, pode-se perguntar: o que tem a ver essa análise de Foucault, sobre a arte de governar, oriunda do século XVII com as ideias de McKerracher (1977) para o projeto “Particip-action-Canadá”? Acredita-se que muita coisa. Quando ela afirmou que o

primeiro passo seria fazer uma pesquisa para conhecer as atitudes das pessoas, o que ela queria? Não era por meio de uma pesquisa conhecer o que os canadenses faziam e como se comportavam em relação às atividades físicas?²⁹ Ora, essa vontade de saber por meio de pesquisas não era gratuita, pois se queria saber para controlar. O que ambicionava McKerracher (1977)? Não era, por meio da pesquisa, elaborar um programa que “cuidasse”, controlasse a vida, a conduta do povo canadense por meio de atividades físicas? Ela não desejava reconstituir acontecimentos e, sim, constituir sobre a população um saber para agir sobre ela, pois a “governamentalidade é a maneira como se conduz a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2008b, p.258).

Então, qual o problema particular do particip-action-Canadá? Uma população inativa e que se tornava cada vez mais cara ao governo. Qual a norma? Não ser uma população inativa. Como conseguir isso? Primeiro, coletando dados sobre a população para constituir sobre ela um saber. Depois, elaborando táticas para convencer as pessoas do que era o normal. Sobre esse aspecto, ela não guardou palavras para falar das maneiras como se deveria agir para se obter uma mudança de conduta. Entre outros fatos, McKerracher (1977) defendeu que expusesse na mídia pessoas famosas para incentivar as pessoas a praticar esportes; que se apelasse ao medo das pessoas informando-as do risco de morte que a vida sedentária poderia causar, etc. Mas duas coisas devem ser destacadas de suas considerações, as táticas que ela defende para obter os objetivos. A primeira se referiu quanto à educação física e ao sistema escolar e a outra quanto à maneira de se motivar as pessoas a fazer atividade física. Primeiro ponto: constatada a ineficácia da educação física escolar, ela não pedia um ataque direto contra o sistema escolar, mas aos contribuintes de impostos: *“temos que instruir o povo sobre o problema, para que este mesmo povo faça exigências à educação pública e force os educadores a mudarem o sistema”* (McKERRACHER, 1977, p. 47). Subentende-se que deveria declarar ao povo: *“olha, quanto dinheiro está sendo gasto com a saúde por falta de atividade física”*; para esse mesmo povo dizer ao governo *“gaste melhor o nosso dinheiro”*. O segundo ponto é uma aula sobre propaganda. Para motivar pessoas a praticar esportes, afirmou ainda que deveria destacar-se o aspecto de divertimento.

Um outro meio de motivar pessoas é concentrar no aspecto divertimento. Achamos que este é um elemento de motivação muito importante: fazer com que tudo pareça divertido. Em outras palavras, é necessário mentir um bocado. Eu corro, e pessoalmente não acho isso divertido. O único aspecto agradável desta atividade é a

²⁹ E não foi isso o que ela conseguiu: “aprendemos muita coisa”.

última volta, pois significa que acabei. Mas não podemos mostrar os rostos tensos de corredores, ou o fato de eles estarem lutando para respirar (como eu faço). Temos que dar a impressão de que é a coisa mais divertida do mundo, que eles vão rir e se divertir muito... [...] Talvez possamos até apelar para uma propaganda baseada no sexo, pois se tantos produtos exploram este ângulo, por que a condição física não pode? (Ibid, pp. 48-49).

Essas palavras, tão claras, límpidas, esclarecem sobre a Indústria Cultural e o marketing. Isto posto, pode-se passar à questão dos diferentes enfoques dos programas de esporte para as massas nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Esse desvio é justificável, porque o texto de McKerracher (1977) facilita compreender melhor o problema da população e não só ela, como objeto de interesse da nova arte de governar, que tem suas origens no século XVII.

Observa-se que, nos países desenvolvidos, o enfoque dos programas foi centrado mais na saúde da população e no uso do tempo livre para o aprimoramento físico. Além dos discursos tradicionais de bem-estar físico, mental e socialização, havia também o aspecto econômico quanto à diminuição de despesas com a saúde pública.

Nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, apesar do Decálogo de Pereira da Costa, é possível acreditar que o objetivo principal do programa era reforçar ou criar um sentimento de solidariedade social. Desencadear um movimento cívico do “*Brasil Grande*”. Da corrente para frente, como o próprio Pereira da Costa (1977) afirmava: é “*uma corrente pra frente’ do povo e para o povo*”. Por quê?

Ao ler outros textos da REVISTA, observa-se que nenhum dos autores, ao expor as linhas de seu programa insistia na comunidade como “*gestora*” dos projetos e, muito menos, falava no voluntário esportivo. Nesses países, as atividades do E.P.T. eram coordenadas pelas associações esportivas, as ligas esportivas e, no caso da Finlândia, até por uma Central Trabalhista. Para a Suécia, Bengt Sevelius (1977) afirmava que a ideia chegou “*da Noruega e foi assimilada por algumas das 51 associações esportivas especiais pertencentes à Federação Sueca de Esportes. A um consultor nacional foi confiada a tarefa de ajudar e cooperar com estas associações esportivas especiais na concretização da idéia*” (SEVELIUS, 1977, p. 58). Na Noruega, “*500 clubes esportivos foram escolhidos de todos os vinte municípios do país para desenvolver este trabalho*” (HAUGE-MOE, 1977, p. 73). Na Finlândia, “*a primeira organização de esportes de aprimoramento físico (E.P.T.) foi formada pela TUL, isto é, pela Organização Central do Movimento Trabalhista*” (KONI, 1977, p. 65).

Assim, dentre todos os programas apresentados na REVISTA, somente o do Brasil insistia tanto na comunidade como gestora e na ação do voluntário esportivo. Isso, sem dúvida, decorria do ajustamento nacional às propostas do Programa Desenvolvimento de Comunidades D.C.. A realidade brasileira era outra.

Se, nos países desenvolvidos os programas podiam ser focados na ocupação do tempo livre, na saúde física e mental, na busca do prazer, etc., no Brasil, os objetivos de um programa como o Esporte Para Todos deveriam priorizar, basicamente, sentimentos de solidariedade social. Na verdade, o E.P.T. deveria se ajustar à Doutrina de Segurança Nacional D.S.N. e a D.C. na “*concepção de sociedade que se rege pelos supostos do equilíbrio e da harmonia*” (ROSEMBERG, 1997, p. 146). Por quê?

Partindo do princípio de que o Brasil estava vivendo uma ditadura, tendo em vista que o índice de desemprego era muito alto; que o arrocho salarial era muito grande; a saúde da população muito baixa – inclusive, para participar de atividades físicas; a educação, muito ruim; o medo do comunismo e uma baixa-estima muito grande, é de se supor que o quadro social se apresentava tenso, conflituoso. Portanto, a sociedade brasileira estava à beira de um colapso político.

Mediante essas considerações, é razoável supor que o E.P.T., na forma, no modelo em que foi implantado no Brasil, conclamando a participação comunitária, visava diluir a visão de um mundo conflituoso, desequilibrado numa concepção de sociedade unida, solidária. Por isso, a prioridade, no E.P.T., da comunidade, do voluntário esportivo. Tal qual nos países desenvolvidos, devia-se “*mentir um bocado*”, com uma diferença: lá se deveria mentir para fazer a população correr mais, nadar mais. Aqui, dever-se-ia mentir assegurando que as coisas estavam boas, que todos viviam felizes e deveriam congraçar num doce abraço comunitário.

Em suma, as atividades físicas como um saber-poder foram colonizadas pelos governos e, por meio dos programas E.P.Ts., foram utilizadas no controle da população em dois sentidos. Primeiro, os programas E.P.T. foram ações biopolíticas que pretendiam governar a população como espécie, como um conjunto de seres vivos que mereciam cuidados e também como um conjunto de indivíduos que precisavam ser convencidos de que estavam sendo bem governados, bem tratados. Segundo, em alguns casos, fez-se uso ideológico dessas práticas para o controle da população.

Quanto ao primeiro aspecto, é pertinente destacar que não se tratava, necessariamente, de planejamentos conspirativos por parte dos governos. Embora seja muito comum atribuir

uma ação como o E.P.T., exclusivamente, a uma manipulação ideológica por parte do Estado, é importante relativizar essa percepção, pois não era o que acontecia. A biopolítica é baseada numa arte de governar que tem como fundamento a população como espécie, mas ela também parte do princípio de que a população é uma “coisa” que deseja. Ela não é destituída de um querer para ser manipulada ao bel prazer deste ou daquele governo. Destaca-se o caso brasileiro: qual a interpretação mais corriqueira? Não é afirmar que a Educação Física e Desporto foi usada *deliberadamente* para a manipulação do povo brasileiro no Regime Militar pós-1964? É como supor que alguns líderes políticos se reunissem e resolvessem fazer dessas atividades um instrumento ideológico de manipulação. A situação não era bem assim. Para que isso se apresentasse como uma possibilidade de governo, seria necessário, antes de tudo, que fosse uma demanda da população. Essa comodidade tinha que se apresentar como algo desejável para que os “investimentos” governamentais pudessem surtir efeitos. E essa demanda era forte, conforme Pereira da Costa (1977) assinalou:

Efetivamente, o PRODAC – Programa Diversificado de Ação Comunitária -, implantado em caráter experimental em três municípios de cada estado e território, no correr de 1975, mostrou que as comunidades elegeram o lazer (entendido aí como futebol e outros esportes) entre suas necessidades principais. Isto ocorreu em todo o País, mesmo nas regiões de maior carência, incluindo populações típicas de atividades rurais.

O mesmo aconteceu em 1976 com a operação desenvolvida em 18 áreas-problema do Estado de São Paulo, pelo PRODAC, em trabalho conjunto com unidades militares do II Exército; juntamente com as necessidades de escolas, postos médicos, estradas de acesso, pontes etc., surgiram demandas de organização de atividades esportivas.

Embora seja uma conclusão preliminar por parte dos técnicos do Mobral, há convergência com outras observações empíricas e estudos de natureza técnica – como o “Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil”, de 1971 – sobre a notável demanda reprimida de participação esportiva no País (PEREIRA DA COSTA, 1977, p. 11).

E com essas considerações, o autor concluiu que *“é possível que a veiculação de uma idéia-síntese (o E.P.T.) de esporte de massa possa se ajustar às aspirações já existentes na população brasileira, criando um fenômeno de catalisação das iniciativas isoladas”* (Ibid). Então, isso não foi uma ação conspirativa, engendrada deliberadamente para enganar. Ela teve por base um desejo real, concreto da população. Tal qual McKerracher (1977) fez uma pesquisa para conhecer as atitudes do povo canadense quanto às atividades físicas (e lá não era um regime ditatorial), o governo brasileiro também agia fundamentado em pesquisas do PRODAC, do Mobral e do próprio Diagnóstico. Assim, tendo por base a biopolítica,

a população deve ser apreendida sob duplo aspecto. Em um extremo, é a espécie humana e suas condições de reprodução biológicas (regulação dos nascimentos e da mortalidade, gestão da demografia, riscos ligados à vida, etc.), econômicas e sociais, mas no outro é Público, a Opinião Pública. Os economistas e os publicistas nascem, com efeito, ao mesmo tempo, como nota Foucault. O governo visa, a partir do século XVIII, agir sobre a economia e sobre a Opinião. A ação do governo se estende, portanto, do enraizamento sociobiológico da espécie até a superfície de captura oferecida pelo Público, como vários dispositivos de poder – e não como “aparelhos ideológicos de Estado”. Da espécie aos públicos, temos aí todo um campo de realidades novas, de novas maneiras de agir sobre os comportamentos, sobre as opiniões, sobre as subjetividades, para modificar as maneiras de dizer e de fazer dos sujeitos econômicos e dos sujeitos políticos. (LAZZARATO, 2008, p. 46)

Assim, os técnicos governamentais sabiam que não lidavam com “governados eternos” – expressão utilizada por Paul Veyne (1982) –, mas com uma população que deveria ser administrada em função de dados concretos que eram “colhidos” da realidade do Estado. É evidente que, em todo tipo de governo, se almeje o controle da população³⁰, a normatização de suas condutas; mas o diferencial dos estudos de Foucault, consiste em destacar que essas ações não devem ser concebidas como ideologia; logo, não se pode alegar que o Estado haja sempre ideologicamente na condução do povo. Há sim práticas concretas que variam no tempo, e, sob essa perspectiva podem-se entender os programas coletivos de lazer e os chamamos de E.P.T.. Eles são práticas “embasadas” em discursos que valorizavam a saúde, a qualidade de vida, fundamentados numa nova tecnologia de governo que, contrariamente aos períodos em que se conduziam hordas, ou em que se tosquiavam ovelhas³¹; procurava agir sobre a população não deixando que sua “sorte” fosse definida pela própria natureza.

Quanto ao segundo aspecto, devemos destacar que, em nosso caso, houve um princípio ideológico a balizar as ações governamentais, mas ideológico à maneira que Sousa Filho discute essa questão. O programa E.P.T., articulado no Brasil, procurou atuar ratificando uma Ordem Simbólica, que se caracterizava pela concepção de que há uma ordem natural calcada na harmonia e no equilíbrio e que precisavam ser conservada. Assim, o E.P.T. no Brasil, ao recorrer à comunidade e ao voluntário esportivo, tenta inverter o “caráter de coisa construída, arbitrária e convencional de toda ordem social e suas instituições, e cujo

³⁰ Seja conduzindo hordas, rebanhos ou administrando fluxos como no atual momento histórico.

³¹ Vide Paul Veyne “Foucault Revoluciona a História”.

efeito é a eficácia de sua dominação sobre os indivíduos, engendrada e reproduzida sem o *recurso da força*”.

A seguir será abordado o aspecto disciplinar.

2.2 Disciplinarização

O higienista e o pedagogo associaram-se na dura empreitada [dar homens sadios ao Brasil]. O quinino e o livro. A ginástica e a lição. O laboratório, a caserna e a escola.

(Menotti Del Picchia. Homens para o Brasil. 1935)

A partir do que foi exposto, pode-se fazer a seguinte indagação quanto à REVISTA: é notório o enquadramento da REVISTA nas estratégias de atendimento às necessidades da população por parte do governo, mas em que ponto ela poderia atuar como instrumento adestrador de condutas em nível individual? Por uma observação de Foucault (2005), pode-se responder essa pergunta, pois mecanismos de regulamentação e de disciplinarização se articulam um com o outro. De acordo com o autor:

...esses dois pontos conjuntos de mecanismos, um disciplinar [série corpo], o outro regulamentador [série população], não estão no mesmo nível. Isso lhes permite, precisamente, não se excluírem e poderem articular-se um com o outro. Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com o outro (FOUCAULT, 2005, p. 299).

No que tange à população, o quadro 5 evidencia uma amostra das articulações em âmbito geral que passavam pela REVISTA. Quanto aos aspectos disciplinares, também foram vários os artigos em que essa categoria destacou.

Revista nº	Artigo	Autor (es)
11	Ginástica básica feminina	Stella F. M. Guérreos.
16	Considerações sobre uma concepção da organização do ensino da educação física, esportes e recreação.	Auguste Listello.
17	Observações sobre detalhes técnicos e problemas do vólibol e dos demais desportos coletivos.	Adolfo Guilherme.
19	O professor de educação física em face da pedagogia moderna.	Guiomar Meireles Becker.
19	Educação física em face da criminologia.	Abenante de Mello e Souza.
20	Ginástica de pausa, trabalho e produtividade.	Mário Ribeiro Cantarino Filho e Ewerton Negre Pinheiro.

Quadro 6 - Destaque de algumas revistas, artigos e autores

Fonte: Elaborado pelo autor.

Enumeraram-se esses artigos e, nesta linha, existem outros, mas se se levar em consideração que toda forma de treinamento envolve processos de disciplinarização, o número de artigos seria muito maior. Antes de tratar especificamente de alguns deles, faz-se pertinente uma digressão para situar como a Educação Física se tornou um dispositivo voltado à moralização e à eficiência dos gestos.

Quando Michel Foucault discutiu o poder pastoral, o autor tratou do assunto remontando aos hebreus, aos gregos, aos cristãos. A análise é interessante porque, ressaltou as relações políticas dos homens por meio da metáfora do pastor. Nos textos de origem religiosa, a ideia do pastor condutor de um rebanho é explícita. Em textos gregos, embora a ideia do pastor não esteja ausente, prevaleceu a do magistrado, e culminou com a análise do “Político” de Platão, em que a arte de governar não se assemelha à do pastor e nem à do magistrado e, sim, à do tecelão. A partir disso, Foucault concluiu “*que o pensamento grego, a reflexão grega sobre a política exclui essa valorização do tema do pastor*”. (FOUCAULT, 2008a, p. 195). O autor mostrou que, para Platão, o homem político jamais pode se assemelhar a um pastor, médico, pedagogo, ginasta. A sua função é maior. Sobre os escritos do filósofo, Foucault declarou:

O homem político liga entre si os elementos, os bons elementos que foram formados pela educação, vai ligar as virtudes, as diferentes formas de virtude que são distintas umas das outras e, às vezes, até opostas uma às outras, vai tecer e ligar entre si os temperamentos opostos, por exemplo os homens fogosos e os homens moderados, e vai tecê-los com a lançadeira de uma opinião comum que os homens compartilham. A arte do rei não é portanto, de maneira nenhuma, a arte do pastor, é a arte do tecelão, é uma arte que consiste em juntar as existências, eu cito, ‘numa comunidade que se baseia na concórdia e na amizade’. Assim, o tecelão político, o político tecelão forma com sua arte específica, bem diferente de todas as outras, o mais magnífico de todos os tecidos, e ‘toda a população do Estado, escravos e homens livres, vê-se envolvida nas dobras desse tecido magnífico’, diz ainda Platão. E é assim que se é levado a toda felicidade que pode caber a um Estado. (FOUCAULT, 2008a, p. 194)

No entanto a ideia do pastor prevaleceu. Devido ao cristianismo e sua institucionalização como Igreja, *“uma instituição que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de levá-los à vida eterna no outro mundo, e isso na escala não apenas de um grupo definido, não apenas de uma cidade ou de um Estado, mas de toda humanidade”* (Ibid, p. 196). Com essas considerações, o pensador francês afirmou: *“não é, creio eu, no grande pensamento político que vocês encontrariam verdadeiramente a análise positiva do poder a partir da forma do pastorado e da relação pastor-rebanho”* (Ibid, p. 196).

A Igreja é uma instituição única na história, não só pela abrangência que teve e ainda tem, mas também porque, por meio dela, houve todo um processo de internalização de condutas, de obediência, de respeito a hierarquias que nenhuma outra instituição conseguiu. Foi por ela que todo *“homem ocidental aprendeu, durante milênios, a se considerar uma ovelha entre ovelhas”* (Ibid, p. 174).

Mas a Igreja passou por cataclismos, várias revoltas contra a sua ordem. Ataques dos mais variados grupos religiosos e também de setores civis. Até que, finalmente, a sua hegemonia foi abalada, e um novo modo de vida prevaleceu. O mundo feudal foi vencido pelo burguês, e Deus foi substituído pela ciência. Mas a ideia do pastorado sobreviveu. Aceitar conduzir desta ou daquela maneira, por este ou aquele poder permaneceu. Nas novas formas de governamentalidade que se arranjavam, as figuras tradicionais da Igreja foram, se não esquecidas, relegadas à segundo plano, e seu lugar foi ocupado pelo capitalista, pelo cientista, pelo pedagogo.

Quando Foucault (2008) dissertou a respeito do pastorado, ele deixou claro que a moderna arte de governar não se assemelhava à do pastor. Governar não é conduzir ovelhas e

nem agir soberanamente sobre súditos ou cidadãos. No entanto ele afirmou ser a pastoral cristã o pano de fundo que serviu de modelo ao Estado moderno na implantação de suas práticas políticas. E, no que tange ao Estado moderno, importa-nos uma observação que ele fez quanto ao desejo daquele de conduzir as pessoas. Segundo o autor:

... muitas das funções pastorais foram retomadas no exercício da governamentalidade, na medida em que o governo pôs-se a também querer se encarregar da conduta dos homens, a querer conduzi-los, a partir desse momento vamos ver que os conflitos de conduta já não se produzem tanto do lado da instituição religiosa, e sim, muito mais do lado das instituições políticas. E vamos ter conflitos de conduta nos confins, nas margens da instituição política. (FOUCAULT, 2008a, pp. 260-261).

Essa observação se faz pertinente, porque, das diferentes análises possíveis que o autor enumera, uma interessa de forma particular: *“o pastorado, em suas formas modernas, estendeu-se em grande parte através do saber, das instituições e das práticas médicas”* (Ibid, p. 263).

Assim, as práticas físicas, a partir do século XVIII, viram-se enredadas numa rede de poderes que as fez objeto de diferentes saberes e domínio de diversas instituições. As práticas corporais populares, funambulescas, de apropriação assistemática viram-se rechaçadas por saberes racionalizados, que se construíam sob a égide das mais variadas instituições. Esses “novos pastores” procuraram fundar as práticas físicas sob o regime da racionalidade e da cientificidade moderna. De acordo com Soares (2002), Amoros, Ling, Demeny foram autores clássicos da Educação Física e, diferentemente das técnicas pastorais clássicas, não mortificaram o corpo com açoites, jejuns, reclusão a espaços pouco iluminados, e nem exigiram confissões íntimas das pessoas. O que eles pretenderam foi disciplinar pela luz, pelo alimento, pela mecânica dos gestos, pela respiração. Os princípios de Amoros discutidos pelo autor podem dar uma perspectiva do que ambicionavam os novos pastores:

... com este tipo de trabalho [atividades físicas racionais], buscava estabelecer, de forma muito precisa, a relação dos exercícios praticados com sua utilização na vida cotidiana. Desse modo, Amoros acreditava estar descartando, definitivamente, a idéia que associava a ginástica à frivolidade e ao entretenimento. Isto porque desejava, também, deixar claro que o objetivo de seu trabalho era a educação moral. A ginástica era apenas o meio mais adequado para realizá-la. E educar era, sobretudo, criar normas de conduta que fossem individualmente interiorizadas para serem socialmente mais eficazes. A criação de uma segunda natureza a partir da norma deveria

ser de tal forma internalizada que tornar-se-ia a própria natureza (SOARES, 2002, pp. 36-37).

Assim, pretendia-se disciplinar pelo comedimento dos gestos, pelo controle da força. Nada de exageros. O saber sobre o corpo não era um saber de pessoas quaisquer, era para especialistas. Por isso, repudiava-se a toda atividade física popular, pois ela carecia do aval dos novos pastores, dos técnicos, das pessoas balizadas em conhecimentos científicos. Sobre essa perspectiva, os apontamentos que a professora Soares (2002) fez a respeito de Demeny são fundamentais para entendermos o que se passava com a Educação Física. Demeny viveu em período posterior a Amoros e Ling³². A ciência já havia avançado em vários pontos, e ele trabalhava, como outros cientistas franceses, procurando *“apoiar-se sobretudo, na mecânica, na higiene, na patologia, na anatomia e na fisiologia”* (SOARES, 2002, p. 86). Ele fundamentava seus trabalhos na moderna ergonomia, *“na cronofotografia, na cinematografia, na termodinâmica, o que faz com que o corpo humano seja visto como, “um conjunto mecânico animado por um motor cuja combustão invisível deve ganhar em eficiência que pode ser medida”* (VIGARRELO, apud SOARES, 2002, p. 87).

De acordo com Soares (2002), Demeny, como produto de seu tempo, sofreu ainda mais a influência da máquina, sob sínteses teóricas das leis da termodinâmica e das novas descobertas no campo da fisiologia. Essas duas ciências foram as fontes principais de analogia desse pesquisador da Educação Física. Ele buscou uma economia dos gestos em que a eficiência não poderia ser conseguida sem o aperfeiçoamento dos centros nervosos: *“o aperfeiçoamento dos centros nervosos só se adquire pelo exercício; mas aqui não é, como seria para o efeito higiênico, a dose ou a quantidade de trabalho que importa, mas o modo e a perfeição da execução dos movimentos”*. (DEMENY, apud SOARES, 2002, p. 108). Temos, então, que, para ele, a uma economia dos gestos somava-se uma complexidade sensitiva, e somente pela perfeita combinação dessas duas perspectivas se poderia adestrar bem uma pessoa. A moderna sociedade industrial requeria isso. Uma sociedade na qual o indivíduo seria *“dono de um corpo adestrado que dominaria as próprias forças e as distribuiria adequadamente, controlaria seus impulsos e, enfim, seria o disciplinador de si mesmo”* (SOARES, 2002, p. 120).

Essa relação demandava um saber novo e, portanto, um profissional com competências aprimoradas nos novos saberes. Para Soares (2002):

³² Idealizador do método sueco de ginástica.

Demeny denomina este profissional com uma expressão bastante curiosa: ‘engenheiro biólogo’. Esta denominação, contudo, sugere algumas interpretações. De certo modo, parece revelar uma tentativa de Demeny de aproximar ainda mais a ginástica de dois campos já reconhecidos e destacados da sociedade oitocentista, sobretudo nos círculos científicos: a *engenharia e a biologia* (SOARES, 2002, p 88).

Esse destaque se fez pertinente, porque o núcleo sobre o qual se discute a Educação Física, até o final dos anos 60, do século XX, no Brasil, foi representativo dessas duas matérias. Os nossos militares, afinados à engenharia, e os nossos bacharéis, bem próximos das ideias darwinianas. Assim, os “pastores” europeus influenciaram os “pastores” brasileiros. A cientificidade foi o parâmetro de todas as práticas físicas. E foi sob essa forma que os nossos intelectuais e militares conceberam a Educação Física. E o repúdio destes por práticas não formais foi bem expresso por Azevedo (1960) num texto escrito para o Jornal O Estado de São Paulo, em comemoração ao 1º Centenário da Independência do Brasil. Nesse ensaio, intitulado “A revolução do esporte no Brasil”, o autor rejeitava a capoeira como prática física e luta nacional.

Mas, em primeiro lugar, a capoeiragem nunca foi propriamente uma luta nacional/. Não passou, a não ser certa época, das rodas de mestiços e africanos, entre os quais teve a sua origem e os seus melhores dias de glória. Demos porém que o tivesse sido. Não deveria continuar a sê-lo. A capoeiragem é um violento exercício de agilidade, equilíbrio e força. Ela cria, como aliás todos os esportes, um tipo particular e inconfundível de ginasta. É “o Mandica da Praia”, reforçado e gibento, de andar oscilante que, lá se vê, estaria longe de evocar a Auriga de Delfos, e só poderia agradar a quem desconhece a força orgânica, as linhas estéticas, “o valor social do tipo escapulo vertebral” e sacro-abdominal, que constitui o cânone da beleza e da força grega e sueca”. E conquanto se pudesse admiti-la como o melhor instrumento de defesa pessoal, sobre não ser feita de elegância como o boxe francês e ser, ao contrário, o mais deselegante gênero de luta, não tem a dinâmica precisa e equilibrada do jiu-jitsu, em que os japoneses encontraram a maravilhosa arte de dominar o adversário, inflingindo-lhe uma dor de intensidade excessiva, por meio de desdobramento de força mínima. Se a mim, pois que não a outros, coubesse em sorte de traçar um plano brasileiro de educação física, havia de refugar das escolas a capoeiragem, mantendo-a e desenvolvendo-a na força pública entre os esportes de combate, ao lado do boxe, do jiu-jitsu, da luta romana, e da esgrima de sabre, de florete, de espada e baioneta (AZEVEDO, 1960, p. 340).

Pela leitura do texto de Azevedo (1960), pode-se observar a sua afinidade com o método sueco de Ling, a profunda admiração pelos ideais estéticos gregos, a sua admiração

pela cientificidade e racionalidade da ginástica, portanto, não poderia deixar de criticar a capoeira nos mesmos moldes que os teóricos europeus fizeram das práticas funambulescas. Elas se apresentavam como representativas de pessoas desprovidas de moral – foi o caso dos capoeiristas no século XIX e primeiras décadas do século XX no Brasil - e sem nenhum embasamento científico. Assim, a Educação Física apareceu como um poderoso saber que, tendo como objetivo a saúde e a disciplina das pessoas, poderia contribuir para uma melhor postura cívica dos brasileiros.

De forma geral, as atividades físicas no século XIX procuravam regenerar raças, construir uma moral cívica, disciplinar o povo pelas práticas físicas, desde que racionalizadas e pensadas cientificamente. Essa perspectiva de cunho liberal e positivista, que priorizava a eficiência dos gestos e a formação integral³³ do indivíduo, manteve-se absoluta até meados do século XX e ficou conhecida como dogmática. Por quê? A partir da biologia, da pedagogia, das ciências jurídicas e sociais, estabeleceu-se que a Educação Física não poderia deixar de moralizar por meio do adestramento físico³⁴. As duas coisas deveriam estar sempre juntas.

Isso pode ser depreendido de um conjunto de manuais que a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura publicou entre os anos de 1966 e 1967. Eles eram compostos por temas e foram disponibilizados pela Divisão de Educação Física como um curso por correspondência. Vendo-se esses manuais e comparando-os a REVISTA, publicada um ou dois anos após, pode-se compreender a determinação com que se tencionava reorganizar/organizar a Educação Física no Brasil. A diagramação, as ilustrações, o material, tudo, enfim, mostrava que uma nova maneira de se proporcionar essa comodidade à população estava sendo articulada.

Um desses manuais tratava de *“Princípios de Ética Esportiva”*, repleto de citações de eminentes filósofos, juristas, pedagogos, cientistas, padres. Começava com a seguinte pergunta: “Poderá o Desporto ignorar a lei moral?”³⁵ e a resposta categórica: *“Não! O Desporto não poderia alhear-se da Moral. Se o fizesse, negaria o seu próprio direito à vida. Condenar-se-ia irremediavelmente”*. As argumentações estavam baseadas no princípio de que o homem que não quisesse se submeter às leis morais recuava ao estágio da evolução em que

³³ A expressão formação integral não deve ser compreendida, nesta dissertação, como indicativa de uma formação libertária e crítica, mas, como representativa dos ideais spencerianos, calcados na certeza pronta de que a Educação Física aliada à educação moral e intelectual melhoraria a vida humana em todos os aspectos.

³⁴ Será visto mais à frente, que com o neoliberalismo essa perspectiva é abalada.

³⁵ (Manual de Educação Física, 1967, p. 1). Daqui pra frente (M.E.F.)

se vivia “à maneira dos animais selváticos, à maneira de feras” (*Ibid*). Assim a moral é concebida como dogma que fundamentava toda a vida social. Desta forma,

podemos concluir que o homem deve *viver humanamente* isto é: afastar-se da animalidade para *viver moralmente*. Esta é a razão pela qual Galéot é levado a afirmar de modo peremptório que *tudo o que reforça a moral facilita o governo dos homens e a regulamentação das suas atividades*. (BRASIL, M.E.F. p. 2. 1967)

Portanto, o Desporto (expressão utilizada no texto), a Educação Física, devido à importância que tinha, estava entre as atividades que deveriam ser consideradas sob o aspecto moral. Sendo o Desporto um tema da maior importância, ele deveria “*ser resolvido filosoficamente, ou seja, integrando-o na universidade da vida, e não isolando-o como é costume proceder (Ibid)*”.

Nessa perspectiva, o texto procurou verificar se o conceito de Desporto pressupõe ou não idéias morais. E a verificação foi feita sob quatro aspectos: a) o biológico; b) o pedagógico; c) o jurídico; e d) o social. A moral, sob o aspecto biológico, decorria da constatação de que todo organismo vivia em constante luta com o meio ambiente para não adoecer e não envelhecer. Sendo a vida social uma luta semelhante à vida biológica, o “autor” concluía que “*quando a Moral não intervém nas lutas da vida ou nas lutas desportivas..., essas lutas degeneram em combates ferozes, que implicam a própria negação da vida ou do Desporto, conforme os casos*” (BRASIL, M.E.F. 1967, p. 5). O aspecto pedagógico supunha que uma vontade mais forte era prerrogativa dos corpos desportivizados. O jurídico destacava que o desportista que aceitava com lealdade as regras do Desporto, também aceitava com lealdade as regras sociais, tendo em vista que: se ambas são justas, ambas pressupõem moralidade. Por fim, o aspecto social que tem no Desporto uma “*válvula de segurança dos sentimentos anti-sociais*”, desviando “*para o terreno da inofensividade, os impulsos agressivos e o instinto combativo do homem*” (BRASIL, M.E.F. 1967, p. 7)

Da leitura do texto, depreende-se, claramente, os ideais positivistas de sociedade que também estavam impressos nas argumentações de Azevedo (1960). Algumas das 14 conclusões que o M.E.F. arrolou justificavam plenamente essa hipótese:

1⁰ A luta, que a Biologia reconhece como essência da vida, e é também a essência do Desporto, é a luta seletiva, progressiva e expansiva, dirigida no sentido da conquista da harmonia e da saúde total do indivíduo. Essa luta

deve ser incruenta, porque as necessidades individuais podem e devem harmonizar-se com as necessidades coletivas. Eis o que Mallart afirma, em abono deste assunto: ‘Na maioria dos casos, as necessidades individuais estão de harmonia com as necessidades coletivas. Numa sociedade normalmente organizada, não há que haver vítimas. (...) Os atos de equilíbrio entre a individualidade e a coletividade são os que biologicamente constituem a categoria superior’.

5° O Desporto, praticado corretamente, representa uma ocupação útil para os lazeres do homem, visto constituir uma variante e um repouso para a sua vida e uma *preparação e renovação* para atividades futuras. O Desporto, além de ser uma atividade compensadora do sedentarismo contemporâneo, liberta o homem da ociosidade, que Carrel considera *a maior infelicidade que a civilização científica trouxe aos homens*.

10° O Desporto precisa de ser orientado e servido por um escol, uma vez que a massa comum dos homens não sabe encontrar, espontaneamente, a satisfação das suas necessidades biológicas e dos seus vagos anseios de aperfeiçoamento. A massa humana só consegue progredir e melhorar sob o influxo e sob a sugestão de apóstolos e de animadores, capazes de servirem idéias, e dispostos ao sacrifício. São esses homens que concretizam e unificam as incertas aspirações dos seus semelhantes.

12° O Desporto deve ser orientado no sentido de servir não só o indivíduo, mas a nação, evitando todos os perigos em que pode facilmente degenerar: desportocentrismo, demagogização, teatralização, profissionalização, comercialização, materialização, etc.

Segundo Valserra, o Desporto *é uma função desinteressada, nobre e higiênica, cujos fins consistem em promover o desenvolvimento do espírito, a energia da vontade e a beleza pujante do corpo*. (BRASIL, M.E.F. 1967, pp. 34, 37)

Feitas essas observações, pode-se questionar se essa perspectiva esteve limitada apenas aos manuais de Educação Física da antiga Divisão de Educação Física. A resposta é negativa. A REVISTA contém vários artigos que pressupunham a moral e a formação integral como alguns dos fundamentos sob os quais deveria reger a E.F.E.. Destacam-se, para discussão, dois deles.

O artigo de Guiomar Meirelles Becker (1974, pp. 43-49), sob certos aspectos, reproduzia o texto do Manual de Educação Física, e, também, é de difícil síntese, pois a autora articulou os argumentos recorrendo às palavras de vários filósofos, como: Platão, São Tomás de Aquino, Montaigne, Rousseau e expoentes da educação brasileira, como Fernando Azevedo, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Rui Barbosa, dentre outros.

Becker (1974) iniciou sua reflexão apelando aos primórdios da vida do homem na Terra e afirmou que a Educação Física³⁶ foi fundamental para a sobrevivência do homem primitivo. Depois, remontou aos gregos e aos seus ideais estéticos. Na Idade Média, destacou que as atividades físicas não se descolaram da questão moral. No século XIX, reforçou os fins higienistas e concluiu afirmando que a Educação Física *“tem por fim desenvolver e aperfeiçoar as qualidades físicas e morais do homem, ...”* (BECKER, 1974, pp. 46-47). Quando tratou do perfil que o professor deveria ter no mundo atual, recorreu a Fernando de Azevedo, atribuindo a este palavras de Démeny: *“Deve ele ser um educador e psicólogo, um verdadeiro engenheiro biólogo, como alertou Fernando de Azevedo”* (Ibid, p. 47). Com tal exposição, a autora buscou, nas palavras de várias eminências, as justificativas para os dogmas que defendia e concluiu que

a Educação Física é uma causa nacional, cujos resultados poderão dar ao brasileiro o que alguém já planejou para seu próprio povo: talhe mais delgado que grosso, gracioso, musculatura flexível, visão clara, pele sã, agilidade, esperteza, direitura, entusiasmo, alegria, fortaleza, imaginação, autodomínio, sinceridade, honestidade, pureza de pensamento e ação, sentimento de honradez e de justiça, complacência, trazendo o amor de Deus em seu coração.

“Nossa missão é um apostolado. Os feitos dos nossos antepassados, um Evangelho”. Sejam os nós, professores de Educação Física missionários da grandeza do povo brasileiro! (BECKER, 1974, p. 49).

Sem dúvida, uma tarefa árdua e, porque não dizer, humanamente desestimulante. Trabalhar ou assumir tal apostolado é mais para deuses que para homens. De qualquer forma, observa-se que a autora defendia princípios de uma formação integral, calcados no pressuposto da Educação Física como uma poderosa atividade para o aperfeiçoamento físico e moral dos indivíduos.

Wilson Veado (1974) também orientou seus argumentos na mesma direção e, tal qual Becker (1974), recorreu a diversos autores para justificar suas reflexões. Defendeu que, ante a grande desestabilização pela qual passava a família, era ainda mais importante o papel do educador, não só para reparar os laços que iam se diluindo na célula básica, mas, principalmente, para reconstituir, por meio destes, a família maior, ou seja, a Pátria. Pelas

³⁶ Pode-se fazer uma crítica ao autor, quando afirma que o homem cuidou do seu desenvolvimento muscular nos primórdios da vida.

reflexões sobre a atualidade, dos problemas da vida contemporânea, ele desafogou sua descrença com o mundo.

Quando eu olhava os meus filhos, então pequenos, a brincarem com os amiguinhos, felizes no desconhecimento das coisas do mundo, hoje, quando vejo meus sobrinhos e meus escoteiros, presas da mesma irreflexão para com as armadilhas da vida, ficava e fico a pensar sobre o modo por que haveremos de agir para por em suas mãos as armas com que hajam de enfrentar as agruras e os tropeços que virão. Ou um mundo de agressividades soltas, mundo incapaz de um gesto de amizade e acolhimento, mundo de armadilhas, mundo de receios e fugas. (VEADO, 1974, p. 79)

Talvez essa visão pessimista do mundo decorresse do momento histórico atemorizante da Guerra Fria. No entanto ele propôs como solução que a “*única arma possível para a criança e para o jovem é a da educação integral...*” (Ibid). Portanto, para se concretizar essa meta, não poderia descuidar da Educação Física. Para o autor, não haveria educação plena sem que as atividades físicas fossem contempladas no processo e efetuadas sob os princípios da racionalidade.

Nessas circunstâncias, defendeu que o professor de Educação Física tivesse status equiparado aos demais colegas. Argumentou que o seu reconhecimento social ocorreria em proporção ao seu esforço como educador. Assim, esse esforço deveria ser direcionado não só para os conhecimentos científicos que perpassavam a disciplina, mas, igualmente, para uma tomada de postura que fizesse com que os colegas o respeitassem como um igual. Assumindo-se como um educador e preparando-se para esse papel, ele então

educará para a vida, onde os indivíduos enfrentam entrechoques (competição, jogo da vida) e precisam, então, ter aprendido como topas as barreiras que se levantarão à sua frente. Assim é que, no campo de exercícios, o professor de Educação Física deverá objetivar a conquista da força, como capacidades motora, a socialização, a conduta moral, e ainda a capacidade criadora e a compreensão humana. Canalizará os fatores que conduzem ao desenvolvimento social, mental, moral. Daí, rumo aos espiritual. (VEADO, 1974, p. 53)³⁷

³⁷ Mais à frente, serão contrastados esses objetivos aos pragmáticos.

Resumindo, do ponto de vista dos dois autores, vê-se claramente que ambos defenderam princípios de uma formação integral e que ambos buscaram seus apoios em filósofos e grandes educadores ou figuras ilustres que advogassem uma formação e não se pautassem apenas em conhecimento técnicos.

Isto posto, pode se questionar: sob essa perspectiva, como se deveria conduzir uma aula de Educação Física? Para responder a essa questão, foi utilizado um texto do professor Auguste Listello, que foi dividido em duas partes e se encontra na Revista de números 14 (1973) e 16 (1973a)

Auguste Listello foi membro da Federação Internacional de Educação Física, do Instituto Nacional de Esportes da França, figura eminente na divulgação da Educação Física Desportiva Generalizada. A partir de 1952, esteve sempre presente no Brasil divulgando essa modalidade em cursos e seminários, e não se pode deixar de notar sua proximidade com a política nacional de segurança³⁸. Sobre a importância desse nome, a Revista Esporte e Educação n° 16 foi esclarecedora, e, à página 02, em texto intitulado “Listello no Brasil” lê-se:

Acompanhado de sua esposa, desembarcou no porto de Santos no dia 12 de julho o professor Augusto Listello. Como noticiamos em nossa edição anterior, ele viria ao Brasil por uma temporada de dois meses, em férias. É um nome que está intimamente ligado à educação física brasileira. Desde a implantação dos cursos de aperfeiçoamento, e nisto lá vão vinte anos, Listello tem participado efetivamente dessa evolução. Diríamos mais, tem colaborado sobremaneira, pois toda a nossa didática está ligada ao mestre. Quando se fala na educação física contemporânea brasileira, devemos dizer: ‘antes e depois de Listello’. Foi um verdadeiro divisor de águas, foi um marco relevante no desenvolvimento desta atividade no Brasil. Mas passaram-se vinte anos e nesse período, o professor francês esteve diversas vezes ministrando cursos no País. A esse tempo, pudemos acompanhar a evolução de seu pensamento, pois a cada vez que volta sempre o tem renovado. Principalmente os seus princípios filosóficos, o que caracteriza o educador. Nesta oportunidade, a Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo quis fazer sentir todo o reconhecimento dos colegas brasileiros ao grande mestre. Além de recebê-lo no porto de Santos, na pessoa de seu presidente, o prof. Nelson Barros, foi programada uma reunião especial da diretoria, oportunidade em que lhe foi ofertada uma placa de prata, como nossa homenagem (REVISTA ESPORTE E EDUCAÇÃO, 1972, p. 02).

³⁸ Isso pode ser corroborado pela seguinte fala: “Através deste longos anos, [20 anos, desde sua primeira visita ao Brasil] os nossos objetivos permaneceram os mesmos: lutar pela educação e o bem-estar de toda a juventude, desenvolvê-la nos aspectos físico, social e moral e prepará-la para lutar a seu modo (se necessário fosse) contra as injustiças, a fim de proteger sua liberdade, sua família, a terra de seus antecessores e também sua bandeira”. (LISTELLO, 1973, p. 23)

Segundo o professor Inezil Penna Marinho, esse método foi oficializado pelo Instituto Nacional de Esportes da França a partir de 1945 e tinha como objetivo atuar “*simultaneamente sobre o corpo, o espírito, o caráter e mesmo sobre o senso social, ou melhor, que englobe a unidade do indivíduo*” (MARINHO, sd, p. 383). Listello (1973) articulou o programa das atividades físicas generalizadas sob dois eixos: o físico e o moral e cívico. O primeiro foi embasado em quatro pontos: a) atividades físicas generalizadas; b) exercícios específicos; c) prevenção do mal; e d) ocupação dos lazeres. Esse primeiro eixo só pode ser viável se os quatro pontos forem “*retomados e desenvolvidos sobre um plano ‘social e moral’*”, criando, assim, uma nova mentalidade, um novo estado de espírito” (LISTELLO, 1973, p. 27).³⁹ Observa-se, então, que, por essa proposta, também não se desconsidera uma formação geral, na qual os valores morais estavam presentes, e sem os quais não se justificava o método.

Na obra “*Vigiar e Punir*”, Foucault observou que os corpos são sujeitados em três níveis. O primeiro é escalar, ou seja, não se trata do corpo em massa, como nas tecnologias do biopoder, e sim do corpo individual. O segundo ponto trata da economia dos gestos, visa-se à eficiência dos movimentos. Enfim, o controle passa por um esquadramento do tempo, do espaço e dos movimentos. E, ele concluiu: “*Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’*” (FOUCAULT, 1999, p. 118). Essas técnicas muito valorizadas a partir do século XVIII, ainda permearam a educação no século XX e foram muito bem evidenciadas no artigo de Listello (1973a).

No artigo de Listello, continuação do estudo publicado na edição de número 14, tratava de dois itens: organização pedagógica da classe e organização pedagógica do trabalho para as atividades individuais. Embora o autor afirmasse ser a técnica apresentada “*uma concepção evolutiva do sistema de educação, apresentada após 1952 nos diferentes cursos de Educação Física e Esportiva, organizados pelos Estados do Brasil...*” (LISTELLO, 1973a, p. 63), percebe-se que, no fundo, reproduziam técnicas disciplinatórias bem antigas. O autor enumerou alguns pontos dessa “nova pedagogia” que interessam, pois, apesar de supostamente valorizar uma relação menos hierárquica entre os comandantes e seus

³⁹ Segue, no Anexo A, exposição do professor Marinho sobre o programa, que elucidou, inclusive, o terceiro ponto: prevenção do mal.

comandados, o que realmente se fez foi dar um “nova roupagem” a técnicas seculares. Destacam-se, a seguir, alguns pontos do que Listello (1973a) propôs:

No domínio da educação, esta pedagogia é baseada:

- a) na necessidade de uma organização geral séria, realista e eficaz.
- b) na ordem e disciplina (livremente concedidas na medida do possível).
- c) no comportamento respeitoso das regras gerais e das convenções particulares estabelecidas entre professores e os alunos, quer se trate da prática das atividades, do respeito ao próximo ou do comportamento em relação às coisas ou bens pertencentes à coletividade (Ibid, p. 63).

Observa-se que, embora o autor defendesse uma maior liberdade aos alunos para se manifestarem, estes estavam, hierarquicamente, tolhidos pelos seus superiores. A ordem e a disciplina eram livremente concedidas na medida do possível. Avançando um pouco mais, o autor tratou da organização da classe em Educação Física e Esportiva. Ele sugeriu o seguinte arranjo para uma classe de quarenta alunos.

Divide-se a classe em 4 grupos de dez alunos, definitivamente⁴⁰, ou seja, para todo o ano escolar. Definem-se os lugares de cada aluno na equipe. Elege-se o assistente da equipe e um chefe de classe, este para o ano todo, aquele por períodos determinados. Qual o objetivo de tudo isso? Listello (1973a) respondeu:

Uma vez constituídas as quatro equipes, cada aluno distingue e conhece pelo nome o seu colega colocado à frente e atrás dele, assim como o seu vizinho da esquerda e o da direita (...). No momento do agrupamento que precede toda sessão de Educação Física ou de esporte, essa organização, pelo imperativo de sua disposição, evita as desordens frequentes e permite constatar imediatamente os ausentes. O lugar do aluno faltoso deverá ser deixado vago. O aluno que constatar um lugar vago a sua frente deverá comunicar ao assistente de sua equipe o nome do ausente (LISTELLO, 1973, p. 64).

Mas à frente, o autor afirmou: “*Essa organização permite aos alunos conservar o seu lugar durante o ano e evita considerável perda de tempo. Além dos ausentes, os assistentes são encarregados de preparar, transportar o material necessário...*” (Ibid, p. 67). Do chefe de classe espera-se, “*em matéria de controle*”, que “*ele cuide do livro de chamada dos alunos*

⁴⁰ Vê-se que, ao adotar essa disposição, os alunos serão cerceados de contatos com outros colegas.

da classe, anotando os ausentes antes de cada aula, tanto em Educação Física e Esportiva como em qualquer outra matéria (matemática, línguas, etc.)”. (Ibid, p. 67)

No que tange às atividades individuais, Listello (1973a) propôs que todos os alunos devessem submeter-se a uma série de testes que serviriam de base para a constituição dos grupos de trabalho, que se *organizariam segundo uma tabela de cotação* (Ibid, p. 68). Isso que o autor referia ser novo não passava de princípios antigos, que tratavam de disciplinar os indivíduos sob três pontos, cujo sucesso “ *se deve , sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame*” (FOUCAULT, 1999, p.143).

Sobre esses três pontos, podemos desdobrar a perspectiva pedagógica de Listello. Primeiro, quando ele distribui os alunos e elege um chefe para cada grupo, cuja função é anotar o nome dos faltosos e relatar possíveis indisciplinas ao professor (chefe maior), o que se almeja? Não é fragmentar o olhar do mestre para torná-lo ainda mais presente? Assim, quando o professor designa chefes e “abdica” de sua posição central, não é para se tornar mais fraco, menos presente, mas, justamente, para tornar-se mais onipotente e onipresente, dado que, por meio de tal disposição, o seu poder organiza-se como

um poder múltiplo, automático e anônimo, pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre os indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como um propriedade; funciona como uma máquina. E, se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um ‘chefe’, é o aparelho inteiro que produz ‘poder’ e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. (FOUCAULT, 1999, p. 148)

Por isso, Listello determina que o aluno que constatar um faltoso à sua frente, ao seu lado, deve comunicar a sua ausência ao chefe assistente, e este, ao professor. Percebemos, nessa organização da classe em Educação Física e Esportiva, tida como uma novidade nos anos de 1970, técnicas de controle individual que Foucault remonta ao século XVIII. Há, nessa disposição da classe, um olhar hierárquico, no qual todos vigiam todos sem o uso da força.

O segundo ponto destacado por Foucault também pode ser percebido quando Listello discute os objetivos a serem alcançados numa aula de salto e altura. Para o planejamento de

uma aula, sobre esse conteúdo, ele propõe que os alunos devem ser classificados por grupos e de acordo com sua capacidade de saltar, sendo os melhores enquadrados no grupo I e, assim sucessivamente, numa série de três grupos. O objetivo é que os alunos procurem, sempre, atingir um padrão caracterizado como o mais adequado, pois

para cada aluno o objetivo será trabalhar para tentar progredir a fim de atingir a altura imposta, que lhe permitirá passar para o grupo superior. [...] Essa concepção, que é baseada na emulação permanente, corresponde a uma verdadeira promoção esportiva (e social, no espírito), porque, uma vez classificado em um grupo superior, não se retrocede mais se, naturalmente, continuar a fazer o esforço necessário para manter o seu lugar. (LISTELLO, 1973, p. 70)

Assim, a coerção [no caso, os patamares que os saltadores devem buscar] não é imposta pela força, mas pelo que se apresenta como normal, ideal, para cada um e para todos. Há um padrão (norma) que deve ser alcançado e recompensado, se a meta for atingida, e é por meio dele que se a coerção é estabelecida.

Observa-se que o processo pedagógico de Listello se estabelece sob a vigilância pela disposição dos alunos e da submissão destes aos chefes e, também, pela normatização dos alunos, pelo seu enquadramento em grupos segundo critérios assentados em sua capacidade de saltar mais ou menos. Essas técnicas das quais ele se utiliza são oriundas de um modelo panóptico de sociedade, cujo poder não *“repousa mais sobre o inquérito mas sobre algo totalmente diferente, que eu (Foucault) chamaria de exame”* (FOUCAULT, 2005b, p. 87). O exame combina a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, e ele não é feito para cuidar das diferenças ou para respeitá-las, mas *“para determinar se um indivíduo se conduz ou não como se deve, conforme ou não à regra, se progride ou não, etc.”*. A partir dessa consideração Foucault conclui: *“esta é a base do poder, a forma de saber-poder que vai dar lugar não às grandes ciências de observação como no caso do inquérito, mas ao que chamamos ciências humanas: Psiquiatria, Psicologia, Sociologia, etc.”* (FOUCAULT, 2005b, p. 88).

Dentre essas ciências, pode-se incluir a Educação Física, que, como podemos depreender das orientações de Listello, por meio de exame (tabelas de cotação), procura normatizar padrões de conduta física e moral⁴¹.

⁴¹ Sobre este desejo vide as observações do Professor Inezil Penna Marinho na página 97.

Textos embasados em princípios pedagógicos com essas características disciplinatórias, que visavam à formação integral dos indivíduos, eram muito comuns na REVISTA não se limitando aos citados anteriormente.

Mas essas concepções de Educação Física e Esportiva não se mostraram hegemônicas. A partir dos anos 60/70 do século passado, com o advento de uma nova ordem social calcada em princípios de uma economia neoliberal, a Educação Física e Esportes também se rearranjou.

CAPÍTULO III

DUAS ORIENTAÇÕES

Para efeito de um melhor acompanhamento das novas tendências internacionais, é importante recordar as três grandes linhas doutrinárias predominantes até 1970 (sueca, francesa e alemã), as quais não conseguiram prevalecer em virtude principalmente dos interesses políticos atuais, e que provocaram mutações extraordinárias nos campos das ciências sociais e tecnológica.

(Manoel J. G. Tubino)

Este capítulo discute, com base em um texto seminal do Prof. Manoel José Gomes Tubino, - “As tendências internacionais da Educação Física” –, as duas principais orientações que sustentam E.F.E.: a dogmática e a pragmática.

Partindo da diferença que Foucault evidencia entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo, pretende-se mostrar o alinhamento da perspectiva dogmática ao liberalismo clássico pela “ingenuidade” das duas concepções: a primeira, pela defesa dos princípios amadores e humanísticos que defende para a E.F.E., e o segundo, pela crença de que a “mão invisível” é capaz de reparar todas as injustiças que o mercado, como um dado natural, pode gerar. De outra forma, pretende-se mostrar que a E.F.E. pragmática se ajusta mais aos princípios neoliberais pelo imediatismo de resultados que almeja. Tal qual o neoliberalismo, a perspectiva pragmática não se preocupa com possíveis sequelas dos resultados imediatos obtidos. Ela objetiva apenas à performance, não se importando com o valor das outras coisas, como: saúde, socialização, ética. Discorre-se, também, sobre os processos de subjetivação e das “lutas” que se dão para a internalização das condutas dogmáticas e pragmáticas a partir da E.F.E..

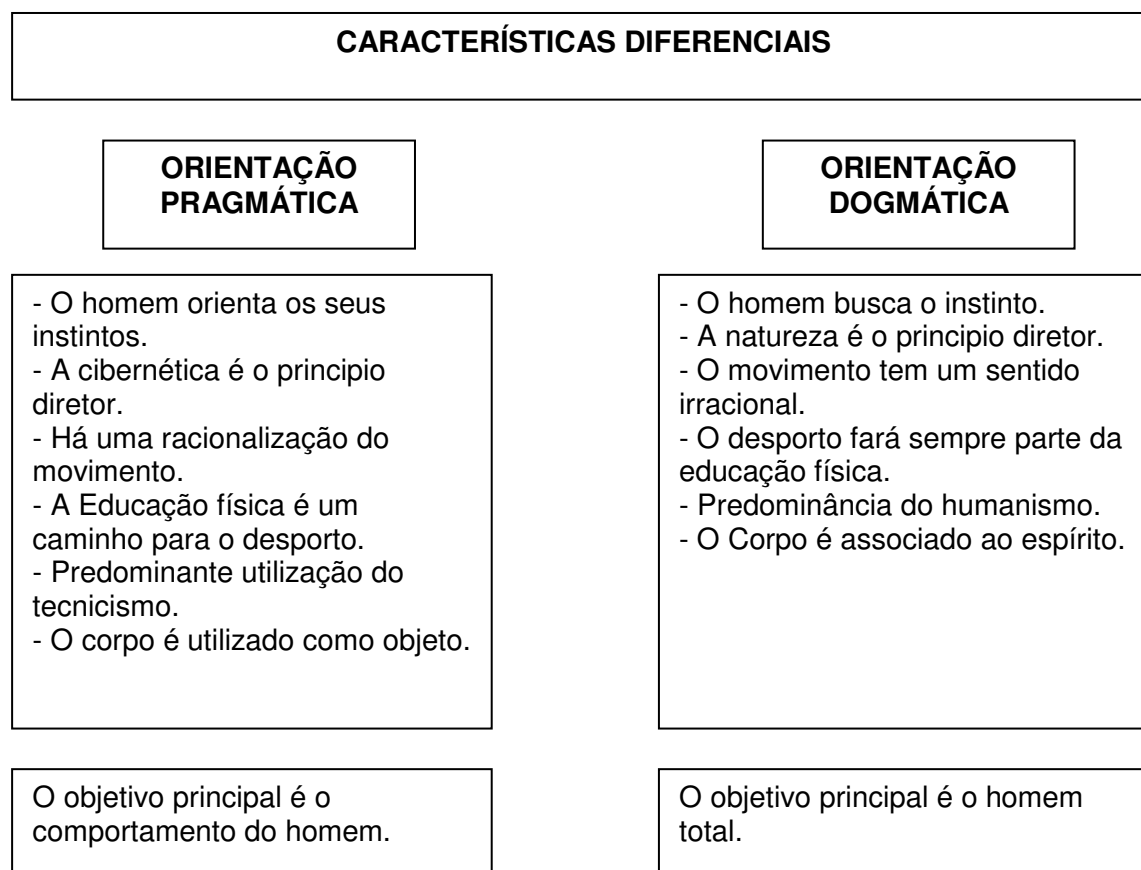
3.1 Diferentes Orientações

As leituras que tratam de políticas públicas são, no geral, áridas. Isso se deve à apresentação de leis, de artigos, pareceres, etc. O enfoque muito técnico torna a leitura desinteressante para aqueles que não são apaixonados pelo assunto, e, mesmo para aqueles que gostam, às vezes, faz-se necessária uma força de vontade muito grande para não abandonar os estudos. Portanto, tendo em vista que serão discutidos assuntos que permeiam essas abordagens, buscar-se-á ser o menos cansativo possível. Serão utilizados os seguintes documentos: parecer nº257/71 que fundamenta o decreto nº69450/71, Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNDE (1976-1979) - e o artigo de Tubino (1975), que traz a citação que serve de epígrafe a este item. Tais documentos foram importantes para justificar a hipótese de que se construía um novo discurso quanto à Educação Física e Desportos no Brasil. O artigo de Tubino (1975), intitulado “*As tendências internacionais da educação física*”, discute os rumos que o desporto e a educação física têm tomado e a forte utilização destes pela política. De acordo com o autor, os desportos transformaram-se num dos principais instrumentos de propaganda política. A educação física, mesmo amparada por uma reação muito grande dos verdadeiros educadores, tendia a tornar-se um meio para o desporto de alto nível.

Tubino (1975) reconhece que, mesmo sob uma reação muito forte de educadores que objetivavam uma formação integral, a perspectiva técnica tendia a vencer. Para efeito de estudo, o autor sugeria denominar a primeira corrente de orientação **dogmática** e a segunda de **pragmática**. Desta forma, o autor diz que,

A orientação pragmática tenta tornar o homem matéria-prima para o resultado desportivo, o que leva a educação física escolar a buscar a iniciação desportiva mais precocemente. A orientação dogmática, devido a sua grande base em termos filosóficos e educacionais, continua sem fugir aos mesmos objetivos dos primórdios da educação física, isto é, permanece na sua intenção histórica de alcançar o homem total, capaz de neutralizar os nefastos efeitos que acompanham, paralelamente, a evolução da sociedade. (TUBINO, 1975, p. 09).

O quadro a seguir, dado pelo autor, elucida exemplarmente essas concepções.⁴² A rigor, a diferença entre os primeiros teóricos e cientistas da Educação Física e os defensores do pragmatismo dos anos 60/70, do século passado, não consistia no grau de cientificidade que eles procuravam dar a esse saber, mas, sim, no amadorismo com que os primeiros concebem a finalidade dessas práticas. Esse amadorismo se caracterizava numa crença ingênua de que os objetivos últimos desse saber-poder era o aprimoramento físico e moral do homem e a desvinculação dessas práticas do mercado e de valores, por eles, considerados pouco nobres, tais como: desportocentrismo, espetacularização, comercialização etc.. Com o pragmatismo, esses desejos ingênuos foram colocados de lado, e passou a prevalecer, além de novos métodos, uma nova ética, mais afinada às propostas imediatistas e comerciais dos princípios neoliberais.



Quadro 7 - Características diferenciais: orientação pragmática e dogmática.

Fonte: TUBINO, 1975.

⁴² Autores como Ling, Demeny, e tantos outros, defendiam uma educação física racional e científica, mas não deixavam de percebê-la como prática voltada para a formação integral do indivíduo.

Observa-se, aqui, um diferencial entre os princípios dogmáticos, objetivados de forma mais clara desde o século XVIII, e os de eficiência pragmática dos anos 1970. No primeiro caso, a Educação Física é concebida sob um véu de certezas prontas, que a qualificam como uma prática fundamentalmente boa e capaz de reconstituir um homem ideal. Na orientação pragmática, essas verdades dadas, são deslocadas de uma formação integral para uma outra de característica limitada e exclusiva, ou seja, sob a orientação pragmática, busca-se, somente resultados esportivos.

Na orientação dogmática, embora calcada em princípios de cientificidade, não se perdia de vista uma concepção de educação física, que, mesmo docilizando corpos, e, conseqüentemente, almas, preocupava-se com o aperfeiçoamento físico e social do indivíduo – no caso aos padrões exigidos pelo mundo burguês. Na orientação pragmática, sociedade, saúde, moral, nada se apresentava como significativo.⁴³ Apenas a performance e o resultado do treinamento em competições interessavam. Talvez estes objetivos decorressem dos dividendos políticos que a propaganda das façanhas dos superatletas poderia dar aos seus países. Mas também não se podem descartar os interesses financeiros que as competições de alto nível poderiam contemplar. E mais, essa orientação se adequava mais ao novo sistema de governo que se estabelecia: o neoliberalismo. Isto posto, pode-se voltar aos documentos governamentais e a justificar a hipótese de que se construía um novo discurso quanto a educação física no Brasil.

Se se tomar em consideração que o parecer 257/71, escrito quase 100 anos após o parecer de Rui Barbosa e 66 anos de um outro projeto, relatado à Câmara pelo Deputado Federal Afonso Costa, poder-se-iam esperar novidades quanto à análise dos pareceristas, no entanto isso não ocorreu. O parecer 257/71 rememorava as clássicas considerações de Rui Barbosa e Afonso Costa. De Rui Barbosa, os ideais ortopédicos⁴⁴ da Educação Física eram destacados. Segundo o documento,

os sacrifícios de que dependem estas inovações, parecem-nos mais que justificados, se é certo que a ginástica, além de ser o regimen fundamental para a reconstituição de um povo cuja virilidade se depaupera e desaparece de dia em dia a olhos vistos, é, ao mesmo tempo, um exercício eminentemente, **insuprivelmente moralizador**, um gérmen de ordem e um vigoroso alimento da liberdade (BRASIL, PARECER, nº 271/71).

⁴³ Veremos isso mais à frente.

⁴⁴ Ortopedia física e moral.

De Afonso Costa, toma certas concepções pedagógicas, que supunham ser o jovem uma “massa plástica”, de cujo organismo dever-se-ia apossar, ainda tenro, para moldagem:

a educação física deve começar na escola primária, tomar o organismo ainda tenro, massa plástica a todas as impressões, para revigorá-lo e desenvolvê-lo: ser continuada no ginásio, acompanhando o estudante no curso secundário, para não ser abandonada durante o período dos estudos nas academias e universidades. (BRASIL, PARECER, nº271/71)

Quanto à população, do mesmo Afonso Costa, o parecer recorria às seguintes palavras:

... é tristíssimo sermos um povo em formação, que não tem, por enquanto, acentuados traços físicos de sua raça, debilitada e enfraquecida, sob um clima enervante e estarmos ainda tão atrasados em matéria de educação física, esquecidos todos nós de que do desenvolvimento corporal, obtido pelos jogos e pelos exercícios ginásticos, convenientemente ministrados, dependem o vigor, beleza e a própria inteligência. (Ibid)

Com essas observações históricas, os pareceristas remeteram-se à vida moderna afirmando:

A vida moderna sujeita o indivíduo a grandes facilidades e confortos materiais, subtraindo-lhe esforços indispensáveis ao equilíbrio orgânico e conduzindo-o um sedentarismo, que desgasta todo o seu ser, com repercussões óbvias na sociedade.[...]A Educação Física e racional previne-nos contra todos esses males e inconveniências, proporcionando-nos oportunidades de adquirir a aptidão física que nos dará condições de bem estar e de capacidade para o exercício profissional mais eficiente e menos fatigante. (BRASIL, PARECER, 257/71).

Tem-se, então, a seguinte situação: os pareceristas viam a Educação Física com finalidades ortopédicas e de eficiência. A primeira, ao proporcionar equilíbrio orgânico, e a segunda, ao capacitar para o desempenho das atividades cotidianas. Desta forma, a Educação Física era “*atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora as forças físicas, morais, psíquicas e sociais do educando...*” (DECRETO 69450/71). No que concerne aos objetivos, o Decreto se apresentava nos seguintes termos quanto à Educação Física estudantil, que era a base de todas as práticas físicas.

Título II

DA CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS

Art. 3º - a educação física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

I – no ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário, da criatividade, do senso moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade;

II- no ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento da aptidão física, para o aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, aliados à sua tanto perfeita quanto possível socialização, à conservação da saúde, fortalecimento da vontade, aquisição de novas habilidades, estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios, que lhe possibilitem o emprego útil do tempo de lazer;

III- no nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por praticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e ao aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante do campus universitário, à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.

§ 1º - a aptidão física constitui e referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º - a partir da quinta serie de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva.

§ 3º - nos cursos noturnos do ensino primário e médio, a orientação das atividades físicas será análoga à do ensino superior. (BRASIL, DECRETO, 69450/71)

Lendo o parecer, e o Decreto é possível perceber a semelhança com autores clássicos do século XIX. Mas há aí uma incoerência. É a seguinte: os relatores, ao priorizarem a Educação Física como uma atividade fundamental à vida do homem atual - pois é a ela que eles se referem no parecer –, remeteram suas considerações a autores do século XIX:

é inegável que, ao homem de hoje e ao do futuro, mais do que o foi aos nossos antepassados, é imprescindível educação física superaprimorda. E isso se avoluma, em alta escala e impositivamente, aos nossos olhos, à medida que o progresso vertiginoso da ciência e da tecnologia nos alcança,

lançando sobre o homem no fim do século XX o espectro da hipodinamia (BRASIL, PARECER 257/71).

Dessa incoerência, faz-se a seguinte pergunta: por que, admitindo que se estivesse em um novo tempo, os pareceristas se apoiavam em autores do início do século? Antes de avançar, ver-se-á o que se encontrava expresso no PNED, de 1975, quanto à mesma Educação Física estudantil.

2- Objetivos

O Plano Nacional de Educação Física e Desportos consolida os objetivos definidos em cada uma de suas áreas de atuação, na forma abaixo.

2.1 – Gerais

- *aprimorar a aptidão da população;*
- *maximizar e difundir a prática da educação física e do desporto estudantil;*
- *eleva o nível técnico dos desportos, para o aprimoramento das representações nacionais;*
- *implantar e intensificar a prática do desporto de massa;*
- *capacitar os recursos humanos necessários às atividades a serem desenvolvidas no sistema desportivo nacional.*

2.2 – Específicos

2.2.1 – Na área de educação física e desporto estudantil:

- *ativar e promover a expansão da educação física no ensino de 1º e 2º graus e superior;*
- *promover a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para a ministração, planejamento pesquisa e administração da educação física e dos desportos;*
- *desenvolver programas de aperfeiçoamento e expansão da assistência técnica e financeira aos sistemas estaduais de ensino;*
- *estimular o desenvolvimento de programas de apoio ao estudante atleta;*
- *racionalizar a aplicação de recursos, para expansão e melhoria da rede física das unidades de ensino, visando à implantação e ampliação das atividades-fim;*
- *incentivar a utilização plena das instalações desportivas dos estabelecimentos;*
- *avaliar, mediante a aplicação de baterias de testes, a repercussão das atividades ministradas, de forma a conduzir à reformulação, adaptação e atualização periódica de currículos;*
- *estimular a realização de competições estudantis municipais, estaduais, nacionais e internacionais;*
- *facilitar a participação de alunos em competições desportivas de interesse nacional, mesmo nos períodos de trabalhos escolares. (BRASIL, PNED, 1975)*

Ao analisar os objetivos dados no parecer e no Decreto 69450 e o PNED, observa-se o seguinte: o parecer 257/71 e o Decreto 69450/71, embora já sob as considerações do Diagnóstico, foram embasados em princípios humanistas, e o PNED foi calcado sob as novas diretrizes técnicas que sustentavam as orientações governamentais para a Educação Física. Nos primeiros, havia uma clara preocupação com a formação integral do indivíduo, no segundo, apareciam como predominantes os aspectos técnicos para a formação de atletas.

Essa observação possibilita responder à pergunta feita anteriormente e entendê-la sobre a incoerência dos relatores do parecer 257/71: os documentos ainda se pautavam em valores antigos, aqueles de cunho humanista preconizados pelos idealizadores da Educação Física racional e científica. De acordo com os documentos, ainda prevaleciam inabalados os métodos sueco, francês e alemão. Os organizadores das propostas contidas no PNED, elaborado apenas quatro anos após o parecer e o Decreto 69450/71, encontravam embebidos das novas orientações sobre a Educação Física. As novas tendências objetivavam uma formação técnica para resultados de desempenho. Nessas concepções, não havia outro interesse senão o resultado esportivo e, para isso, o saber-poder Educação Física se viu sujeito a novas orientações. Orientações que não se justificavam mais apenas em ideais científicos, de progresso e de formação integral da pessoa. A Educação Física, mais do que nunca, deveria servir aos objetivos políticos e do mercado. A conclusão de Tubino (1975) sobre a luta das duas orientações mostrou o dilema por que passavam pessoas comprometidas com esse saber:

Concluimos externando a nossa dúvida. Será difícil para nós predizer qual das duas orientações constatadas no Congresso de Bruxelas será predominante, se a orientação pragmática, norteadas pelos interesses políticos na busca de campeões para propaganda internacional, ou se a orientação dogmática, alicerçada nos preceitos filosóficos e educacionais da educação física e que luta desesperadamente pela sua sobrevivência. Por enquanto, como nos demais aspectos do enfoque social, os interesses políticos continuam vencendo. (TUBINO, 1975, p. 11)

Sob que princípios essa comodidade social deveria ser oferecida à população? Ela deveria ser oferecida sob uma perspectiva que favorecesse a nova ordem social que se instituía: o neoliberalismo.

3.2 Pragmatismo

[...] a concorrência pura não é portanto um dado primitivo. Ela é necessariamente o resultado de um longo esforço e, para dizer a verdade, a concorrência pura nunca será alcançada. A concorrência pura deve ser e não pode ser senão um objetivo que supõe, por conseguinte, uma política infinitamente ativa. A concorrência é portanto um objetivo histórico da arte governamental, não é um dado natural a respeitar.

(Michel Foucault. Nascimento da Biopolítica)

Pode-se perguntar: dizer que a Educação Física, sob a influência da política e do mercado, estava tomando uma nova orientação não é um tanto quanto equivocado, pois, como se viu anteriormente, as ações políticas, o mundo da fábrica, a pedagogia, a ciência, etc., já não se valiam da Educação Física para almejar os mais variados objetivos? Não seriam essas novas orientações apenas a incrementação dos princípios dogmáticos que priorizavam a moral e a eficiência dos gestos? A resposta é negativa. Há algo mais, e esse “a mais” pode ser percebido relacionando-se duas concepções da arte de governar que não são ressurgência uma da outra. Trata-se do liberalismo clássico e do neoliberalismo. O neoliberalismo não é a ressurgência e nem a exponenciação do liberalismo clássico, da mesma forma que o pragmatismo não é apenas a exponenciação dos princípios que fundamentam o dogmatismo. Para a explicitação desse argumento, remeter-se-á, primeiramente, à diferenciação que Foucault faz entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo. Depois, partindo dessas observações, será correlacionado à Educação Física e à adoção quase que definitiva do modelo esportivo como o realmente significativo para a sociedade. Feito isso, pode-se entender o porquê do pragmatismo distinguir-se do dogmatismo, e também o porquê dessa categoria ter prevalecido e ser mais representativa na sociedade atual. Na continuação deste texto será apresentada a distinção que Foucault, (2008b, pp. 159-165) fez entre liberalismo clássico e neoliberalismo.

Foucault, ao tratar da nova arte de governar instalada, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, afirmou ter sido ela decorrente dos princípios de governo dados pelos ordoliberais alemães e dos anarcoliberais americanos. Essas duas correntes se tornaram mais conhecidas como neoliberalismo. E para ele

não há que se iludir: o neoliberalismo atual não é, de maneira nenhuma, como se diz muitas vezes, a ressurgência, a recorrência de velhas formas de economia liberal, formuladas nos séculos XVIII e XIX [...] O que está em questão é saber se, efetivamente, uma economia de mercado pode servir de princípio, de forma e de modelo para um estado de cujos defeitos, atualmente, à direita e à esquerda, por uma razão ou por outra, todo o mundo desconfia. (FOUCAULT, 2008b, p. 159).

Na aula do dia 07 de Fevereiro de 1979, o autor priorizou a análise dos ordoliberais alemães e enumerou como primeiro deslocamento na pretensão neoliberal de formalização do Estado e da sociedade pelo mercado, a “superação” do princípio da troca pela concorrência. Para o autor, a troca era a base do liberalismo clássico e se pautava numa relação de *“equivalência entre dois valores”*. Dessa idéia, *“no máximo pedia-se ao Estado para supervisionar o bom funcionamento do mercado, isto é, fazer de sorte que fosse respeitada a liberdade dos que trocam. O Estado, portanto, não tinha de intervir no interior do mercado”* (FOUCAULT, 2008, p. 161).

Evidentemente que, numa relação de troca, há concorrência, mas a concorrência liberal clássica se assentava na suposição de que o mercado era um dado natural e que ao Estado cabia apenas supervisionar para que esse estado natural não fosse modificado. Segundo Foucault (2008b), além de se pedir ao Estado a não intervenção no interior do mercado, reivindicava-se, também, que o Estado deveria, no máximo, intervir para impedir que essa concorrência fosse alterada por este ou aquele fenômeno, como, por exemplo, o fenômeno do monopólio. A consequência lógica dessas duas concepções é o *laissez-faire*. É nesse ponto que Foucault mostra estar a ruptura entre liberalismo e neoliberalismo.

Foucault (2008b) afirmava que os liberais clássicos estavam embebidos de uma “ingenuidade naturalista”, que supunha ser o mercado um dado natural, consequente da livre troca e da concorrência. Para ele, a concorrência não poderia ser entendida assim, ela sempre foi uma construção histórica, portanto, não natural. Explicava ele:

Pois bem, é aí que os ordoliberais rompem com a tradição do liberalismo dos séculos XVIII e XIX. Eles dizem: do princípio da concorrência como forma organizadora do mercado, não se pode e não se deve tirar o *laissez-faire*. Por quê? Porque, dizem eles, quando da economia de mercado você tira o princípio do *laissez-faire*, é que no fundo você ainda é prisioneiro do que se poderia chamar de uma “ingenuidade naturalista”, isto é, você considera que o mercado, seja ele definido pela troca, seja ele definido pela

concorrência, é de qualquer modo uma espécie de dado natural, algo que se produz espontaneamente e que o Estado deveria respeitar, na medida em que é um dado natural. Mas, dizem os ordoliberais – é aí que se pode facilmente identificar a influência de Husserl –, isso é uma ingenuidade naturalista. Pois, de fato, o que é a concorrência? Não é de modo algum um dado natural. A concorrência, em seu jogo, em seus mecanismos e em seus efeitos positivos, que identificamos e valorizamos, não é em absoluto um fenômeno natural, não é o resultado de um jogo natural dos apetites, dos instintos, dos comportamentos, etc. Na realidade, a concorrência não deve seus efeitos senão à essência que ela detém, que a caracteriza e a constitui. A concorrência não deve seus efeitos benéficos a uma anterioridade natural, a um dado natural que ela traria consigo. Ela os deve a um privilégio formal. Pois, de fato, o que é a concorrência? Não é de modo algum um dado natural. A concorrência é uma essência. Pois, de fato, o que é a concorrência? Não é de modo algum um dado natural. A concorrência é um *eidos*. A concorrência é um princípio de formalização. A concorrência possui uma lógica interna, tem sua estrutura própria. Seus efeitos só se produzem se essa lógica é respeitada. É, de certo modo, um jogo formal entre desigualdades. Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos. (FOUCAULT, 2008b, pp. 162-163)

A partir desse ponto, volta-se à Educação Física e busca-se entender o porquê da sinalização de uma outra forma de disciplinarização que estivesse para além da eficiência pura e simples e das propostas amadoras, carregadas de ingenuidade.

Nas páginas anteriores, recorreu-se ao Diagnóstico e a vários autores para exemplificar a maneira pela qual a Educação Física vinha se constituindo como fenômeno social relevante para toda a população e, em decorrência disso, como passou a ser objeto de atenção na arte de governar tanto em âmbito individual quanto geral.

Disso decorreu que, das análises feitas até agora, em especial, das observações de Foucault quanto aos princípios neoliberais da arte de governar, depreende-se que a ideia de concorrência, e, paralela a ela, a de administrar⁴⁵ com eficiência e eficácia encontravam-se unidas à de mercado. Desta forma,

vai se ter, portanto, uma espécie de justaposição total dos mecanismos de mercado indexados à concorrência e da política governamental. O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado. (FOUCAULT, 2008b, p. 165)

⁴⁵ O Diagnóstico foi representativo dessa opção neoliberal no ordenamento das ações administrativas governamentais para a educação física no regime militar pós-1964. A adoção da perspectiva sistêmica mostrou o vínculo dos novos mentores da educação física brasileira com o neoliberalismo.

A Educação Física, como um objeto da arte de governar, não fugiu à regra; ela, principalmente a partir dos anos 60, foi governada para o mercado. Escolas, formação de professores, técnicas e atividades específicas, objetivos do atendimento à população, tudo foi transformado, tudo foi rearranjado em função do mercado. De que maneira isso se deu?

Desde o início do século, a ginástica estava perdendo espaço para o esporte porque, segundo Vigarello (2008), a ginástica não era o esporte, que era competição e confronto regulado⁴⁶. Na nova educação física, o esporte prevaleceu definitivamente, não só pelas características que lhe eram próprias, como criatividade, sociabilidade, lazer etc. ele prevaleceu, também, e, principalmente, porque competição e concorrência eram mais afins. O esporte se afinou mais à nova ordem, a ordem neoliberal, pois ele correspondia, de forma mais positiva, aos princípios concorrenciais que a nova ordem pedia. Novamente, pergunta-se: por quê? Porque, na nova ordem, precisava-se de um “indivíduo empresa”. O que seria indivíduo empresa? Qual a relação desse “indivíduo empresa” e o esporte? Antes de avançar, é pertinente fazer algumas observações.

É lugar comum se citar que, no processo de industrialização ocorreu como que um embrutecimento do homem pela fábrica, ele se tornou dentro dela, e, conseqüentemente, fora dela, uma espécie de macaco adestrado. Ele se alienou dentro dela e se acomodou com a sua situação fora dela. Baseando nas obras de Foucault e reorientando suas análises, é possível compreender que essa perspectiva foi plenamente justificável em um modelo liberal clássico, um modelo em que prevaleceu o princípio da troca e da concorrência como coisas naturais e no qual, para se produzir, ainda requeria que o trabalhador ficasse muito tempo recluso. Nessa concepção, o indivíduo vendia sua força de trabalho, o industrial a comprava, extraindo do excedente seu lucro. Não se esperava desse trabalhador muita coisa, apenas que ele

⁴⁶ A substituição da ginástica pelo esporte foi um processo que remontou ao século XIX, e que, a partir de meados do século XX, sofreu uma mutação que será discutida mais à frente. Mas, antes de tratar dessa mudança de perspectiva, faz-se pertinente sinalizar como no mundo liberal clássico, a ginástica foi substituída pelo esporte como prática inculcadora de condutas. Richard Holt situou essa mudança a partir do século XIX: “Se o esporte amador atingia, antes de tudo, a classe burguesa no século XIX, a necessidade de oferecer aos operários o que a época vitoriana chamava de “divertimentos racionais” desempenhou também um papel importante na sua difusão. Na França e na Alemanha, no final do século XIX, essa necessidade de recreação era amplamente satisfeita pela ginástica. Os esportes modernos, por sua vez, faziam apelo a um uso muito diferente do corpo e respondiam a outro objetivo social. A ginástica tinha um aspecto normativo: ela propunha exercícios cuidadosamente graduados, que deveriam ser executados de maneira precisa. A ginástica alemã, em particular, visava criar uma disciplina coletiva do corpo para fins militares evidentes. *A ginástica excluía a iniciativa e a competição. O individualismo, que fazia parte integrante dos esportes, mesmo coletivos, lhe era estranho. Os jogos de bola, que tanto contribuíram para o sucesso do esporte, permitiam revelar o talento individual, encorajando ao mesmo tempo o esforço coletivo e o espírito de equipe.* [...] Numerosas alianças eram possíveis entre esportes de equipe e esportes individuais. Todos davam ao corpo uma variedade de movimentos adaptados às necessidades do novo mundo urbano...” (HOLT, 2008, pp. 420-421, grifos meus).

trabalhasse e obedecesse. A esse modelo de trabalhador, a ginástica bastava, pois, como assinalou Holt (2008), a ginástica excluía a iniciativa e a competição.

Numa forma neoliberal, isso não é possível. O mundo neoliberal quer mais, ele precisa de que esse trabalhador se aperfeiçoe e se faça continuamente como um indivíduo portador de um capital passível de ser reorientado a cada nova situação. Ele deve ser possuidor de um “capital” que não era exigido do homem da fábrica. Ele deve ser possuidor de uma coisa renovável chamada capital humano. Isso por dois motivos: 1) porque fábrica e empresa não deveriam ser concebidos como a mesma coisa, e 2) essa fonte de rendimentos deveria ser criativa, renovável, flexível.

Primeiramente, a fábrica não exigia do indivíduo muito mais que obediência, disciplina, força. Para o liberalismo clássico, o modelo da troca bastava, um vende a sua força de trabalho o outro a compra, e, dessa relação, se produz riqueza. Nesse modelo de liberalismo, havia como que processos bem definidos de produção. O neoliberalismo exige mais porque a simples troca não corresponde às necessidades do novo estilo de vida, pois

Não é a sociedade mercantil que está em jogo nessa nova arte de governar. Não é isso que se trata de reconstruir. A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos da concorrência [...] Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial [...] O *homo oeconomicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção. (FOUCAULT, 2008b, p.201) .

Na nova ordem, não se pretende anular o homem da troca e nem o homem consumidor, o que almeja é um algo mais, é a consecução de um novo homem, um homem impregnado pelo modelo da empresa. Isso porque, ao homem da fábrica, se apresenta, como horizonte de seu trabalho, apenas o mundo da produção. O homem da empresa tem em mira um “a mais”, que é a concorrência. Pode-se argumentar que, no liberalismo clássico, também havia competição, mas essa concorrência perpassava pela cabeça dos donos das fábricas. Os funcionários pensavam em produzir apenas⁴⁷. No neoliberalismo, ocorre como que uma mudança, todos são estimulados a competir, todos estão impregnados dos ideais que, no liberalismo, sob certos aspectos, estavam limitados apenas aos donos das fábricas. São dois

⁴⁷ Não se quer dizer que o homem da fábrica fosse um tolo ou um alienado que não reconhecesse a exploração a que estava submetido.

modelos bem diferentes e no que tange à generalização da ética social da empresa a toda sociedade, Foucault esclarece:

É essa multiplicação da forma “empresa” no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseqüente, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade. (FOUCAULT, 2008b, p.203)

O homem empresa, açoitado pela ideia de concorrência, vê-se na obrigação de se fazer e refazer a todo o momento para competir melhor; o homem da fábrica, limitado apenas à produção não se sentia estimulado a superar essa condição.⁴⁸ Sob certos aspectos, pode-se afiançar que o neoliberalismo subverte o ideal kantiano de sujeito autônomo. Kant concebia essa autonomia numa perspectiva plena e humanística. Sob o neoliberalismo, essa autonomia é restringida apenas aos fins imediatos do mercado. Portanto, a autonomia, a versatilidade do indivíduo gestor de si mesmo, era determinada pelo mercado. Por isso, pode-se dizer que esse capital não é uma mercadoria do tipo tradicional,

Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda, que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo. (FOUCAULT, 2008b, p.310).

Mais adiante e de forma definitiva, Foucault asseverou que, no neoliberalismo,

O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo, para si mesmo, a fonte de sua renda. (FOUCAULT, 2008b, p. 311).

Após essas considerações, pode-se voltar à Educação Física e procurar entender o porquê da mudança de perspectiva a partir dos anos 1960 e da instauração de uma nova

⁴⁸ Não se pretende afirmar que o homem empresa é melhor ou pior que o homem moldado e adestrado na fábrica. O que se quer destacar é que, a nova condição, imposta pelo neoliberalismo, requeria uma conduta diferenciada em relação ao homem talhado sob o liberalismo clássico.

orientação, dada a esse saber-poder, designada por pragmatismo. Pode-se constatar, no deslocamento da orientação dogmática para a pragmática, duas rupturas: 1) a substituição da ginástica pelo esporte que vinha se acentuando desde o fim do século XIX; e 2) o abandono da perspectiva amadora por uma prática de objetivos imediatos, calcados no treinamento esportivo e desvinculada de uma formação humana integral.

A primeira ruptura foi discutida nas páginas anteriores e assinala que o esporte prevaleceu por estar mais afinado com a agitação que o novo mundo urbano exigia. A segunda ruptura pode ser percebida a partir dos estudos de Holt e de Viagarello. Holt aponta o esporte como filho da época liberal e ancorado em perspectiva eminentemente amadora. Isso decorre de uma mudança de mentalidade, oriunda, principalmente, das elites inglesas, que “rejeitaram a antiga cultura do esporte para adotar uma cultura moralmente mais pura, que chamaram de esporte amador” (HOLT, 2008, p. 434). Esse amadorismo estava calcado em dois ideais, de certa forma, ingênuos. Por um lado, objetivava-se civilizar por meio do esporte, ou seja, acreditava-se que a prática esportiva amadora despertasse um sentimento nobre de moral e de participação social. Por outro, acreditava-se numa melhora de performance sem treinamentos específicos. As duas citações abaixo exemplificam essas suas perspectivas e apontam os ideais esportivos almejados sob a égide de uma economia liberal clássica⁴⁹.

O amadorismo celebrava o princípio da competição ao pôr o acento sobre os valores morais e sociais da participação. A equipe era mais importante que o indivíduo. Após ter lutado ferozmente durante uma partida, os membros das duas equipes se davam as mãos no fim do jogo. O esportista devia, em campo, mostrar refinamento e comportar-se como *gentleman*, quer dizer, saber controlar-se e dar uma impressão de elegância e de calma. O “autodomínio” era a virtude inglesa suprema, segundo Taine, que visitou Oxford em 1871. (HOLT, 2008, p. 434)

A concepção do amadorismo estava fundada sobre um equilíbrio natural do corpo-equilíbrio das diferentes espécies de movimentos e de regime alimentar. Considerava-se normal beber cerveja e fumar. O novo amador não treinava seu corpo com a ajuda de exercícios físicos especiais, com o fim de evitar ferimentos, melhorar seu tempo de reação e de recuperação; contentava-se em melhorar sua técnica pela prática dos jogos mais diversos (HOLT, 2008, p. 437).

A guinada da perspectiva dogmática, embasada em princípios amadores para outra de natureza prática pode ser percebida nos estudos de Viagarello (2008a) e pela observação que

⁴⁹ Não se deve perder de vista que, apesar de esses discursos falarem em respeito, honra, moral, etc.; a prática foi diferente, prevalecendo as mais variadas discriminações, desde racismo até noções preconceituosas de gênero.

ele faz quanto a uma crescente especialização das práticas esportistas. Para ele, com o avançar do século XX, as concepções amadoras e naturalista de performance são substituídas por outras assentadas em aspectos específicos de treinamento. Assim, “*treinar e dar a si mesmo os meios que ‘naturalmente’ não se impõem; ter sucesso é inventar instrumentos, aplicar astúcias, desenvolver procedimentos, tanto uns como os outros pacientemente construídos e calculados*” (VIGARELLO, 2008a, v. 3, p. 249).

Essa mudança de postura é muito significativa porque ele sanciona uma relação na qual o corpo é submetido a situações limites que comprometem inclusive a saúde da pessoa. Vigarello depois de assinalar os ideais coubertinianos, carregados de princípios amadores, diz *que hoje a questão se desloca, no entanto, e ao mesmo tempo se desloca também o olhar sobre o corpo. O treinamento pode beirar o risco, brincar com o fora do limite, comprometer com o ilícito (ibid.)*

No entanto essa mudança não se opera apenas a partir de novas práticas corporais, ela se dá sobretudo pela inscrição definitiva dos esportes no mercado. Com esse enquadramento do esporte ao mercado e sua consequente espetacularização, os praticantes também passam a internalizar valores que o sustentam, tais como: a busca do sucesso a qualquer preço, individualismo, recompensa financeira. Um dos coroamentos dessa relação mercado e esporte é o reconhecimento do campeão esportivo como um modelo de sucesso democrático e a valorização de suas atitudes como modelo social a ser copiado.

Portanto, a nova condição, estimulada desde o liberalismo clássico e transformada no neoliberalismo, exigia do homem mais que obediência e eficiência no desempenho de suas obrigações. Exigia criatividade, espírito de equipe, capacidade de liderança, iniciativa e um profissionalismo muito grande. Daí, a possibilidade de correlacionar o homem empresa e o homem esportivo. O homem esportivo deveria ratificar, sob certos aspectos, o homem empresa exigido pelo mundo neoliberal. Destaca-se, a seguir, como se constituíam as escolas, os objetivos e os ideais que permearam a educação física a partir do final dos anos 60 do século passado.

3.3 Dos professores e das escolas que os formarão

Dentro da evolução das orientações administrativas, a história da administração passou por vários tipos de orientações até chegar ao estágio atual, em que a orientação sistêmica (análise de sistemas) é, sem dúvida, uma concepção com total aceitação.

(Manuel José Gomes Tubino)

Ao discutir, anteriormente, a questão da eficiência e eficácia, relacionaram-se as palavras às ações governamentais para o Educação Física brasileira. Essas ações tinham por base o Diagnóstico, que assinalava a falta de profissionais para atuarem na área, e o despreparo deles para a função. Apontava, também, para o fato de que as escolas não correspondiam às reais necessidades do país e não formavam bem os seus alunos e nem as professoras normalistas, que as procuravam para fazer aperfeiçoamento. Destas, as conclusões do Diagnóstico foram explícitas, ao reforçar que a utilidade dos diplomas era basicamente para a promoção na carreira⁵⁰.

Ora, tendo em vista a carência - detectada estatisticamente - de instituições que formassem bem tanto os alunos quanto aos professores que atuariam nelas, não se pode estranhar que profissionais renomados da área se manifestassem a respeito. Foi o caso do professor Manoel José Gomes Tubino.

É possível deduzir da epígrafe acima que o professor estava impregnado dos ideais administrativos que vigoravam, não só no Brasil, mas no mundo. Procurar dar a todas as instituições um caráter eminentemente técnico era o que preconizavam essas orientações sistêmicas, e o professor Tubino nelas se baseava para tratar da formação de professores e alunos pelas escolas de Educação Física. Vários artigos na REVISTA elucidam o que se almejava das escolas, dos professores e dos alunos que elas formavam. Esta investigação reportou a dois deles. Um já foi citado, tratou-se do artigo “*Os conceitos de eficiência e eficácia e uma abordagem analítica em escolas de Educação Física*” (TUBINO; ABTIBOL, 1973, pp. 64-73). O outro, do mesmo autor, “*Ensaio de uma orientação sistêmica para uma escola de Educação Física*”(TUBINO,1975a, pp. 31-36). Todos os textos, marcados pelas

⁵⁰ Vide anexo B, itens 2.2, 2.7, 3.2.

concepções técnicas administrativas do período e, conseqüentemente, repletos de fluxogramas.

No artigo já mencionado, este texto limitou-se a constatar que as palavras eficiência e eficácia foram incorporadas à Educação Física em decorrência de processos globais que permeavam modernos sistemas de administração, tanto no âmbito privado como no governamental. A seguir, destaca-se a análise específica de como os termos foram apreendidos para uso em Escolas de Educação Física.

Tendo em vista que a eficiência estava vinculada ao desempenho interno e a eficácia ao desempenho externo, os autores optaram pela segunda como prioridade de toda a ação administrativa e afirmavam *“felizmente já existe uma conotação adequada desses valores, e o enfoque administrativo prende-se muito mais à eficácia do que à eficiência”* (TUBINO; ABTIBOL, 1973, p. 67). Disso decorre que os autores fixavam-se os efeitos das medidas administrativas no meio ambiente e não os seus custos, ou seja, agir em função dos custos operacionais nem sempre era a melhor opção. Por isso, a quantidade de alunos formados não era tão importante como a qualidade destes, pois formar muitos alunos e mal preparados era prejudicial à instituição e à sociedade em geral. Logo, os autores, ao priorizarem a eficácia em detrimento da eficiência, deixavam claro a que fim deveria destinar-se uma instituição de Educação Física. Ela deveria ter em vista fins práticos e imediatos frente às demanda do mercado:

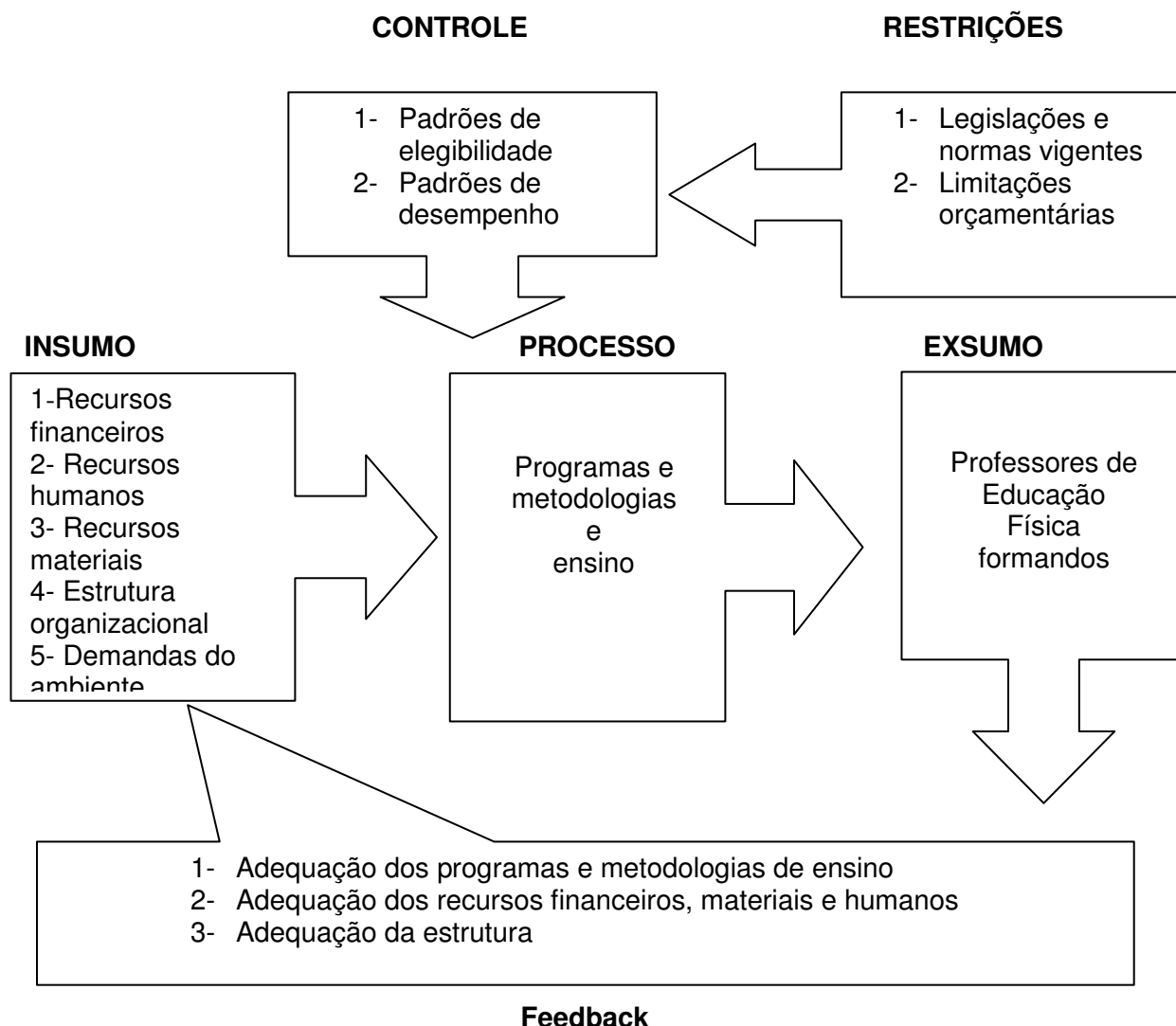
As transformações do ensino nas escolas de educação física devem ser esclarecidas por estudos (feedback) sobre a evolução do mercado de trabalho, cuja demanda se impõe, não apenas quanto ao fornecimento de elementos previsionais quantitativos, mas, na mesma proporção, quanto aos dados qualitativos sobre a adaptação do conteúdo dos cursos existentes e a criação de novas especializações (TUBINO, 1975a, p.36).

Certamente, pode-se perguntar: que mal há em atender às necessidades de trabalho impostas pelo mercado? Não é justo que uma instituição tenha como meta preparar para esse mercado? Sim, mas o que se põe em questão nessa perspectiva de TUBINO e ABTIBOL (1973) é a completa submissão da instituição ao mercado. Não havia por essa perspectiva uma outra função que não fosse a de se submeter à ordem vigente. A instituição parecia desprovida de autonomia ante os conhecimentos produzidos, determinados sempre externamente, e de

forma eficiente e eficaz. Mas se a instituição deveria se pautar por esses princípios, como deveriam ser produzidos os seus “produtos”?

Tubino (1975a) descreveu cinco orientações que prevaleceram ao longo da história da administração – orientações processualística, comportamentalista, quantitativista, ecológica e sistêmica. Dentre essas, optou pela sistêmica. Essa concepção, segundo o autor, “*engloba todas as partes validas das demais orientações*”, e “*é a orientação que realmente se coloca diante das incertezas do mundo de hoje, ora lutando e provocando mutações no ambiente, ora adaptando-se a ele*” (TUBINO, 1975a, p 32). Para o autor, as escolas, ao se pautarem por essa orientação, estavam se munindo de uma técnica de saber que, pela cientificidade e pelos constantes reajustamentos que possibilitava nas orientações previamente estabelecidas, viabilizava ações mais eficazes na “matéria prima” a ser transformada pelas escolas. Os alunos deveriam sair da escola com conhecimentos diferenciados daqueles com que chegaram e deveriam, ainda, ser avaliados quanto “*aos serviços e trabalhos prestados ao ambiente e à causa da Educação Física*” (*Ibid*, 34). Disso o autor depreendeu que uma escola de Educação Física, como instituição de saber, deveria pautar-se em tecnologias (programas e metodologias de ensino), pelas quais a “matéria prima” deveria ser manipulada para ser eficaz no atendimento à comunidade e ao saber Educação Física.

Destaca-se, a seguir, o fluxograma que Tubino (1975a) afirmava ser o ideal para as escolas de Educação Física.



Quadro 8 - Fluxograma ilustrando o funcionamento desejável das Escolas de Ed. Física.
 Fonte: TUBINO, 1975a.

A configuração – um fluxograma ao estilo cibernético -, em tudo, parece lembrar uma fábrica, na qual as engrenagens se ajustavam muito bem, e os produtos eram selecionados, preparados e embalados para o mercado. Toma-se, como exemplo, o insumo clientela. Desta o autor afirmava se comporem os estudantes que certamente se destinariam a se constituir *na matéria prima* da escola. Do processo, constituído por programas e metodologias de ensino, Tubino (1975a) dizia ter por função o

beneficiamento na matéria prima básica; no caso, os alunos que entraram no sistema para serem lapidados até chegarem a professores de educação física... Concluindo, o processo no caso de uma escola de Educação Física é a maneira *como os insumos [estudantes] são manipulados*". O exsumo "é o produto final do sistema" no caso os professores de Educação Física *lapidados* (TUBINO, 1975a, p. 34, grifos meus).

A impressão de uma linha de montagem se acentuava ainda mais, quando se analisam os itens restrição, controle e feedback. As restrições eram comuns a todos os discursos empresariais: leis, normas e limitações orçamentárias justificavam todas as ações administrativas. Os controles eram discriminatórios. Dos padrões de desempenho, o controle se exercia sobre as performances docentes e discentes, nada a acrescentar a esse ponto, pois não tinha e nunca terá solução sob critérios exclusivamente técnicos. Quanto aos padrões de elegibilidade, havia discriminação. Sobre estes, Tubino (1975a) afirmava que haveria um controle constante dos perfis dos alunos que poderiam cursar Educação Física em uma escola superior. Isto é, limitações etárias, sexo, condições intelectuais, condições físicas etc.. Esses limites não estavam bem especificados. Que idade: quarenta, cinquenta anos? Sexo?! Condições físicas, intelectuais? Será que ele não concebia um paraplégico dando aulas? É possível concluir que, quanto ao controle, a fábrica tinha uma grande autonomia para excluir, vetar “matérias primas”. Isso implicava uma seletividade estritamente técnica, na qual os padrões de elegibilidade cerceavam a possibilidade de atuação de várias pessoas em condições de exercer a profissão.

O feedback foi, de acordo com Tubino (1975a), o reajustamento do sistema após uma minuciosa avaliação da atuação dos professores formados (exsumos), no que dizia respeito à sua aceitação no meio ambiente. Nesse sentido, essa aceitação nada mais foi do que o retorno dado pelo mercado que, caso fosse positivo, a engrenagem deveria ser mantida, caso contrário, novos processos deveriam ser arranjados para que o produto saísse com mais qualidade.

Mediante essas considerações, observa-se que as instituições deveriam ser competentes – eficientes e eficazes – na sua atuação, na preparação dos professores e alunos. Como consequência, depreende-se que o produto delas resultantes deveria agir da mesma maneira no meio ambiente, fazendo dos alunos, nas escolas de ensino básico, e das pessoas, na sociedade em geral, peças também eficientes e eficazes, modelos perfeitos de aptidão física. Mas como seria obtida essa aptidão física? Em que sistema ela deveria ser “trabalhada” para se obter o melhor desempenho? A resposta pode ser dada por meio da análise de alguns artigos da REVISTA.

3.4 De sistemas e Métodos de Educação Física e Desportos

Aptidão física é a capacidade funcional de um indivíduo para desempenhar determinadas tarefas que demandem atividade muscular [...]. É necessário sublinhar essa definição específica da aptidão física uma vez que o termo é freqüentemente usado sem ressalvas, num sentido amplo, como equivalente a saúde física.

(FLEISHMAN apud PEREIRA DA COSTA)

Ao discutir as características administrativas nas quais as escolas de Educação Física deveriam basear-se, procurou-se deixar claro que o modelo sistêmico apareceu como o melhor. O mesmo ocorreu com os enfoques sobre os quais as práticas físicas deveriam ser conduzidas. Destacam-se alguns exemplos.

Lamartine Pereira da Costa⁵¹, coordenador geral do DIAGNÓSTICO, no artigo intitulado “*Por uma sistematização integrada para a educação física e desportos*” (PEREIRA DA COSTA, 1973, pp.18-36), seguiu os mesmos caminhos que orientaram seus trabalhos anteriores, ou seja, ele priorizou um enfoque estritamente técnico.

Nesse artigo, o autor colocou em pauta informações técnicas que visavam à superação dos métodos clássicos de treinamento físico - sueco, francês, alemão - etc. Para tanto, elaborou as argumentações tendo em vista a teoria do estresse. Por essa concepção e de forma geral, todo o organismo se encontrava sujeito a variáveis que o estimulavam a um limite máximo de rendimento, a partir do qual o aumento dos estímulos implicariam a diminuição da performance.

⁵¹ É o responsável também pela Edição da REVISTA em sua totalidade e se qualificou como um apaixonado pelas questões técnicas da Educação Física, bem como uma pessoa avessa às questões políticas do momento. Em uma entrevista ao professor Taborda de Oliveira, ele dizia: “agora, o nosso programa era de publicações [no caso voltadas para a Educação Física]. Então, o pessoal da segurança, como nós chamávamos, nunca se meteu conosco e nunca foi atrás de nós. E é gozado que a Educação Física é vista como um pessoal mais alienado, mais fora; então eu não estava muito preocupado, não. Havia vários fenômenos de eliminação de direitos civis e ataque aos direitos humanos, mas eu estava fora disso. Eu não participava disso. Eu tinha outros objetivos que eram de natureza pessoal e dentro das facilidades que eu encontrei ali. E me dedicava muito a isto porque eu gosto de fazer este tipo de coisa. E, de certa forma, resolveu o meu problema profissional. A partir dali é que eu comecei a perceber que eu tinha que – a minha formação anterior era razoável porque eu fui à Suécia, eu me dava bem profissionalmente-, que eu deveria caminhar mais no sentido da universidade, porque só a parte de publicações não iria dar. E eu gostava muito da parte científica e técnica. Já fazia pesquisas naquelas época (...) (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003, pp. 83,84)

Em relação às atividades físicas, esses estímulos foram caracterizados como cargas de trabalho que deveriam ser aumentadas até um limite máximo, um limite no qual o indivíduo - ou atleta - se encontrasse próximo à exaustão. Isso fazia com que o controle científico sobre o aumento das cargas e da capacidade biológica do organismo fosse operacionalizado em escala bem mais rigorosa que a dada pelos métodos clássicos.

A diferença, a ser constatada na observação do modelo proposto, entre os exercícios ginásticos tradicionais e os métodos modernos de treinamento é a de que estes últimos têm um melhor relacionamento de feedback, isto é, a aplicação de cargas pode ser modificada mais racionalmente (resultados dos testes com/ou das observações dos ciclos de assimilação), e as conseqüências podem ser mais efetivas. *O “feedback” dos exercícios ginásticos é do gênero qualitativo (as dimensões da quantidade e do tempo são subjetivas ou correlacionados de modo impróprio)* e, portanto, mais deficiente quanto a operacionalização do controle. (PEREIRA DA COSTA, 1973, p. 21)

A consequência desses métodos em que prevaleceram aspectos quantificáveis, foi que todas as atividades físicas se desenvolveram tendo como fim prioritário a aptidão física. E o autor diferenciava esse conceito de saúde física, pois, pelos métodos contemporâneos, toda atividade deveria priorizar a capacidade de esforço contínuo com qualidade, quantidade e intensidade (tempo).⁵² Nessas circunstâncias, o que se almejava com os novos métodos que visavam à submissão do organismo a limites que beiravam o estresse era o conhecimento dos meios que possibilitassem *“controlar e/ou aperfeiçoar as variáveis que interferiam no processo de adaptação”* (Ibid, p. 20), ou seja, das variáveis que poderiam “contribuir” ou não para a almejada aptidão física.

Pautando apenas no que se referia ao aspecto da aptidão física quanto a princípios de desempenho, as argumentações de Pereira da Costa se mostravam plausíveis, mas, ao concluir o artigo o autor enumerou dois pontos que indicavam ter essa categoria uma crescente aceitação entre profissionais da área. Primeiramente, ele citou as posições de dois ilustres

⁵² Sob a influência dos métodos sistêmicos que orientaram seus trabalhos na elaboração do DIAGNÓSTICO, Pereira da Costa elabora para a categoria aptidão física, que ele relaciona como objetivo de toda atividade física, um fluxograma ao modo cibernético: “Se imaginarmos o complexo aptidão física como um sistema, teríamos **a entrada** (input) constituída pelas qualidades físicas, **o processo** identificado como o sistema nervoso agregado aos sistemas círculo-respiratório, musculares e ósseo, os sentidos e **os controles** do equilíbrio muscular e do tempo de execução (timing) e finalmente, **a saída** (output) qualificada pela movimentação aeróbica e/ou anaeróbica, com as condicionantes agilidade e coordenação”. (Pereira da Costa, 1973, p.22) O autor, talvez influenciado pela proximidade que teve com técnicas do IPEA não mede esforços para por tudo em termos técnicos. A sua crença em modelos explicativos oriundos dos modelos sistêmicos chega a assustar se partimos de outras concepções de ciência, mas aos olhos dos princípios tecnocráticos que vigoravam no período as suas análises seriam se não aceitáveis, pelo menos compreensíveis.

pesquisadores da área – Jordão Ramos e o argentino Hanglade –, que defendiam um melhor aperfeiçoamento humano por meio do desenvolvimento da aptidão física.

Embora sejam discutíveis os pontos sobre os quais a matematização e o consequente controle das valências físicas (força, resistência, velocidade de reação etc.) possam aperfeiçoar o homem, o segundo ponto parece mais problemático, posto que ele o colocou nos seguintes termos:

É digno de realce o fato de que há notável convergência para o estabelecimento da *aptidão física* como objetivo principal da educação física e desportos. Em levantamento de Bacher, nos Estados Unidos em trabalho publicado em 1968, ficou constatado que a maioria dos autores, líderes e instituições consideravam a aptidão física prioritária entre outros objetivos tais como o desenvolvimento motor (realização do movimento com eficiência e estética), desenvolvimento mental (acumulação do conhecimento e habilidade de pensar e interpretar esse conhecimento) e desenvolvimento social (ajustamento pessoal, de grupo e para a integração na sociedade). Em outro levantamento realizado em estabelecimento de ensino superior de educação física e desportos, situados em 24 países, em 1967, a aptidão física foi apontada como caracterização principal do ensino (PEREIRA DA COSTA, 1973, p.22, grifos meus)⁵³.

A primeira pesquisa apontou para o fato de que a aptidão física se apresentava como prioritária ante os valores aceitos quase que totalmente desde a inserção da Educação Física nas técnicas de saberes dos séculos XVIII. Desde esses tempos, ela se apresentava como prática que possibilitaria um melhor desenvolvimento moral, intelectual e físico. A pesquisa de 1968 colocou a saúde física, o desenvolvimento motor e a inserção social como coisas secundárias à Educação Física.

Com os novos métodos, e pela leitura atenta da primeira pesquisa, pode-se depreender que apenas a categoria física foi valorizada, e, mesmo assim não nos padrões concebidos anteriormente, mas sob um critério de excelência inadmissível nos objetivos anteriores.

A segunda pesquisa detectou, junto aos acadêmicos de educação física, uma tendência a considerar a aptidão física como o objetivo principal de ensino. Isso é preocupante, haja vista que seriam esses acadêmicos que atuariam nas escolas e na sociedade em geral. Tendo em vista que eles concebiam a aptidão física como prioritária em suas atividades, pode-se deduzir que outras ações formativas foram relegadas a segundo plano, ou, talvez, nem foram

⁵³ Relacionando essa concepção às dadas pela orientação dogmática, observa-se a distância que há entre elas. A orientação dogmática valorizava a moral, a sociabilidade, a saúde, o desenvolvimento mental e motor. Esta relegava à segundo plano todas esses valores.

lembradas em seus objetivos de ensino, o que, em linhas gerais, pode desembocar em pouco prestígio e legitimidade da disciplina nas escolas de ensino básico.

Para justificar essa tendência à priorização da aptidão física, Pereira da Costa (1973) reportou-se a novo fluxograma – nesse artigo, ele fez uso de sete –, cujo propósito foi o de comunicar a forma operacional da sistematização integrada da educação física e dos desportos.

Tais quais os esquemas destacados por Tubino (1975), para que as escolas de educação física fossem eficientes e eficazes, os esquemas propostos por Pereira da Costa (1973), para se obter uma boa aptidão física por meio de uma sistematização integrada de educação física e desportos, também se apresentaram completamente desprovidos de categorias não técnicas. Não se observa, nos sete fluxogramas elaborados pelo autor – nas 13 páginas do artigo, sete foram destinadas aos fluxogramas –, uma única menção a aspectos humanísticos. Mas, reconhecendo essa lacuna, ele concluiu o artigo nos seguintes termos:

Cabe acrescentar, finalmente, que as demais caracterizações da educação física e desportos [trata-se das questões formativas de cunho humanista] poderiam ser vinculadas ao quadro proposto sem qualquer prejuízo quanto aos efeitos. É oportuno, neste ponto, considerar o argumento de alguns pedagogos, quanto à nocividade da realização dos testes, tendo em vista que condicionam os praticantes para o teste, e não para a prática propriamente dita. No referente à atividade física, tal interpretação não é cabível, uma vez que, como esclarece o professor Prescott Jhonson, a avaliação é instrumento de orientação do professor, e não de seleção de praticantes. (Ibid, p. 25)

Assim, de forma inteligente, Pereira da Costa (1973) diluiu a ênfase técnica que embasava toda a sua concepção em princípios pedagógicos, nos quais os testes serviriam para a orientação das ações do professor. Mas o problema da prioridade técnica permaneceu.

Na epígrafe desse item, Fleischman, ao distinguir a saúde física da aptidão física, deixou claro que o objetivo desta última estava para além dos padrões de normalidade da primeira. Em termos simples, saúde física implicava estar em pleno gozo das funções biológicas e mentais. Já aptidão física implicava ter organismos aptos a desempenhar e suportar atividades físicas para além dos limites naturais do corpo. Desta forma, o problema que Pereira da Costa (1973) tentou diluir no final do artigo permaneceu, tendo em vista que as orientações do professor se embasaram na aptidão física e não em critérios que valorizassem a saúde física. Logo, os testes realizados, mesmo que para orientação do professor, foram

calcados em padrões de excelência determinados de antemão e que são universalizados, desconhecendo ou simplificando as singularidades de cada indivíduo. Havia, em suma, pela perspectiva do autor, uma priorização técnica, que valorizava as valências físicas (força, velocidade, resistência, etc.) em graus de eficiência/excelência superiores aos considerados normais para uma boa saúde física.

Para não se restringir as análises a autores que embasavam suas observações apenas em aspectos dados pelos modelos modernos das ciências da sistêmicas – caso de Tubino (1975) e Pereira da Costa (1973) –, discutem-se, a seguir, outros, cuja base foi estritamente matemática, em especial, da ciência estatística.

Mas, antes de tratar dessas vertentes, faz-se pertinente afirmar que se recorre aos artigos não para discutir de forma específica os critérios de avaliação pedagógica em educação física. Tomam-se os artigos para discutir a implementação, ou tentativa de implementação de novos parâmetros para o saber educação física, e, conseqüentemente, de uma nova forma de subjetivação que se estabeleceu a partir dos anos 60/70 da qual a E.F.E. não esteve afastada.

A REVISTA de número 30 trouxe dois artigos elucidativos sobre os parâmetros em que a Educação Física tentava-se articular como técnica de saber-poder nos anos de 1970. O primeiro, assinado pelo professor Aloysio Kolling, intitulou-se “*Emprego das medidas estatísticas básicas na avaliação da educação física e do desporto*”; o segundo é de autoria do professor Attila Jozsef Flegner e teve por título “*Critério de avaliação escolar em educação física de 11 anos em diante*”.

Ambos os artigos, recheados de dados estatísticos que visavam orientar tanto professores quanto outros profissionais da área, para a obtenção de níveis de excelência em seus trabalhos. Embora os cálculos feitos nos dois textos tenham sido básicos, não serão discutidos, pois o propósito deste trabalho não é discutir dados ou critérios de avaliação, mas, sim, um saber-poder que permanece, que muda e mesmo que se rearranja no tempo.

O texto de Kolling (1976) reduziu-se, basicamente, a nos mostrar como criar escalas e tabelas com vistas a desenvolver um melhor desempenho físico por meio de cálculos estatísticos. Assim sendo, o artigo mais parece uma aula de estatística em que os dados fornecidos foram decorrentes das práticas esportivas. Mas o autor resumiu – e é isso que interessa – o que pretendia com os cálculos estatísticos na educação física. Explicava ele:

Aplicadas essas medidas estatísticas, estaremos em condições de: 1) conhecer o rendimento geral do grupo; 2) comparar o rendimento de um grupo com o de outro grupo; 3) relacionar cada indivíduo com seu grupo; 4) qualificar os indivíduos; 5) estabelecer normas; 6) realizar investigações experimentais. (KOLLING, 1976, p. 59)

Antes de avançar, deve-se destacar que, no artigo analisado anteriormente, Pereira da Costa, ao concluir, deixava margem pequena a uma discussão menos técnica, Kolling (1976), nem isso.

O artigo de Flegner (1976) também se ancorou em tabelas e dados logarítmicos, para tratar de critérios de avaliação de alunos de 10 anos em diante. Ele almejava, por meio desses dados, conceituar *precisa e objetivamente* os alunos. Argumentava ser a eficácia de um método decorrente do “*progresso alcançado pelo educando, depois de testado, medido, e comparado a um padrão*” (FLEGNER, 1976, p. 66). O mais interessante é que ele intentava, por meio desses dados, estimular o aluno a uma autocompetição, a uma competição com tabelas que trariam, “*como consequência, a seleção e a criação de um maior número de elementos fortes, sadios e competitivos*” (*Ibid*, p. 67). Esse autor, ao elaborar seus critérios, partiu da concepção de que a Educação Física escolar devesse formar o *homem básico*. A este respeito, ele se expressou nos seguintes termos:

A Educação Física escolar, tendo passado por várias etapas, por métodos diversos, *está evoluindo para o chamado “treinamento desportivo”*. A base deste treinamento é, em primeiro plano, o desenvolvimento dos parâmetros físicos mais comuns a todos os desportos. A isto podemos chamar de “forjar o homem básico”. (FLEGNER, 1976, p. 67).

Esse homem básico deveria ser contraposto a conceitos avaliativos, que iam de “A” até “E”, sendo “A” o de melhor desempenho. Qual era o objetivo dessas avaliações? Embora isso não aparecesse de forma clara, pode-se depreender que essas avaliações na escola objetivavam a formação de uma elite esportiva pela base escolar.

Depois de mostrar, em tabelas, os alunos que alcançavam o conceito “A”, ele se expressava, de forma até um pouco raivosa:

Estes merecem um trato especial. Adequadamente treinados e orientados serão a elite competitiva. Quantos destes, de cada escola, poderíamos agrupar em centros especializados? Quantas sementes de super atletas desperdiçamos? Eles não são filhos do diretor do clube, nem de amigos, nem simpáticos ou esforçados, qualidades pelas quais muitas vezes selecionamos os atletas... Convoquemos os de conceitos “A”, entre ele se encontram os campeões do futuro. (FLEGNER, 1976, pp. 73,74)

Resumindo, da leitura do texto desse autor, apareceram com destaque dois objetivos, sendo que do primeiro (forjar o homem básico) decorreu o segundo (o atleta de elite).

Nesse artigo, tal qual nos dois anteriores, não havia referências a aspectos não técnicos desse saber-poder. Inclusive, fez-se pertinente destacar que o “homem básico” de Flegner (1976) não tinha semelhança com o homem total que se pretendia nos “métodos anteriores”, chamados de dogmáticos, e cuja raiz estava vinculada ao liberalismo clássico. Esse novo homem, o *homem básico*, estava bem afinado aos princípios neoliberais, que determinam os novos sujeitos a serem constituídos.

Quando Foucault (2008b) tratou da Teoria do Capital Humano, ele remeteu-se a Schultz e Becker e às análises que eles fizeram de salário e renda. Para eles, o salário, do ponto de vista do trabalhador, não era o preço de venda da sua força de trabalho, era uma renda. A partir desse ponto, eles fizeram referência a Irving Fisher, que dizia ser a renda simplesmente o produto ou o rendimento de um capital; logo, capital é tudo que pode ser fonte de uma renda futura. Dessas considerações, faz-se a pergunta: qual é o capital de que o salário é a renda? Foucault responde da seguinte maneira:

É o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário, de sorte que, visto do lado do trabalhador, o trabalho não é uma mercadoria reduzida por abstração à força de trabalho e ao tempo [durante] o qual ela é utilizada. *Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência; como eles dizem: é uma “máquina”*. E, por outro lado, é uma renda, isto é, um salário ou, melhor ainda, um conjunto de salários; como eles dizem: um fluxo de salários (FOUCAULT, 2008b, p. 308)

Disso decorre que o capital “é indissociável de quem o detém. E, nessa medida, não é um capital como os outros. A aptidão a trabalhar, a competência, o poder fazer alguma coisa, tudo isso não pode ser separado de quem é competente e pode fazer essa coisa”. (Ibid, pp. 308-309)

Reportam-se essas considerações aos textos anteriores, em especial, ao de Flegner (1976). O que ele almejava do esporte por meio de suas medidas estatísticas? Não era forjar o *homem básico*? E o que significava forjar esse homem básico? Não seria detectar, ou, fazer aparecer por meio dos investimentos (técnicos, tabelas, avaliações) aqueles elementos portadores de um diferencial, de qualidades que lhe eram próprias e específicas e o destacavam dos demais? Em suma, ele queria detectar, por meio das tabelas estatísticas, pessoas portadoras de um capital humano – no caso esportivo – para fins de competição.

Guardando as devidas proporções, esse *homem básico* assemelhava-se ao homem empresa, destacado por Foucault como representativo da sociedade neoliberal, ambos deveriam receber pelo seu capital competência, ou seja, em proporção aos “investimentos” que lhes foram feitos⁵⁴. Essa perspectiva do capital competência, que fundamentava a Teoria do Capital Humano, passava a ser assimilada por todos os saberes, e mais ainda pela Educação Física Esportiva, que se viu desamarrada de todas as peias dogmáticas que a limitavam desde o século XIX. Os três artigos desse item foram elucidativos a esse respeito. Todos assinalaram uma guinada da Educação Física e Desportiva para os fundamentos neoliberais do capital competência. E o de Flegner (1976), de forma radical, tratava do assunto no aspecto escolar. Observa-se, assim, que os processos de subjetivação do mundo neoliberal também contaram com o reforço da Educação Física e Esportiva, pois “*para ‘tornar possível’ o trabalho, o governo liberal deve investir a subjetividade do trabalhador, isto é, suas escolhas, suas decisões. A economia deve tornar-se economia das condutas, economia das almas...*” (LAZZARATO, 2008, p. 49). Agora um caso exemplar.

⁵⁴ Esse capital competência não decorre apenas de qualidades genéticas, inatas. Ele também transcende o que poderíamos classificar de investimentos educacionais propriamente ditos. Ele consiste no tempo que os pais consagram aos filhos, o nível de cultura dos pais, dos estímulos culturais, etc.. (Vide FOUCAULT, 2008b, pp. 315-316)

3.5 Um caso exemplar

Entretanto, tratando-se de “princípio-performance” este princípio é intrínseco a qualquer sociedade, mesmo porque sem performance não haveria progresso. Neste sentido – e somente neste sentido - a sociedade em que vivemos é também uma sociedade-performance e; é um espelho de uma forma social, com que podemos concordar. (WOHL⁵⁵)

Na mesma linha que Pereira da Costa (1973), Tubino (1975), Kolling (1976) e Flegner (1976), destaca-se um outro artigo muito interessante de André Wohl. O artigo é denominado *“Esporte – Performance (Alto nível) e sua função social”*.

Nesse texto, Wohl (1977) fez uma veemente defesa dos princípios de desempenho que fundamentavam as atividades esportivas em fins do século XX, declarando ser as críticas a esse modelo lamúrias atemporais de pessoas impregnadas pelas antigas concepções oriundas do século XIX: *“até hoje ouvem-se apenas em nova formulação – as acusações lançadas contra o esporte-performance, numa época em que ainda valia a imagem do esporte elaborada pela sociedade do século XIX”* (WOHL, 1977, p.23). O autor entendia que as acusações a esse modelo eram injustificáveis e desprovidas de análises serenas, por isso, considerava justa *“a tentativa de determinar o verdadeiro papel do esporte-performance [...] que não pode mais ser apreciada sob o prisma das teses preconcebidas que o coloquem na categoria de excreções doentias do corpo são do esporte de massa”* (Ibid, p. 23). Caracterizando as pessoas que se manifestavam contra essa perspectiva de pessoas portadoras de princípios indolentes, ele relacionou cinco funções sociais do esporte-performance, que julgava ser relevantes no atual contexto social, eram elas: 1) o esporte-performance, como instrumento para o alargamento dos limites da possibilidade de movimento humano; 2) o esporte-performance e o problema da identificação do homem com sua atividade. 3) a reciprocidade do esporte-performance e do esporte massa; 4) o esporte-performance como meio de educação; 5) a função integradora do esporte-performance. Tendo em vista os

⁵⁵ Embora Wohl seja alemão e suas considerações tenham, obviamente, a sociedade alemã como referência, não se considera despropositada a análise desse texto como referência para o que se desejava da Educação Física brasileira, tendo em vista que Pereira da Costa e tantos outros que escreveram para a REVISTA, ou tiveram seus artigos publicados nela, pensavam ou tinham como referência os mesmos princípios.

objetivos deste trabalho, importa discutir cada item isoladamente, porque, somados às perspectivas que compuseram esse item do trabalho, considera-se razoável apontar uma outra categoria de análise para a Educação Física a partir dos novos métodos de treinamento que se originaram nos anos de 1950/1960⁵⁶. Os adeptos dessas concepções pretendiam tornar hegemônicas suas ideias para a Educação Física em geral – inclusive a escolar – e, para isso, não poupavam esforços em defender a performance como categoria referência às práticas físicas.

O primeiro ponto defendido por Wohl (1977) tinha como prerrogativa a ideia de que, na história da civilização, sempre houve culto ao corpo. Mas, sempre calcadas em princípios irracionais, essas maneiras de agir já não se justificavam em sociedades altamente técnicas como as do final do século XX, em que possuir apenas saúde já não é o bastante. Para acompanhar o progresso incessante dos novos tempos, o corpo humano deveria estar sempre se readaptando, e o esporte-performance seria o melhor instrumento para conseguir esse objetivo. Depois de fazer uma comparação entre capacidade motora humana e progresso tecnológico, referia que a tarefa de cada indivíduo

não se restringe mais à defesa da saúde e manutenção de determinado nível de capacidade motora. A manutenção dessas capacidades já é insuficiente. Aumenta cada vez mais a necessidade de uma transformação do organismo humano, sua adaptação a este mundo humano que ele mesmo criou. (WOHL, 1977, p.24).

Infere-se que o autor quis impor ao corpo humano perspectivas de ação que acompanhassem o desenvolvimento tecnológico da sociedade, um desenvolvimento frenético e sem limites. Para isso, apenas ter saúde não bastava. Era necessário que o corpo se ajustasse ao novo mundo, e o esporte-performance seria o mais importante instrumento para a obtenção dessa nova condição.

⁵⁶ Pereira da Costa elucidou bem esse ponto, dizia ele: “Isto posto [a certeza de que a escalada dos records é consequência dos novos métodos de treinamento desportivo] e a julgar pelas evidências empíricas de outros setores de conhecimento, poderíamos postular que as variáveis predominantes do fenômeno da aptidão física [como já foi visto, pelas novas concepções, a saúde física é secundarizada em relação à aptidão física] já foram atingidas usando-se os atuais meios metodológicos. Com efeito, a intensa e cada vez maior atividade dos treinadores e fisiologistas do esforço não produziu novas opções quanto aos métodos, ao contrário do final da década de 50 e início de 60 quando se consolidaram o treinamento de cargas contínuas de elevada intensidade e ritmo (Lydiard, Cerutti, etc.), o interval training (Gerschler – Reindell) e o circuit training (Morgan e Adamson)”. (PEREIRA DA COSTA, 1973, p22). Esses métodos, originados nos anos 50/60, foram defendidos por esses autores que também pretendiam inseri-los nas práticas escolares em substituição aos tradicionais métodos sueco, alemão, francês, todos de características dogmáticas.

A segunda defesa do autor tinha como base o princípio de que o homem se faz homem pelo seu trabalho, pelas atividades por meio das quais ele transforma o mundo. E transformar o mundo, em termos de esporte-performance, implicava superar as limitações que a natureza impunha ao homem. Comparar, medir, superar, controlar, eram termos pelos quais o homem deveria reconhecer sua condição:

A necessidade de comparação permanente de suas conquistas com as dos outros exige do desportista um *controle contínuo de seu próprio corpo, obrigando-o a retirar dele tudo o que é capaz*, enveredando por caminhos da vida que desviam do comum. *Trata-se, pois, de um processo autêntico de humanização*, um processo que obriga o desportista de performance a centenas de reexames do que já havia sido examinado por ele, rejeitando lugares comuns e preconceitos, no caso, referente ao seu corpo. (Ibid, p.24, grifos meus).

Tal citação desperta a atenção, mas os dois pontos em destaque interessam de forma particular. No que tange ao controle, as técnicas disciplinatórias que envolviam a vertente dogmática não submetiam o corpo à obrigação de retirar dele tudo o que fosse capaz. No pragmatismo, em que prevalecia a ideia de performance, além do domínio e de um bom controle dos movimentos do corpo, dever-se-ia somar o desejo de executar todo o movimento num grau de esgotamento da perfeição que raia a insanidade. E é isso que estarrece, quando o autor afirmava ser esse desejo, essa busca, um processo autêntico de humanização. É difícil, se não impossível, ver em que ponto se assenta essa humanidade, cujo parâmetro é dado pela técnica, pela racionalidade extremada e pelo mercado. Sobre este último, Wohl (1977) afirmou:

É certo a forma atual do esporte-performance não é determinada apenas pela ambição e pela possibilidade de satisfazer necessidades humanas, mas também, e muitas vezes, pela realidade do cotidiano, pelos processos de comercialização da vida, pela pressão das circunstâncias sociais dominantes, pelas leis do mercado, pela moral prevalecente e os costumes existentes (Ibid, p.24).

Além da ciência, Wohl (1977) via no esporte-performance um espelho das relações sociais existentes e um mecanismo de autoconservação. Sob este aspecto, considerava-se pertinente uma crítica de Adorno e Horkheimer (1958) à economia burguesa, que, sendo referência para o esporte-performance, as tornava válida também para este.

Mas quanto mais o processo de autoconservação é assegurado pela divisão burguesa do trabalho, tanto mais ele força a auto-alienação dos indivíduos, que têm que se formar no corpo e na alma segundo a aparelhagem técnica. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p.41)

Isso resulta que, pela perspectiva de Wohl (1977), na qual havia uma estreita ligação entre ciência, mercado e esporte-performance, o corpo humano deveria ajustar-se às normas dadas, externamente, pela ciência e pelo mercado.

Argumentando contra os que viam nessa prática uma atividade manipuladora de pessoas, confirmava que tal fato acontecia, mas que isto se deveria à própria sociedade, que se apropriava de diferentes aparições culturais e as utilizava independentemente dos fins a que se propunha. Desta forma, excluindo-se os fins manipulatórios que a sociedade engendrava para o esporte-performance, ele foi concebido pelo autor, tal como a ciência, como um instrumento neutro para o progresso da civilização.

Essa crença na neutralidade e na pureza da ciência e também no esporte-performance foi percebida na defesa que ele fez dos técnicos especialistas das ciências. O autor os concebeu como pequenos deuses que tomaram o lugar dos irracionais feiticeiros das sociedades míticas. Estes “novos feiticeiros” não eram como os irracionais pajés e nem se assemelham aos pensadores clássicos, *“os titãs do saber, como foram os antigos filósofos ou pensadores da Renascença, e que estavam com a palavra em todas as áreas do conhecimento”* (WOHL, 1977, p. 26).

Dessa forma, o autor, ao defender esses especialistas e, conseqüentemente, os técnicos e as técnicas do esporte-performance, pode ter suas ideias submetidas às críticas que Adorno e Horkheimer fizeram a um modelo de pensamento que coisifica o homem. Segundo os autores,

No trajeto da mitologia à logística, o pensamento perdeu o elemento da reflexão sobre si mesmo, e hoje a maquinaria mutila os homens mesmo quando os alimenta.[...] Hoje, com a metamorfose que transformou o mundo em indústria, a perspectiva do universal, a realização social do pensamento é negada pelos próprios dominadores como mera ideologia. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.48).

Ora, o esporte-performance, como produto dessa nova concepção de ciência e técnica, concebia o homem como objeto na maquinaria social e cujo objetivo foi adaptar-se

produtivamente ao sistema para melhor fazê-lo funcionar. As grandes doutrinas filosóficas que queriam um homem pleno e das quais os métodos clássicos da educação Física retiraram seus preceitos foram desconsiderados nessas novas abordagens, e o homem de sujeito passou a objeto do saber e das técnicas científicas.

Na terceira argumentação, o autor calcou suas posições em duas ideias: 1) a ideia de que o esporte-massa somente se desenvolveria a custa do esporte-performance; e 2) a atribuição de ver todo o insucesso do primeiro à má estrutura da sociedade. Quanto ao primeiro ponto, afirmou que toda tecnologia, todo o conhecimento científico oriundo desse último teria por função “abrir o caminho ao esporte-massa, dando-lhe forma e moldes, criando modelos permanentes a serem imitados”. Estendendo a analogia à escola afirmou: “*graças, unicamente, ao esporte-performance, e ao material de exercícios que fornece, a educação física escolar pode transformar-se em ciência e arte educacional*” (WOHL, 1977, p.26). Embora a intenção fosse boa, entende-se que o pesquisador tratou coisas diferentes sob um mesmo prisma, o que reduziu todas essas práticas a um mesmo fim, qual seja, o de imitar o modelo principal; o esporte-performance.

A segunda observação foi colocada pelo autor nos seguintes termos:

A verdadeira fonte do subdesenvolvimento do esporte-massa deve ser procurada nas condições de vida social, no desenvolvimento espontâneo, sem planejamento, da economia do sistema educacional, da cultura e dos costumes, produzidos pela secular estrutura da sociedade. Por isso o subdesenvolvimento do esporte-massa continuará a existir enquanto persistirem estas estruturas e não se superarem suas acompanhantes, como a miséria, o baixo nível educacional, as horas de lazer muito limitadas, etc. (Ibid, p.26).

As argumentações foram razoáveis, tendo em vista que a miséria, a baixa escolarização, o pouco tempo de lazer contribuem para um “subdesenvolvimento” do esporte-massa. No entanto o que o autor não considerou foi a relação do saber-poder esporte-performance com os tais elementos desestruturadores da sociedade. Ele percebeu essa técnica de saber como algo descolado das relações de poder que se estabeleciam na sociedade. Para ele, o saber esporte-performance não se encontrava imiscuído em relações de poder que lhe sustentassem e que o faziam – ou tentavam fazer – aparecer como verdade.

A quarta prerrogativa tratou do esporte-performance como meio de educação. Neste caso, não se discutiu educação escolar, mas educação de massa, que poderia ser dada pelos

exemplos dos grandes esportistas, protagonistas de fabulosos espetáculos. Esclarecia ele: *“Outra função do esporte-performance é a educação. Esta função aparece com mais clareza no fato de os eventos desportivos tomarem caráter de espetáculo”* (WOHL, 1977, p. 26). Seria uma educação dada pelos espetáculos esportivos, cujos protagonistas seriam os atletas de alto nível. O exemplo viria do fato de que, para serem os melhores eles lutaram muito, disciplinaram-se bastante para vencerem e, portanto, poderiam servir de modelo a todos.

Imitar o esportista-performance (campeão) quer dizer destacar-se graças ao seu próprio esforço, seu desprendimento, sua autodisciplina, isto é, por trabalhos e esforços próprios [...] *A performance desportiva é uma ação que exige elevados valores pessoais e um alto nível moral*, porque sem autodisciplina não se alcança nenhuma performance. Por isto mesmo o esporte-performance alcançou o valor de espetáculo, pode influenciar, ensinar e educar as pessoas (Ibid, p. 27, grifos meus).

Parece que o autor fez uma relação direta entre nível moral e performance esportiva, de tal forma que o padrão moral de uma pessoa estava em relação direta com a sua aptidão física. Assim, pode-se supor que uma pessoa que praticasse esportes regularmente, para fins de uma boa saúde, possuiria menos moral do que um atleta.

Vemos aí um ajustamento claro do esporte-performance aos ideais neoliberais. A valorização do esforço próprio, da vitória, do mais capaz homogeneizava todos em um só modelo, de tal forma que aquele que não se ajustasse a esses princípios de competição, ou que os rejeitasse como modelo, era considerado fraco e covarde. O diferente não deveria ser humilhado, mas desprezado sob essa ótica de vida.

Finalmente, o autor supunha ser o esporte-performance um meio excelente para integração social. Mas em que termos? Para ele, o esporte-performance era um excelente instrumento de integração social pelo nivelamento de todos por um mesmo parâmetro, criado pelos comitês internacionais, que fariam com que todos falassem a mesma língua. Para tanto, ele argumentava que essa concepção de esporte

soube transpor, com sucesso, as barreiras de nacionalidade, criando federações e associações internacionais, criando formas como os Jogos Olímpicos, *numa época em que as organizações científicas, artísticas e até políticas estavam longe de alcançar coisa semelhante*. Isto foi possível graças àquela linguagem internacional que se exprime no movimento humano, a linguagem do esporte-performance, e graças à *necessidade*

permanente de comparar os resultados desportivos mensuráveis com toda exatidão (Ibid, p. 27, grifos meus).

Novamente, a ideia de medir, comparar, apurar, ditava as normas em que se deveria basear essa concepção esportiva. É difícil entender como algo que comparava, media, selecionava, poderia integrar, mas a desconsideração do diferente era levado ao extremo, quando o autor pretendia dar às ciências, às artes e à política um caráter regular e sistemático. Ora, a ciência – uma boa ciência – avança justamente pelas diferentes perspectivas que busca na solução de problemas. Se todos tivessem que seguir um mesmo paradigma, os resultados das pesquisas seriam pouco produtivos, pois a ciência avança justamente pelo confronto de diferentes perspectivas. Quanto às artes, seria terrível se todos os artistas se pautassem pelas mesmas correntes; imaginem, uma confederação internacional de artistas. Todos escrevendo sobre uma mesma forma, um mesmo tema, criticando sob uma só perspectiva. Seria o enfado puro, o mais nauseante tédio. E a política? Por que adotar um mesmo modelo para todos? Por que diferentes povos, com diversos costumes, deveriam procurar associar-se em doutrinas comuns? Integrar povos diferentes sob uma só política não seria um ato violento?

Embora possa ser colocada em favor do autor a ideia de que, pela padronização olímpica, a discriminação e o chauvinismo seriam coibidos, e ele mesmo destacou isso: “*As regras olímpicas já obrigaram a muitos governos limitarem suas políticas discriminatórias ou de chauvinismo*” (WOHL, 1977, p. 27), não se sabe como isso poderia ser concebido, tendo em vista que, anteriormente a essa citação, o autor convalidou o seguinte: “*O esporte-performance não distingue limites locais, nacionais, raciais ou políticos. Nem ele poderia existir se o forjassem em semelhantes limites. Porque então não haveria possibilidade de comparação dos diferentes resultados*” (Ibid, p. 270). Portanto, é difícil conceber como a discriminação e o chauvinismo seriam coibidos quando o objetivo das padronizações internacionais era comparar os diferentes resultados das nações que se digladiavam. A contradição parecia insolúvel, pois não havia como comparar sem discriminar, e, consequentemente, não havia como diminuir o chauvinismo pela comparação.

Resumindo, as proposições de Wohl (1977) se assentavam numa concepção na qual o corpo humano e o desenvolvimento técnico, mercadológico e progresso estavam colados, e a não sujeição do corpo às determinações científicas e econômicas implicava o desajustamento social do indivíduo. Desta forma, a afirmação de Adorno e Horkheimer⁵⁷ ao assegurarem ser a

⁵⁷ A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 46)

busca do progresso incessante uma maldição, justificavam-se, pois uma pessoa que se submetia a tal grau de exigência e a tais níveis de performance não poderia se sentir de outra forma que não fosse um castrado em sua personalidade, em seu eu: “*Só os dominados aceitam como necessidade intangível o processo que, a cada decreto elevando o nível de vida [pode-se substituir nível de vida por nível de performance], aumenta o grau de sua impotência*” (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 49). Não havia corpo que se adequasse a tal grau de sujeição, e, como consequência, não havia felicidade possível sob tal perspectiva. Um homem submetido a essas determinações somente poderia sentir-se como o pastor da metáfora nietzschiana que está com uma cobra na garganta. A sofreguidão advinda dessa busca frenética de padrões de excelência, nunca alcançáveis, desemboca naquilo que Nietzsche chama de niilismo passivo, ou seja, uma total descrença, um tédio absoluto com a condição humana. Essa melancolia – a cobra na garganta do pastor -, sob certos aspectos, seria a regressão decorrente das frustrações da busca incessante do progresso⁵⁸. Essa era uma condição que o esporte-performance, inevitavelmente, determinava àqueles que se conformassem com ele.

Isto posto, podem-se fazer duas críticas a esse texto. A primeira é de que há um deslize teórico e metodológico, pois Foucault não pauta suas análises com base em uma racionalidade nos moldes frankfurtianos, ou seja, ele não trata “da racionalização da sociedade ou da cultura como um todo” (FOUCAULT, 2008), e, segunda crítica, há mais denúncia do que uma análise sobre os processos sobre os quais se pretende subjetivar os indivíduos. As duas observações são pertinentes, mas por não considerar as análises frankfurtianas pouco relevantes, fez-se referência a elas⁵⁹, e, para evitar essas críticas, retorna-se a Foucault e a uma discussão que ele faz em torno da verdade e do poder.

Nesse texto (FOUCAULT, 1996, pp. 1-14), o filósofo foi entrevistado por Alexandre Fontana que lhe perguntou sobre seus trabalhos, suas preocupações, sobre seus resultados e como utilizá-los nas lutas cotidianas. Perguntou, também, sobre o papel do intelectual. A resposta de Foucault foi longa, e girou em torno da “produção” da verdade e do poder. Para ele, a “*verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder*”

⁵⁸ Análise feita a partir de palestra de Roberto Machado.

⁵⁹ Talvez este passo – o da crítica pelos moldes frankfurtianos, que para alguns beira ao denunciismo – seja necessário para despertar o interesse por outro viés de análise. Quando à importância ou não das obras da Escola de Frankfurt, o próprio Foucault, apesar de assumir um posição diametralmente oposta, não desconsidera a importância desses estudos; segundo ele: “minha intenção não consiste em abrir uma discussão sobre suas obras – e elas são das mais importantes e das mais preciosas” (FOUCAULT, 2008).

(FOUCAULT, 1996, p. 12). Ele argumenta ainda que a verdade, em nossa sociedade, está submetida: 1) ao discurso científico e às instituições que o produzem; 2) é colonizada tanto pela economia quanto pela política; 3) circula e é consumida em todo o corpo social; 4) é controlada de maneira não exclusiva por alguns grupos políticos ou econômicos; e 5) é objetivo de calorosos debates e confrontos políticos e sociais.

Baseando-se nas considerações que concebem a verdade como coisa deste mundo, como uma coisa produzida, o intelectual também não pode ser concebido como portador de verdades universais; *“ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades”* (Ibid, p.13). Para Foucault, essa especificidade passa por três pontos, que são: 1) a posição de classe; 2) as suas condições de vida e de trabalho; e 3) a política de verdade nas sociedades contemporâneas. Nesse prisma, a posição do intelectual

pode adquirir uma significação geral, que seu combate local ou específico acarreta efeitos, tem implicações que não são somente profissionais ou setoriais. Ele funciona ou luta ao nível geral deste regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade. Há um combate ‘pela verdade’ ou, ao menos ‘em torno da verdade’ – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer ‘o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’; entendendo-se também que não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político dos intelectuais não em termos de “ciência/ideologia”, mas em termos de “verdade/poder”. (FOUCAULT, 1996, p. 13)

Retorna-se a Wohl (1977) e o considere sob os três pontos que Foucault explica corresponder a especificidade do intelectual. Primeiro, pela análise do texto pode-se depreender que Wohl (1977) é um intelectual afinado às perspectivas do capitalismo neoliberal. Segundo, é um indivíduo que fala de uma posição privilegiada, com a autoridade que uma cadeira na instituição universitária pode lhe dar⁶⁰. E, finalmente, o terceiro e último ponto, que interessa de forma particular, o debate em torno da instituição de regime de verdade em nossa sociedade. Wohl (1977) defendia uma concepção de E.F.E. que negava todos os princípios da Educação Física e Esportiva que balizavam as orientações de cunho liberal e positivista – as chamadas dogmáticas. Ele se sabe imiscuído num jogo no qual se faz

⁶⁰ O texto “Esporte Performance (alto nível) e sua função social” foi publicado na REVISTA “Sport-Wissenschaft” e é originado de várias palestras proferidas por Wohl em diferentes universidades.

uma disputa pela verdade – verdade nos moldes discutidos por Foucault na citação acima –, que redundará nos processos de subjetivação dos indivíduos. Wohl (1977) sabia que os códigos que instituirão o que é normal serão definidos por esses jogos de verdade que nada mais são do que jogos de poder. O que ele quer com a defesa do esporte performance e instituir “uma nova política da verdade”, afinando a ideia ao capital performance de cunho neoliberal. É certo? É errado? Não é disso que se trata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem nas recordações de todo homem coisas que ele só revela aos seus amigos. Há outras que não revela mesmo aos amigos, mas apenas a si próprio, e assim mesmo em segredo. Mas também há, finalmente, coisas que o homem tem medo de desvendar até a si próprio, e, em cada homem honesto, acumula-se um número bastante considerável de coisas no gênero.

(Dostoiévski)

Ao iniciar esta discussão, destacou-se que a Educação Física e Esportes se apresentava como uma das prioridades em várias pesquisas feitas por órgãos governamentais e não governamentais sobre os interesses da população. Essa comodidade social pela relevância que tinha no desejo das pessoas passou a ser colonizada pelo poder em uma escala maior, ou seja, houve um interesse do poder instituído em disponibilizar, facilitar o acesso da população a esse “bem”.

Assim, o governo brasileiro, nos anos que sucederam a Segunda Grande Guerra, e, sobretudo, após a instauração da Ditadura Militar de 1964, esteve muito preocupado em “gerenciar” a população por meio das chamadas comodidades sociais (educação, saúde, habitação, previdência social etc.). Dentre esses benefícios, a Educação Física e Desportos também se apresentou como uma comodidade a ser contemplada, e uma série de medidas foram tomadas para que ela pudesse ser disponibilizada da melhor maneira possível. Uma dessas ações foi elaborada com base nas constatações do Diagnóstico, que apontava a relevância do tema para a população e a carência de informações técnicas sobre o assunto. Diante disso, o Boletim Técnico Informativo foi reformulado e passou a se chamar Revista Brasileira de Educação Física.

Essa REVISTA foi idealizada como uma estratégia governamental para divulgar aos profissionais da área de Educação Física informações técnicas e teóricas que pudessem melhorar suas atuações junto à população. Orientações sobre como organizar ruas de lazer, colônia de férias, métodos de treinamento esportivo, orientações pedagógicas para as aulas escolares, esporte para todos, foram temas que compuseram quase que a integridade dos artigos. Isso leva a concluir que ela era um instrumento que amparava as ações

governamentais tanto em âmbito geral quanto individual. Nos aspectos gerais, os artigos da revista discutiam ou propunham ações que facilitassem o acesso da população à Educação Física e Esportiva. Em aspecto individual, apresentavam técnicas que facilitariam a ação dos profissionais nas escolas e nas equipes esportivas. A REVISTA atendia às necessidades do governo, ao facilitar o acesso dos professores a novos conhecimentos e técnicas que melhor os habilitassem a promover a comodidade Educação Física.

A leitura dos artigos que perpassam a REVISTA permite-nos entender os processos pelos quais essa comodidade se inseriu dentro dos programas de controle social da população e, também, dos processos de subjetivação das pessoas. Essas práticas vinham crescendo em importância desde o início da industrialização, em que o *“capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo como força de produção, força de trabalho”* (FOUCAULT, 1996, p. 80).

No entanto, com a incrementação da maquinaria industrial, os trabalhadores se viram absorvidos de inúmeras horas em torno das máquinas. Mas isso não significou uma libertação do corpo, uma dessocialização do corpo como força de produção, força de trabalho. A potência, a energia dessa massa de corpos desamarrados das máquinas não poderia ser dessocializada. Ela deveria ser canalizada, ativada, ela deveria ser consumida se não para a produção, pelo menos para o sistema. Como?

Nessas horas livres, o corpo não poderia se dar ao luxo do gozo do ócio, ele deveria estar ativo, sendo excitado, estimulado. Liberdade das máquinas não implicava liberdade do sistema, por isso, o corpo não poderia parar. O tempo livre deveria ser tomado em sua plenitude, e a Educação Física e Esportiva, como saber-poder, apresentava-se como um instrumento relevante para a canalização do potencial energético dos corpos libertos das máquinas. Não é isso que mostram os textos da Revista discutidos neste trabalho? O que defendiam Medeiros (1972), Colombo (1972), Requiza (1979) senão a plena ocupação das horas livres em atividades recreativas, prioritariamente, físicas? Não se está fazendo, como se observa neste texto, um controle pelo sequestro do tempo livre das pessoas, estejam elas empregadas ou não? Não se queria, por meio de vários programas coletivos que envolviam atividades físicas, canalizar a energia dessa massa de corpos liberados do sistema de produção? Não foram os programas de educação esportiva de massa – tipo Esporte Para Todos – ações biopolíticas que podiam atender tanto aos países desenvolvidos como aos países em desenvolvimento? Não se almejava com isso disponibilizar à população coisas que ela mesmo pedia para melhor governá-la?

Por conseguinte, a todas essas questões pode-se responder de forma afirmativa. O saber-poder E.F.E. foi investido por programas do governo que visavam facilitar suas ações no atendimento dos desejos da população. Mas como esse saber-poder poderia atuar subjetivando, internalizando condutas? O texto de Tubino (1975) “*As tendências internacionais da Educação Física*” é emblemático para essa discussão.

Ao declarar que, na atualidade – anos 70 do século passado –, duas orientações se digladiaram pela hegemonia do saber-poder Educação Física e Esportes, o que se queria dizer? O texto não está assegurando que duas perspectivas de Educação Física e Esportiva estavam em campo e que ambas lutavam por se constituir como discurso verdadeiro? E o que se quer ao vencer esse combate? Determinar as maneiras de subjetivação das pessoas pelo saber-poder Educação Física e Esportiva.

Pela análise da REVISTA, observa-se que nela se encontram artigos das duas orientações. Fez-se alusão a alguns deles neste texto. Observa-se que os que defendiam as concepções dogmáticas prezavam os valores morais, a eficiência, a sociabilidade, a saúde, a docilidade. É reconhecido, também, que esses métodos foram oriundos de uma sociedade liberal clássica e das ciências positivas, da qual, no que tange à Educação Física, Demeny foi exemplar ao defender o profissional engenheiro-biologista. Essa concepção dominou, no Brasil, até os anos 1970, quando sofreu os abalos da perspectiva pragmática que desconhecia os valores destacados pelo dogmatismo. O pragmatismo se afinava mais aos princípios do neoliberalismo, que valorizavam o capital competência. Sob essa orientação, já não se falava em moral, saúde, docilidade, formação integral e, sim, em recorde, competição, performance, homem básico. Este, sim, fundamental para que se entendam as duas orientações: a dogmática, querendo reconstituir o homem integral, completo, pleno por meio das atividades físicas - parece que ela queria resgatar uma essência de homem perdida deste muito-, e a pragmática, rasteira, objetiva, querendo instrumentalizar o homem, fazendo dele um objeto para fins competição, querendo despertar nesse homem um capital performance que o destoasse dos demais. Enfim, pela orientação dogmática, buscava-se a formação integral e a reconstituição de um homem ideal, pela pragmática, ele foi um meio para fins de competição.

Sobre a luta pela subjetivação que permeiava as atividades físicas, o artigo de Wohl (1977) foi fundamental, pois o que ele defendia era a perspectiva pragmática. O princípio-performance – fundamento do pragmatismo – foi, como o próprio autor afirmou, a imagem de uma sociedade performance. Desta forma, o que o esporte-performance fez foi subjetivar em função dessa sociedade, recompondo, recriando formas de ser e estar que ela reconhecia como

verdadeiras e que, para que se mantivessem, deveriam ser reafirmadas continuamente por práticas discursivas e não-discursivas. Valorizar o mérito, o empenho individual, a abnegação dos grandes atletas, a competência-performance não foi, de certa forma, reafirmar valores que estavam bem além da prática física em si? Ao defender esses valores, reafirma-se toda uma Ordem Simbólica em que estava calcada a sociedade. Não se trata de dizer que Wohl estava errado, que ele era um reacionário. Deve-se entender a sua posição dentro de um campo de lutas, no qual práticas discursivas e não-discursivas estavam digladiando-se para se firmarem como verdade. Wohl (1977) defendia princípios de E.F.E. que se ajustavam ao neoliberalismo, em que, sob certos aspectos, o capital competência foi substituído pelo capital performance. Pode-se até discordar dele, mas deve-se entender que ele travava uma luta como intelectual que buscava convencer em função do sistema estabelecido.

O que este texto procurou mostrar foi a clara imbricação da ética social neoliberal com os processos de subjetivação que orientavam a educação física a partir dos anos de 1970. Assim, E.F.E. pragmática assumia um papel relevante na internalização das novas condutas que os princípios neoliberais impunham à nova sociedade. Dessa forma, assegurava-se que à E.F.E. assumiu um viés ideológico à maneira como Sousa Filho discutiu esse conceito, ou seja, ela ratificou a Ordem Simbólica neoliberal por meio do mérito, da competência, da performance. Pode-se, portanto, argumentar que o saber-poder Educação Física e Esportes foi utilizado pelo governo para a manipulação das pessoas e que a REVISTA foi um instrumento facilitador dessas intenções.

Apesar do que possa a parecer, não se trata de afirmar que o governo e os articuladores da REVISTA a concebesssem como um instrumento alienante que, a partir da veiculação de discursos e de orientações técnicas, visando a ações em âmbito coletivo e individual, procurasse embotar a consciência da população. Embora essa possibilidade não possa ser descartada, é interessante, e viável, supor que a REVISTA era consequência de toda uma tecnologia de saber-poder que, desde fins do século XVIII e início do século XIX, procurou cuidar minuciosamente da população. Essas tecnologias de saber-poder surgiram não em decorrência de desejos conspirativos desse ou daquele governo, dessa ou daquela ideologia, mas de necessidades reais de um acontecimento novo para as ações governamentais: a população. Sobre isso Foucault esclarece: *“é a população, portanto, muito mais que o poder soberano, que aparece como fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo”* (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

Desse modo, inferir que a Educação Física foi arbitrariamente manipulada pelo Regime Militar é uma afirmação um tanto quanto abusiva, pois as tecnologias de administração da população, dentre as quais está o saber-poder Educação Física, surgiram bem antes da Guerra Fria e dos regimes ditatoriais, logo, o que tais situações históricas fizeram foi sensibilizar ainda mais os governos para o problema da população, que, desde o século XVIII se apresentava como determinante para a segurança governamental. Desta forma, a REVISTA e as ações empreendidas no Regime Militar para a Educação Física foram apenas mais uma entre muitas outras ações que o governo desenvolvia para administrar a população.

Finalmente, àqueles que declaram que análises pautadas na filosofia foucaultiana enjaulam as pessoas numa rede intransponível, argumenta-se contrariamente, pois, a partir do momento em que a sua “filosofia” liberta-se de um sujeito constituinte e reconhece como fundamento da sociedade a história efetiva, pode-se entender como os indivíduos são capazes de negar a ordem estabelecida, resistir a ela, pois nada está dado para sempre e nem há um sujeito essencial a ser buscado. Essa filosofia desconforta, porque liberta o ser humano para se assumir como construtor de si mesmo. Ela enfatiza: *“Olha, há um campo de lutas, não há vencedores de forma definitiva e nem haverá. Cabe a você lutar, resistir contra o que domina e limita suas vidas”*. Portanto, a melhor maneira de resistir é pelo que se faz. Negando, lutando, buscando outras formas de ser e estar no mundo. Não se trata de pegar uma bandeira e tentar fazer uma revolução total. Isso é impossível. Mas é possível, do lugar em que se encontra, do ponto de apoio, da profissão, das atitudes, questionar o que é posto como verdadeiro. Se ficar entendido que esta verdade é construída, pode-se negá-la. Pode-se buscar construir um outro discurso que refute as duas pragas - tanto o dogmatismo quanto o pragmatismo. Um discurso que não tenha pretensão à universalidade, mas que liberte, na medida em que sabe que não há liberdade definitiva. A liberdade é conquistada a cada dia, conquistada a cada luta. Ela não é conquistada para sempre.

Consequentemente, a partir das bases que sustentaram a construção deste texto, é possível questionar a corpolatria que grassa pelas academias, o esporte performance que tenta se infiltrar de forma insidiosa nas escolas, a adesão a programas de inclusão social que mais procuram enquadrar o indivíduo ao sistema que lhe possibilitar a visão de novas perspectivas e o uso de novas ferramentas para se articular em busca de uma nova condição.

Então, qual o caminho, qual a solução? Não é pretensão desse texto apontá-lo. Mas pode-se afirmar: não há um caminho para liberdade do mesmo modo que não há um caminho

para a história. A liberdade está atrelada às atitudes ao negar o status quo, inclusive, a partir da Educação Física, que, em determinadas circunstâncias, é colonizada pelo sistema com fins de dominação em nível individual e coletivo. Mas esses objetivos que não são falados ou discutidos sobre o saber-poder Educação Física e Esportiva se assemelham àquelas recordações de Dostoiévsk que argumenta que todo homem esconde até de si mesmo. Falar dos benefícios, das boas coisas da Educação Física e Esportiva é uma unanimidade, mas todos fecham os olhos quando o objetivo é discutir o lado “obscuro” dessas práticas, que, em certos contextos, visam apenas à dominação do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. e Horkheimer, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido A. Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

A.E.J. É tempo de somar. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, nº 11, pp. 3-7, 1972.

Associação Brasileira de Recreação. Recreação. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, nº 11, pp. 7-18, 1972.

AZEVEDO, Fernando. *Da Educação Física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Vol. X, tomo II. Reforma do Ensino Primário. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

BECKER, Guiomar Meirelles. O Professor de educação física em face da pedagogia moderna. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n 19, pp. 43-49, 1974.

BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

COLOMBO, Alfredo. Recreação. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n 11, pp. 8-18, 1972.

DEL PICCHIA, Menotti: Homens para o Brasil! *Revista de Educação Física*. Rio de Janeiro, nº 19, p,1,1935.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. Memórias do subsolo. Trad. Boris Schaniderman. São Paulo: Editora 34, 2006.

FLEGNER, Attila Jozsef. Critério da avaliação escolar em educação física de 11 anos em diante. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, nº30, pp. 66-80, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado (Org). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

_____ *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____ *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____ *A ordem do Discurso*. Trad. Laum Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo. Edições Loyola, 2005a.

_____ *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Machado e Eduardo Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005b.

_____ “*Omnes et singulatim*”: para uma crítica da razão política. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/omnesetsingulatin.html>>. Acesso em: 30/10/2008.

_____ *Segurança, Território, População*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo. Martins Fontes, 2008a.

_____ *Nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo. Martins Fontes, 2008b.

GUILHERME, Adolfo. Observações sobre detalhes técnicos e problemas do voleibol e dos demais desportos coletivos. *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília, n. 17, pp. 54-63, 1973.

HAUGE-MOE, Per. A campanha trimm na Noruega. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n 35, pp. 70-79, 1977.

HOLT, Richard. O corpo Trabalhado: Ginastas e esportistas no século XIX. In. VIGARELLO, Georges; CORBNA, Alain; COURTINE, Jean-Jacques. *História do Corpo: da revolução à grande guerra*, v. 2. Trad. Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008.

KOLLING, Aloysio. Emprego das medidas estatística básicas na avaliação da educação física e do desporto. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, nº 30, pp.58-65, 1976.

KONI, Pekka. Esporte Para Todos na Finlândia. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n 35, pp. 63-69, 1977.

LAZZARATO, Maurizio. Biopolítica/bioeconomia. In PASSOS, Izabel C. Friche (Org). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2008.

LISTELLO, Auguste. Estudo sobre uma concepção da organização do ensino de educação física, esportes e recreação. *Revista Brasileira de Educação Física* Brasília, n ° 14, pp. 22-29, 1973.

_____. Considerações sobre uma concepção da organização do ensino de educação física, esportes e recreação. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, nº 16, pp. 62-73, 1973a.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

MARINHO, Inezil Penna. *Sistemas e Métodos de Educação Física*. Cia Editora Nacional. sd.

MARQUES, Eric Tinoco. Faça sua revista circular. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, nº 13, pp. 3-5, 1973.

_____. Um novo mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, nº 14, pp. 03-04, 1973.

MCKERRACHER, Keith. "Particip-Action" no Canadá. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n 35, pp. 45-51, 1977.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. Recreação. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n 11, pp. 8-18, 1972.

MOLLET, Raoul. Educação Física e Desportos no Brasil de 1970 para 1980. *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília, n. 12, pp. 81-87, 1972.

PALM, Jorgen. A visão e a realidade. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n 35, pp. 28-36, 1977.

PEREIRA DA COSTA, Lamartine. Por uma sistematização integrada para a educação física e desportos. *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília, nº 18, pp. 18-36, 1973.

_____ Caracterizações para uma política desportiva nacional. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, nº 26, pp. 20-42, 1975.

_____ Implantação e desenvolvimento da campanha esporte para todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, nº 35, pp. 5-12, 1977.

_____ Documento básico da campanha. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, nº 35, pp. 13-27, 1977a.

REQUIXA, Renato. Conceito de lazer. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n 42, pp. 11-21, 1979.

_____ As dimensões do lazer. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n 45, pp. 54-76, 1980.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In. FREITAS Marcos Cezar (Org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

SENELLART, Michel. A crítica da razão governamental e Michel Foucault. In. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP., São Paulo, 7.(1-2): 1-14, outubro de 1995.

SEVELIUS, Bengt. Esporte Para Todos na Suécia. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n 35, pp. 53-62, 1977.

SILVA, Golbery do Couto e Silva. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

SOARES, Carmem. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. CAMPINAS: Editora Autores Associados, 1994.

_____. *Imagens da Educação no Corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

SOUSA FILHO, Alípio de. Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística. In. *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

TUBINO, Manoel José Gomes; ABTIBOL, Luiz Guilherme. Os conceitos de eficiência e eficácia e uma abordagem preliminar analítica em escolas de educação física. *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília, n. 17, pp. 64-73, 1973.

TUBINO, Manoel José Gomes. As tendências internacionais da educação física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, nº 26, pp. 7-12, 1975.

_____. Ensaio de uma orientação sistêmica para uma escola de Educação física. *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília, nº28, pp. 31-36, 1975a.

VEADO, Wilson. O professor de educação física: um autêntico educador. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n 20, pp. 43-56, 1974.

VEIGA-NETO, Alfredo. *A ordem das disciplinas*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação, U.F.G.R.S.. Tese de Doutorado, 1996.

_____. *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Na oficina de Foucault. In. Gondra José; COHAN, Walter (Orgs). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história, Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

VIGARELLO, Georges. A invenção da ginástica no século XIX: movimento novos, corpos novos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas: v. 25, n.1, p. 9-20, setembro 2003.

_____. *História do corpo: da revolução à Grande Guerra*. v.2. Trad. João Batista Kreuch, Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008.

WOHL, André: Esporte – Performance (alto nível) e sua função social. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, nº 33, pp 22-27, 1977.

FONTES DOCUMENTAIS

- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 11, 1972.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 12, 1972.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 13, 1973.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 14, 1973.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 15, 1973.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 16, 1973.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 17, 1973.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 18, 1973.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 19, 1974.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 20, 1974.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 21, 1974.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 22, 1974.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 23, 1974.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física*. V. 24, 1974.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 25, 1975.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 26, 1975.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 27, 1975.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 28, 1975.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 29, 1976.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 30, 1976.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 31, 1976.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 32, 1976.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 33, 1977.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 34, 1977.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 35, 1977.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 36, 1978.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 37, 1978.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 38, 1978.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 40, 1979.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 41, 1979.

- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 42, 1979.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 43, 1979.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 45, 1980.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 46, 1980.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 47, 1981.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 48, 1981.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 49, 1982.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 50, 1982.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 51, 1983.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 52, 1983.
- BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. V. 53, 1984.
- BRASIL. Parecer, n. 257/71. In: BRASIL. *Revista Esporte e Educação*. V. 16, 1971.
- BRASIL. Decreto, n. 69450. In: BRASIL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. N. 12, 1972.
- BRASIL. *Lei n. 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos*. Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília, DF – 1976.
- BRASIL. *Diagnóstico de Educação Física/Desportos do Brasil*. Ministério do Planejamento, Brasília, 1971.

ANEXOS

Anexo A – Modelo de aula de educação física desportiva generalizada

A Sessão de Educação Física Desportiva Generalizada compreende 4 partes:

- 1) – **Aquecimento** – exercícios de efeitos higiênicos; preparação articular, muscular e nervosa. Superativação funcional. Solicitação prudente do organismo.
- 2) – **Exercícios de flexibilidade e desenvolvimento muscular** – parte formativa, efeitos morfológicos. Flexibilizar e tonificar. Se não se dispõe de material, utilizar um companheiro como oponente.
- 3) – **Exercícios de agilidade e energia (“Cran”)** – efeitos sobre o carácter. Desenvolver o gosto pelo perigo, adquirir o domínio do corpo e a confiança em si.
- 4) – **Aplicação desportiva** – Processos e formas recreativas, tendo um carácter de emulação coletiva e no espírito das atividades escolhidas: desportos coletivos, individuais e de combate.

Educação Moral e Cívica:

- 1) – Respeito às convenções ou regras estabelecidas.
- 2) – Respeito aos concorrentes ou às equipas adversárias. (Reprimir as trapaças, as violências, a cólera, o rancor, o menosprezo. Exaltar o jogo franco e a honestidade no decorrer dos exercícios efetuados sob a forma de jogos coletivos).

Anexo B - Conclusões do Diagnóstico de educação física e desportos do Brasil

1.5. Está surgindo, nas concentrações urbanas mais desenvolvidas, pressão comunitária no sentido do atendimento das necessidades do tempo de lazer por meio de facilidades para a Educação Física/Desportos/Recreação.

1.7. As informações de caráter noticioso do setor desportivo alinham-se entre os principais assuntos de interesse da população brasileira.

2.2. A proliferação de novas Escolas Superiores de Educação Física/Desportos contraria a tendência internacional do setor e os princípios da Reforma Universitária brasileira, reduzindo as possibilidades de maior produtividade e capacitação didática para a adequada formação profissional; nas Escolas antigas, por sua vez, a organização interna e a qualidade de ensino são comprovadamente deficientes.

2.7. A Educação Física/Desportos no nível superior de ensino é assistemática e improvisada com a participação avaliada em apenas 8% dos alunos matriculados; os estabelecimentos utilizam, em número proporcionalmente relevante, técnicos não diplomados.

3.2. As Escolas normais, salvo algumas exceções, não preparam as professoras primárias para os objetivos da Educação Física/Desportos no nível correspondente de ensino; os cursos de curta duração de aperfeiçoamento de professoras normalistas em Educação Física/Desportos/Recreação, ministrados pelas Escolas Superiores de Educação Física/Desportos e pelos órgãos de direção setorial dos Estados, não são eficazes, uma vez que têm servido, na maior parte dos casos, para promoção dos professores para atuação no nível médio.

Anexo C – Capas de documentos pesquisados

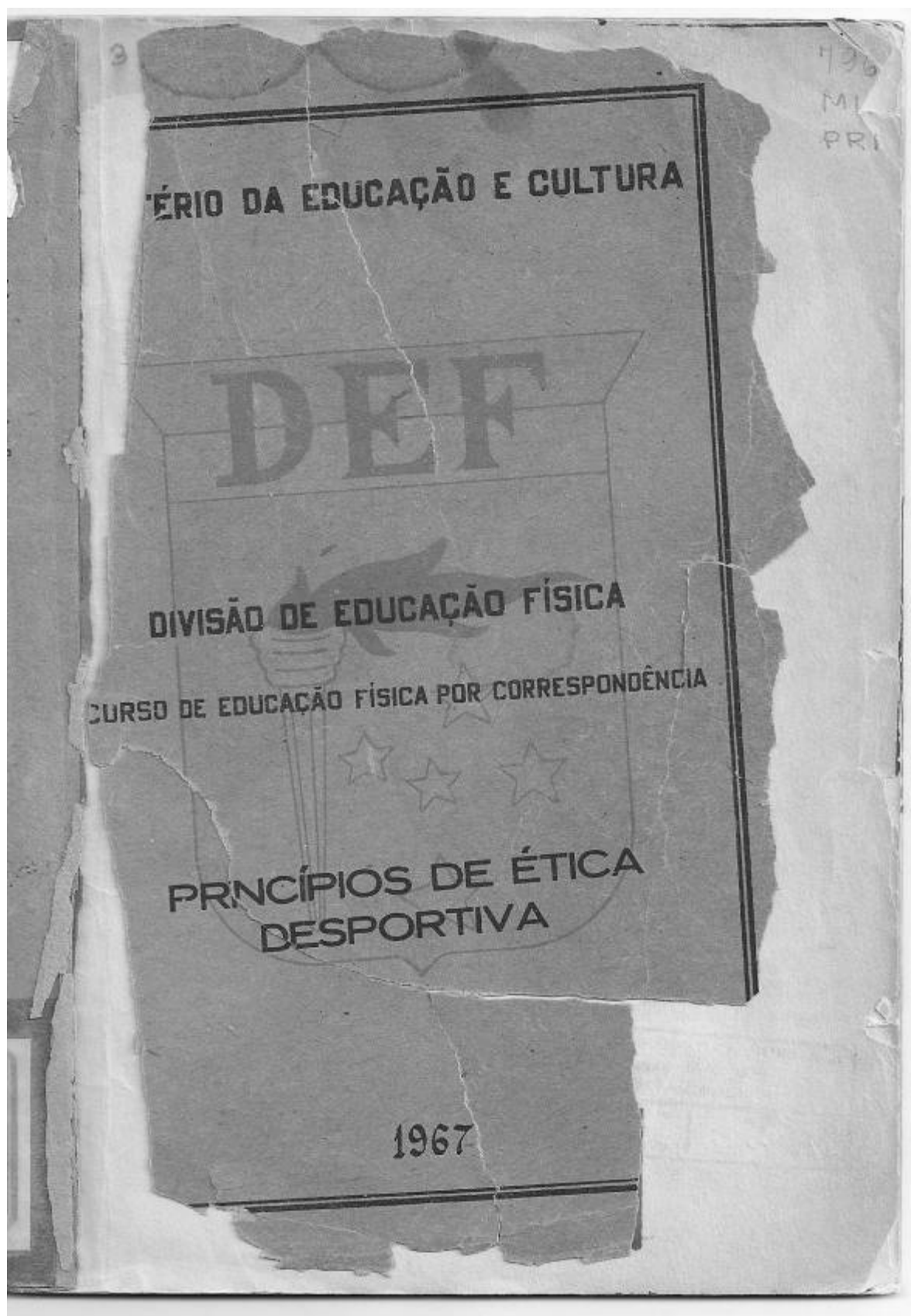


Figura 1 - Manual de Educação Física – Curso por correspondência - 1967

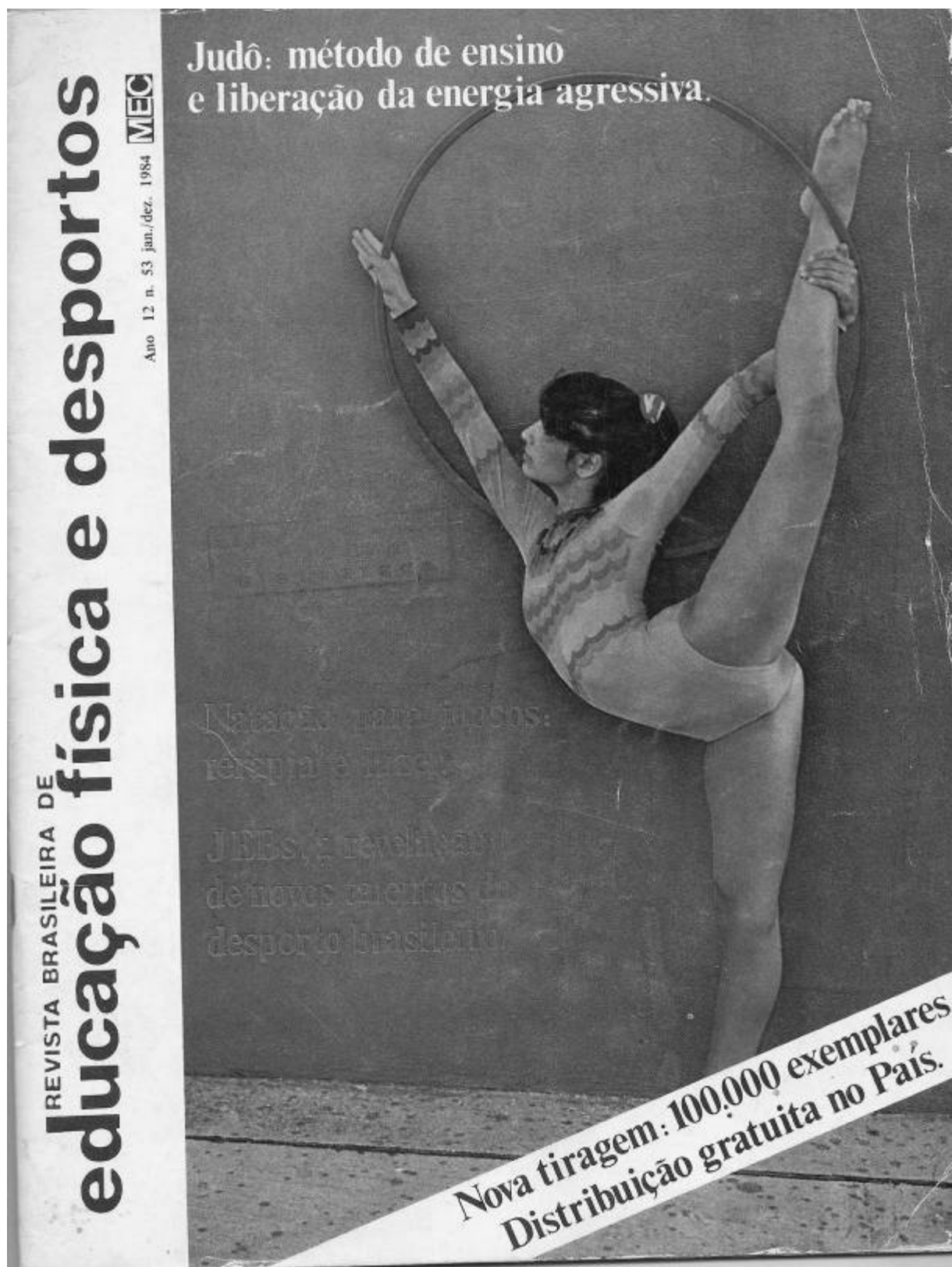


Figura 2 - Última edição da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos- 1984

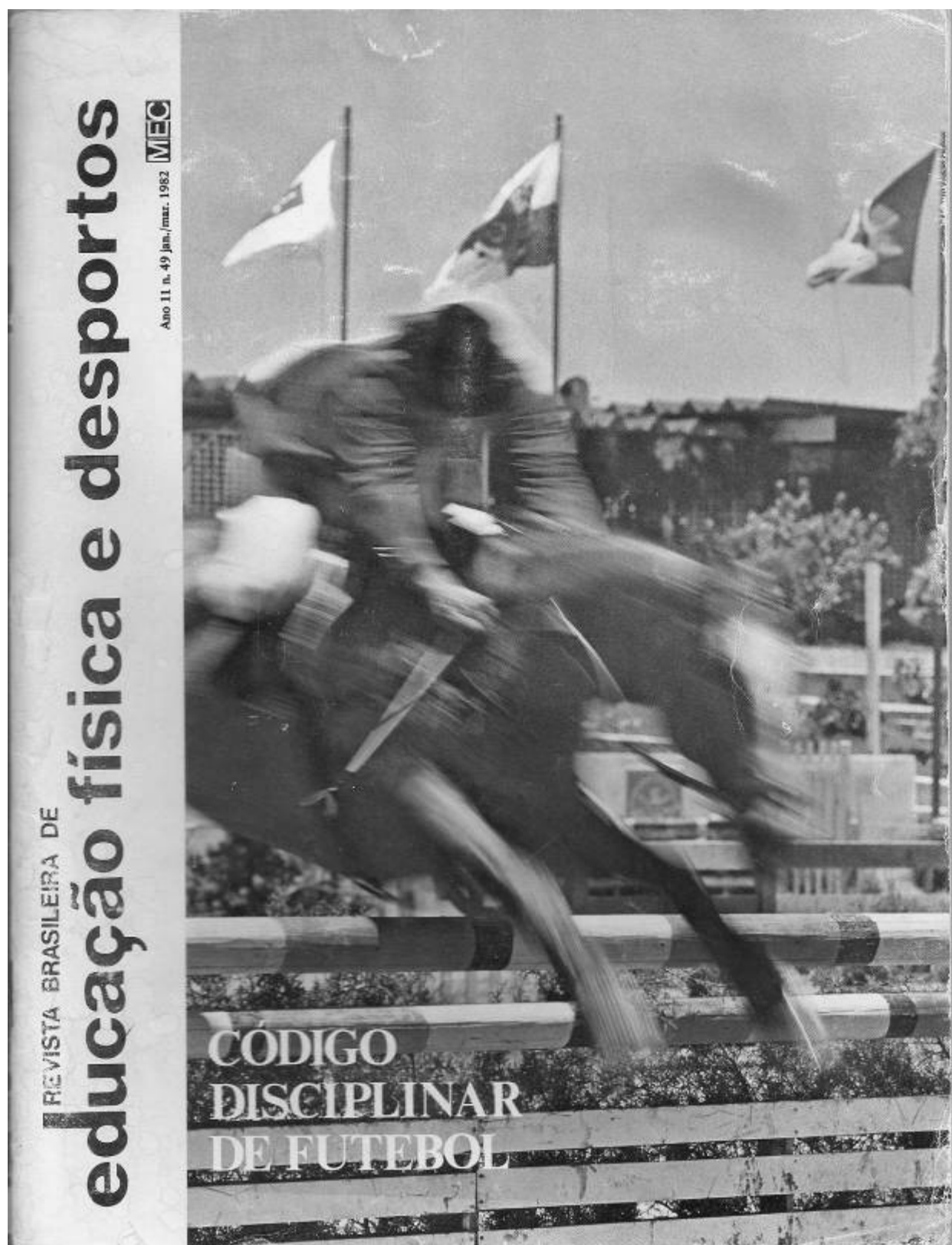


Figura 3 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos - 1982

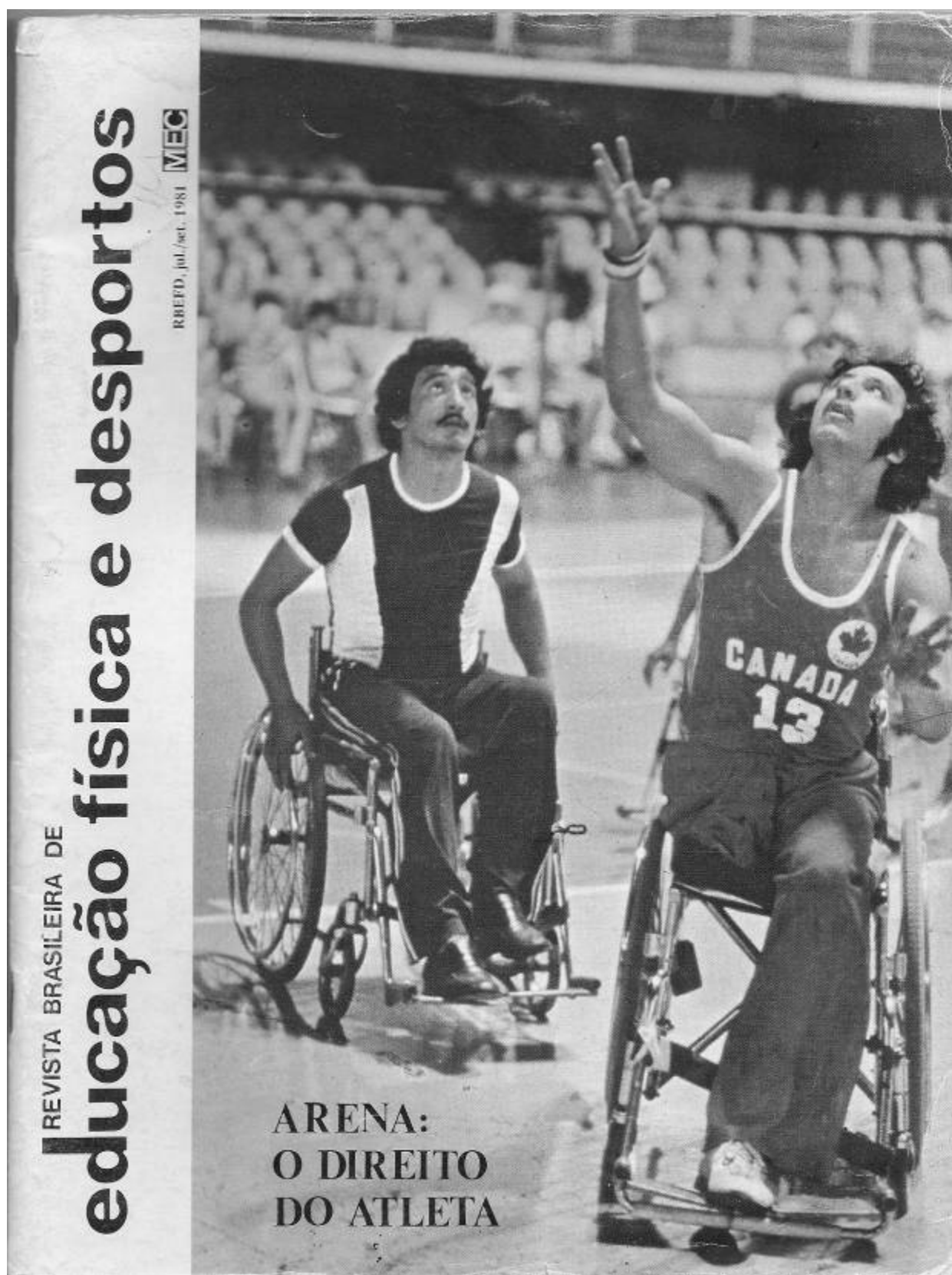


Figura 4 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos - 1981

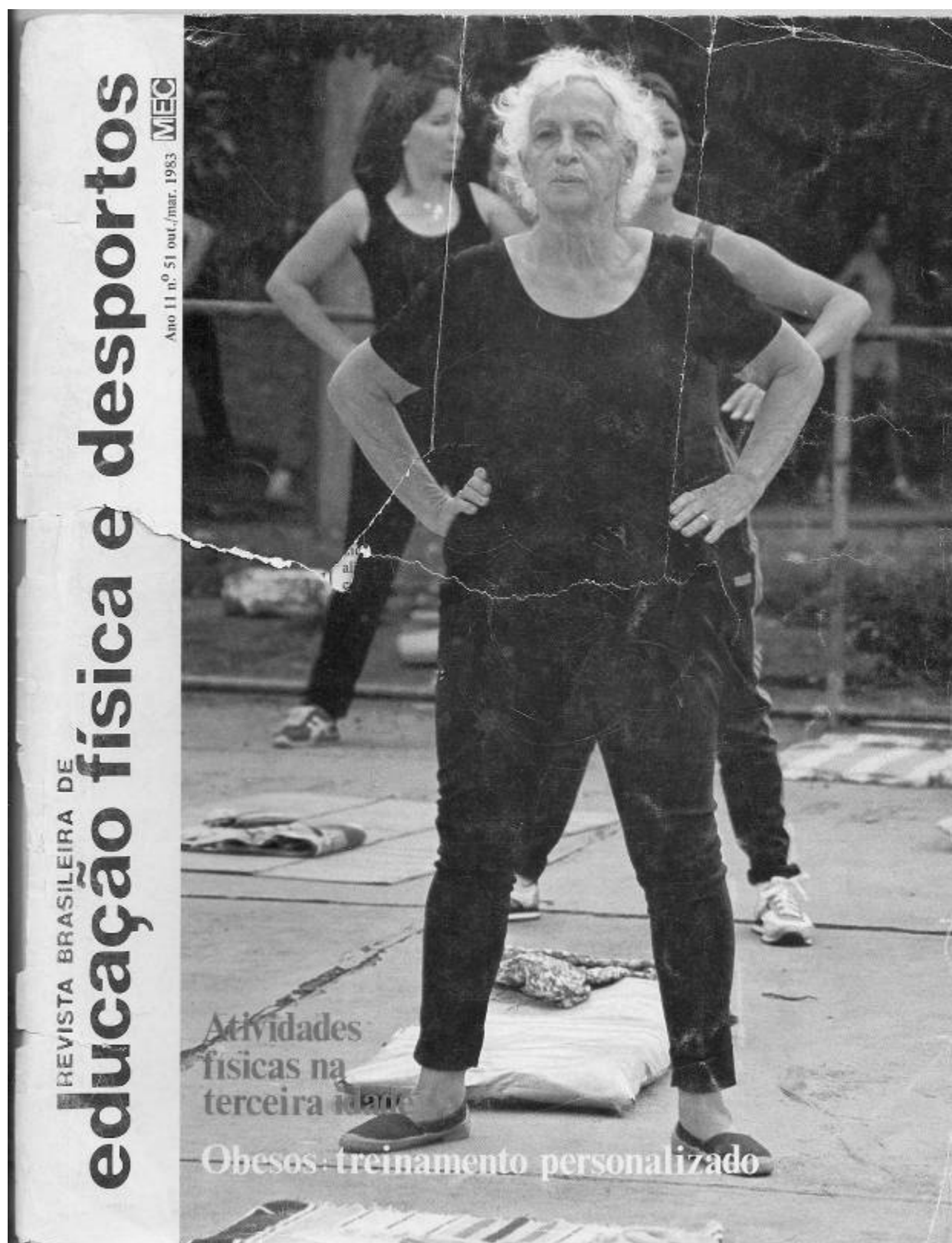


Figura 5 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos - 1981

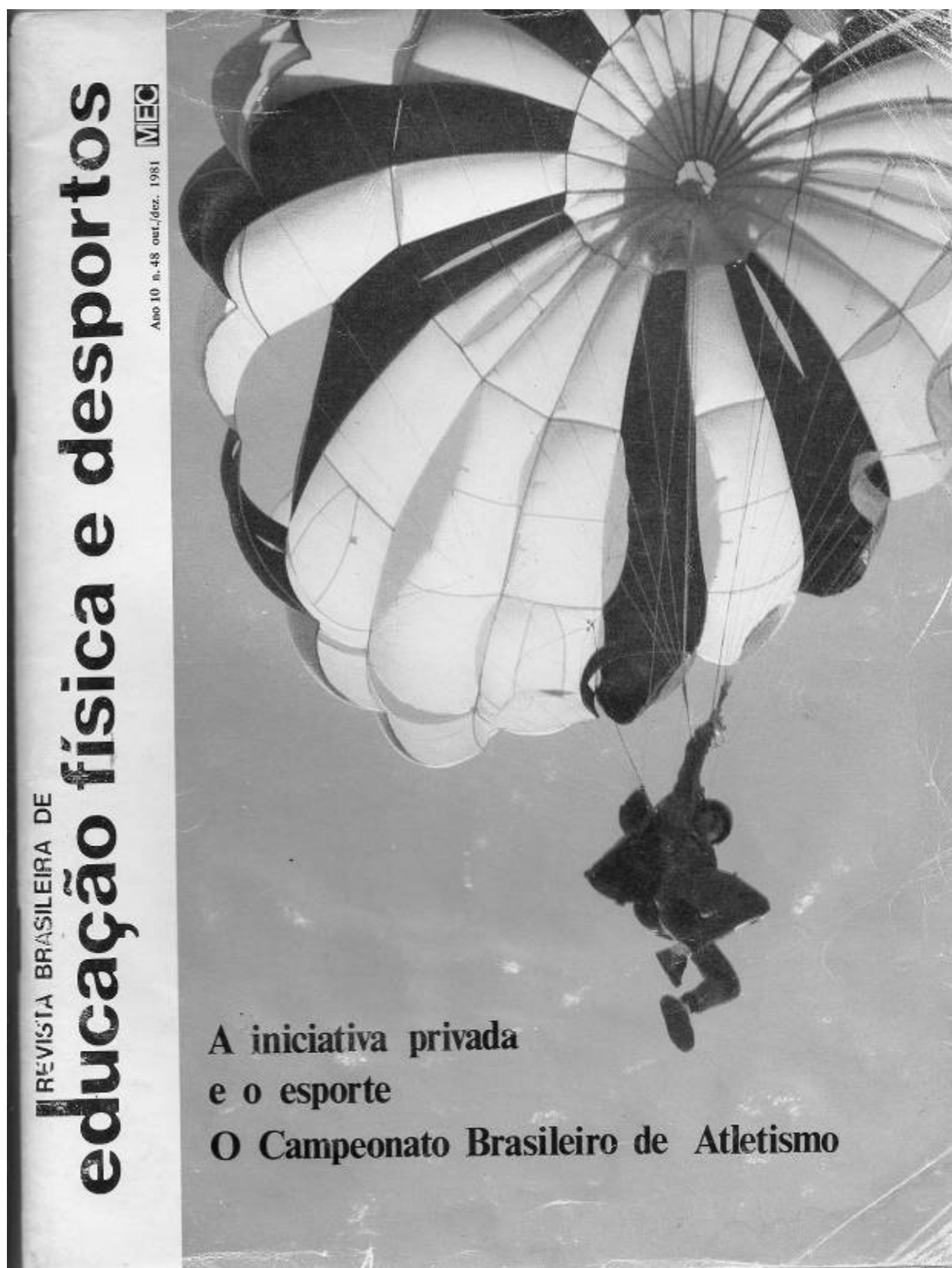


Figura 6 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos – 1981



Figura 7 - Revista Educação e Esporte - 1971



Figura 8 - Revista Brasileira de Educação Física – 1972

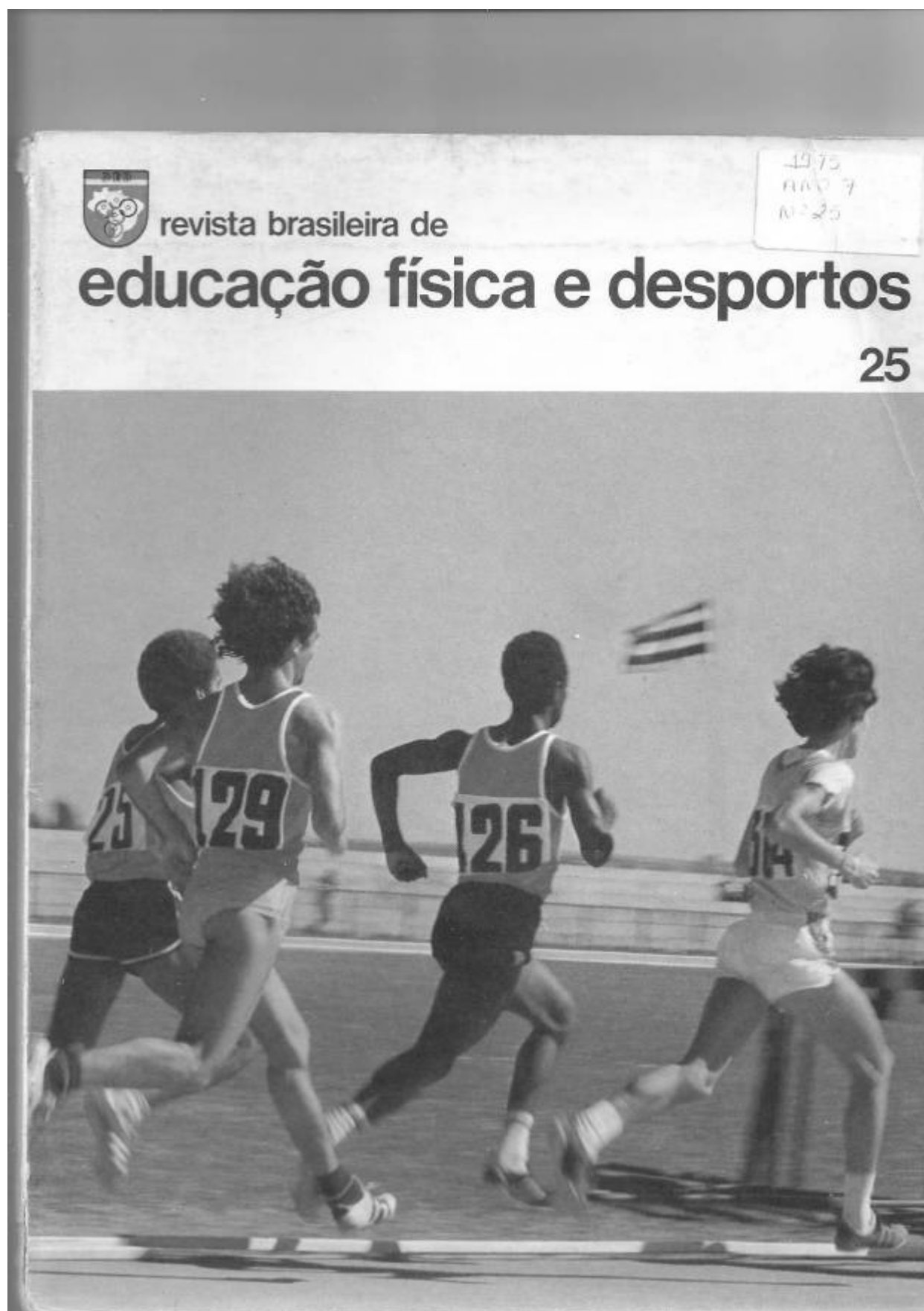


Figura 9 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos- 1975



Figura 10 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos – 1977

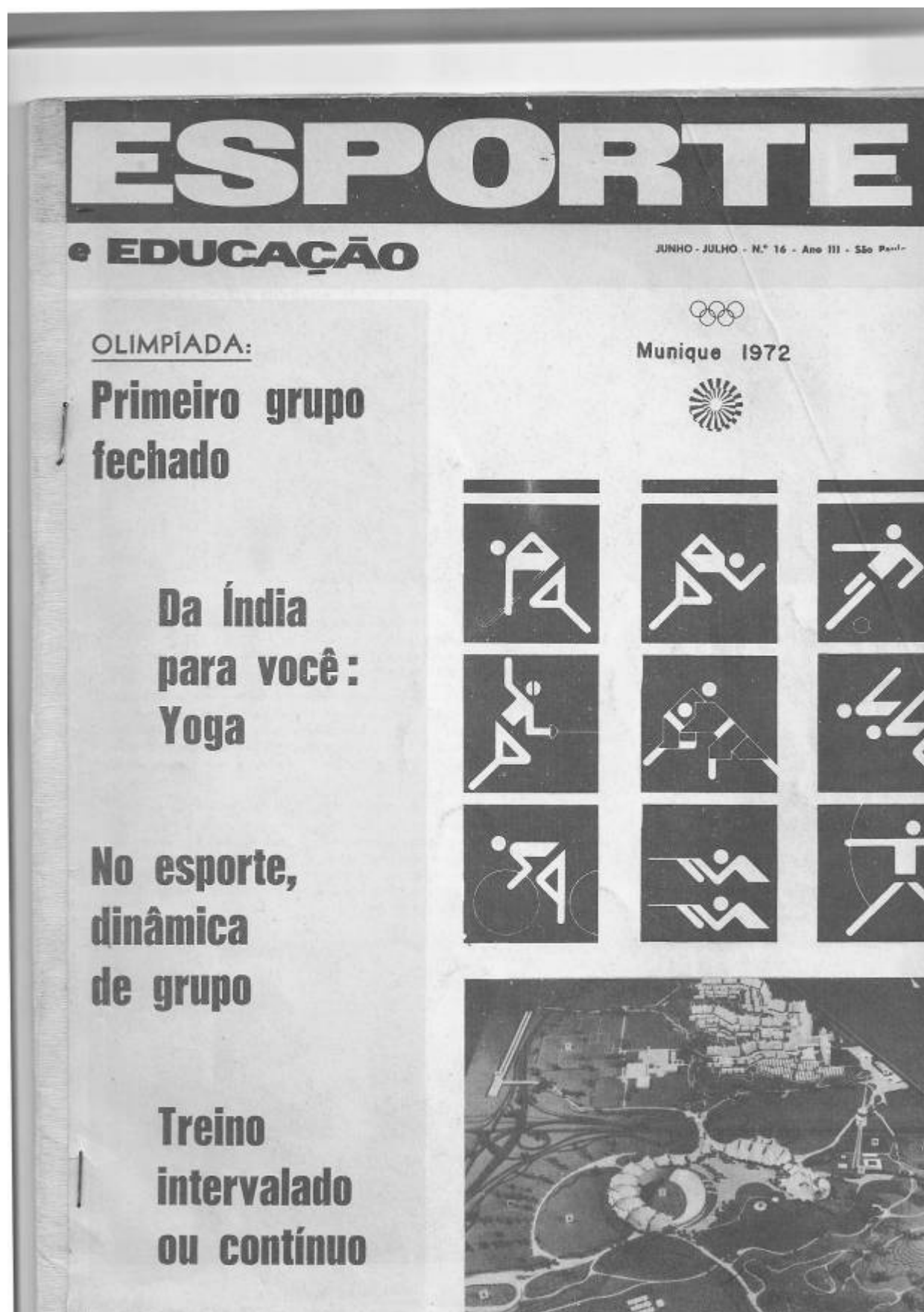


Figura 11 - Revista Esporte e Educação - 1972